
Os Templários
E O
PERGAMINHO DE CHINON
ENCONTRADO NOS
ARQUIVOS SECRETOS
DO VATICANO
Barbara Frale
MADRAS

História/Ordens Secretas




Ao trazer para o público um pouco da história dos Templários, Barbara Frale aborda o tema sob uma nova perspectiva. Para elaborar este trabalho, ela utilizou, entre outras fontes, o Pergaminho de Chinon, encontrado recentemente — após 700 anos — nos Arquivos Secretos do Vaticano. Esse documento comprova que o Papa Clemente V redigiu uma bula na qual perdoava os Templários das acusações que lhes foram atribuídas, mas o fato foi ignorado na época e é revelado somente agora, sete séculos após o fim trágico dos Templários.

Em 20 de agosto de 1308, a investigação de Chinon foi concluída, absolvendo o Estado-Maior do Templo da acusação de heresia e reintegrando-o à comunhão dos sacramentos. No retorno dos comissários da Cúria, o Papa preparou uma segunda versão da bula Faciens misericordian, que rebatia os conceitos expressos na primeira edição e trazia a notícia de que os líderes dos Templários estavam absolvidos e se encontravam protegidos em uma ilha de imunidades judiciárias para que ninguém, exceto o Pontífice Romano, pudesse interrogá-los.

Mesmo assim, Jacques de Molay e vários líderes dos Templários foram torturados e queimados na fogueira, causando a destruição e a supressão da Ordem dos Cavaleiros do Templo de Salomão.

Este livro descortina essa intriga em uma narração transparente, baseada em pesquisas originais que levaram a autora a surpreendentes descobertas.

A réplica do Pergaminho de Chinon está anexada à obra.





ISBN 85-7374-962-8
9788573749625

Barbara Frale doutorou-se na Universidade de Veneza com uma tese a respeito dos documentos do processo contra os Templários. Ela é oficial do Arquivo Secreto do Vaticano. Sobre este mesmo assunto, a autora escreveu também *L 'ultima Battaglia dei Templari e Il papato e il processo ai Templari*.

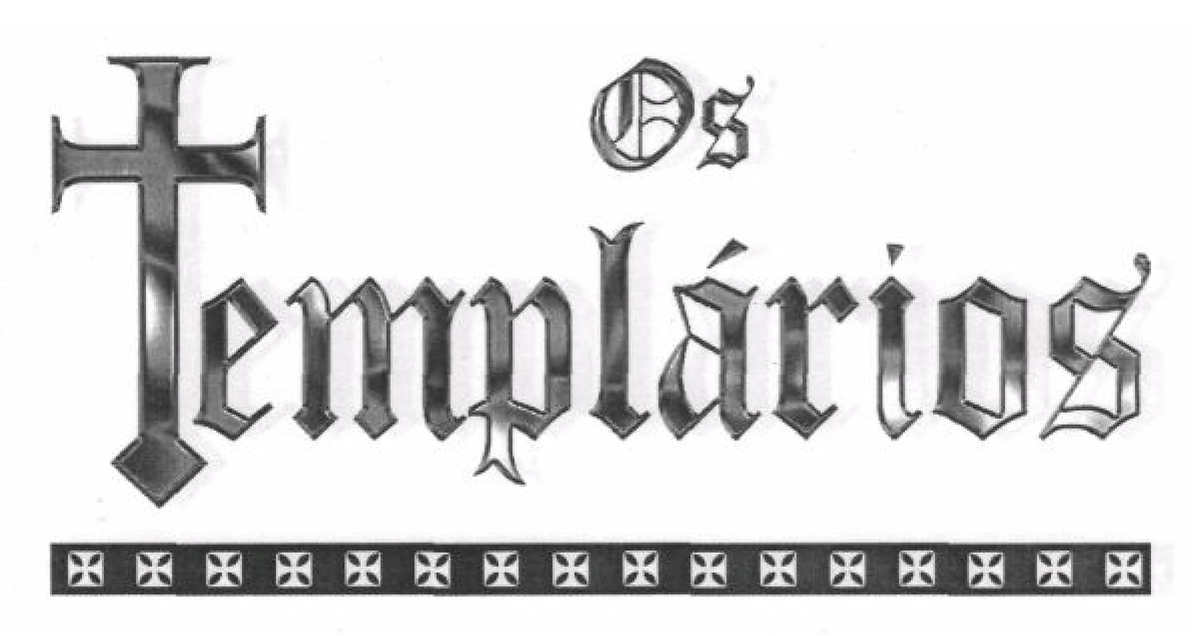
Aqui, Barbara discorre a respeito da Ordem dos Cavaleiros Templários. Formado após a primeira Cruzada de Cavaleiros Cristãos dedicados ao Santo Sepulcro de Jerusalém, o Templo tornou-se a Ordem religiosa-militar mais poderosa da cristandade. Profissionais da guerra e homens religiosos, os Templários tinham a intenção inicial de proteger dos ataques islâmicos os peregrinos que freqüentavam os lugares santos. Rapidamente, a participação dos papas, dos reis cristãos e do povo comum fez dessa Ordem um grande órgão supranacional. Isso até o começo de 1300, quando o rei da França, Felipe, o Belo, forçado pela crise econômica, atacou os Templários para se apoderar dos bens e os processou, acusando-os de heresia.



O Papa Clemente V, após uma longa batalha diplomática e judiciária, teve de escolher entre sacrificar a sobrevivência da Ordem ou arriscar um cisma que teria separado a Igreja da França em detrimento da romana. Assim, o Templo foi suspenso no Concilio de Viena de 1312.

Uma história gloriosa (com um fim trágico) envolvida em mistérios e circundada de suspeitas que durante séculos alimentaram, e ainda alimentam, curiosidades e lendas a respeito dos Templários.





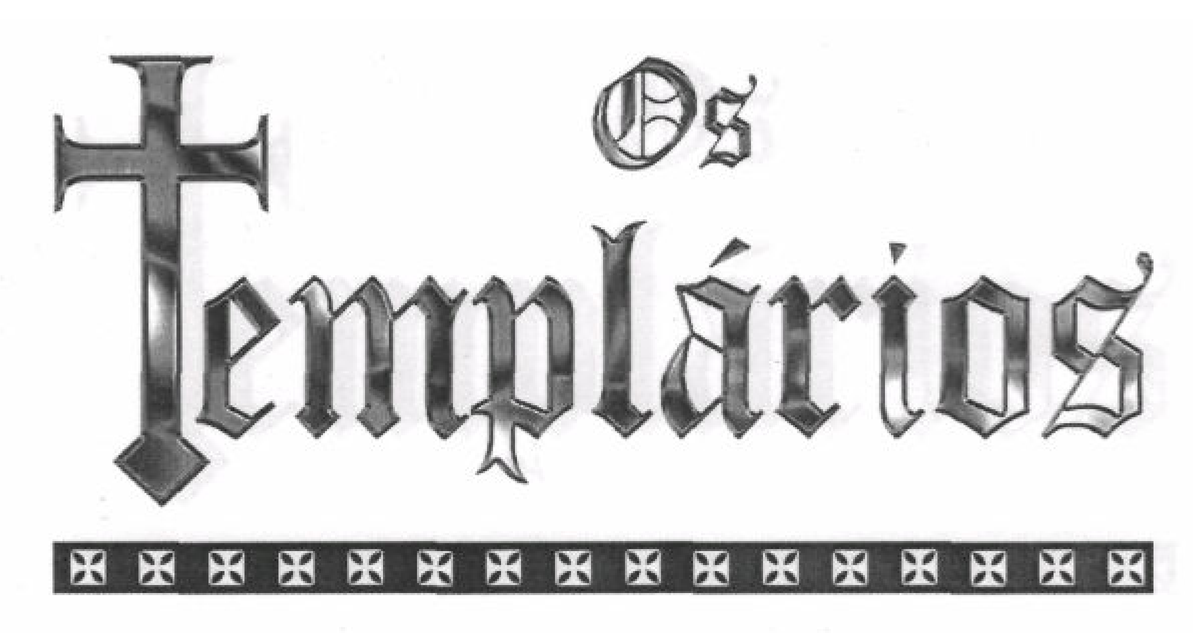

*E o Pergaminho de Chinon Encontrado nos*

*Arquivos Secretos do Vaticano*

Um documento que comprova que o papa Clemente V,

secretamente, perdoou os Cavaleiros Templários

**Barbara Frale**




*E o Pergaminho de Chinon Encontrado nos*

*Arquivos Secretos do Vaticano*

Um documento que comprova que o papa Clemente V,

secretamente, perdoou os Cavaleiros Templários

Tradução:

Roberto Carlos Pintucci




Publicado originalmente em italiano sob o título / Templari, por Società Editrice II, Mulino.

*Editor:*
Wagner Veneziani Costa

*Produção e Capa:*
Equipe Técnica Madras

*Tradução:*
Roberto Carlos Pintucci

*Revisão:*
Wilson Ryoji
Maria Cristina Scomparini
Neuza Aparecida Rosa Alves

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA -FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F878t

Frale, Bárbara, 1970-
Os Templários/Bárbara Frale; [tradução Roberto Carlos Pintucci]. — São Paulo: Madras, 2005
il.

Tradução de: I Templari Inclui bibliografia
ISBN 85-7374-962-8

1. Templários — História. 2. Ordens religiosas militares — História. 3. Ordens de cavalaria — História. I. Título.

05-1006. CDD 271.7913
CDU 271.024

01.04.05 06.04.05 00971



MADRAS EDITORA LTDA.
Rua Paulo Gonçalves, 88 — Santana
CEP: 02403-020 — São Paulo/SP
Caixa Postal 12299 — CEP: 02013-970 — SP
Tel.: (11)6959-1127 —Fax: (11)6959-3090

MADRAS®

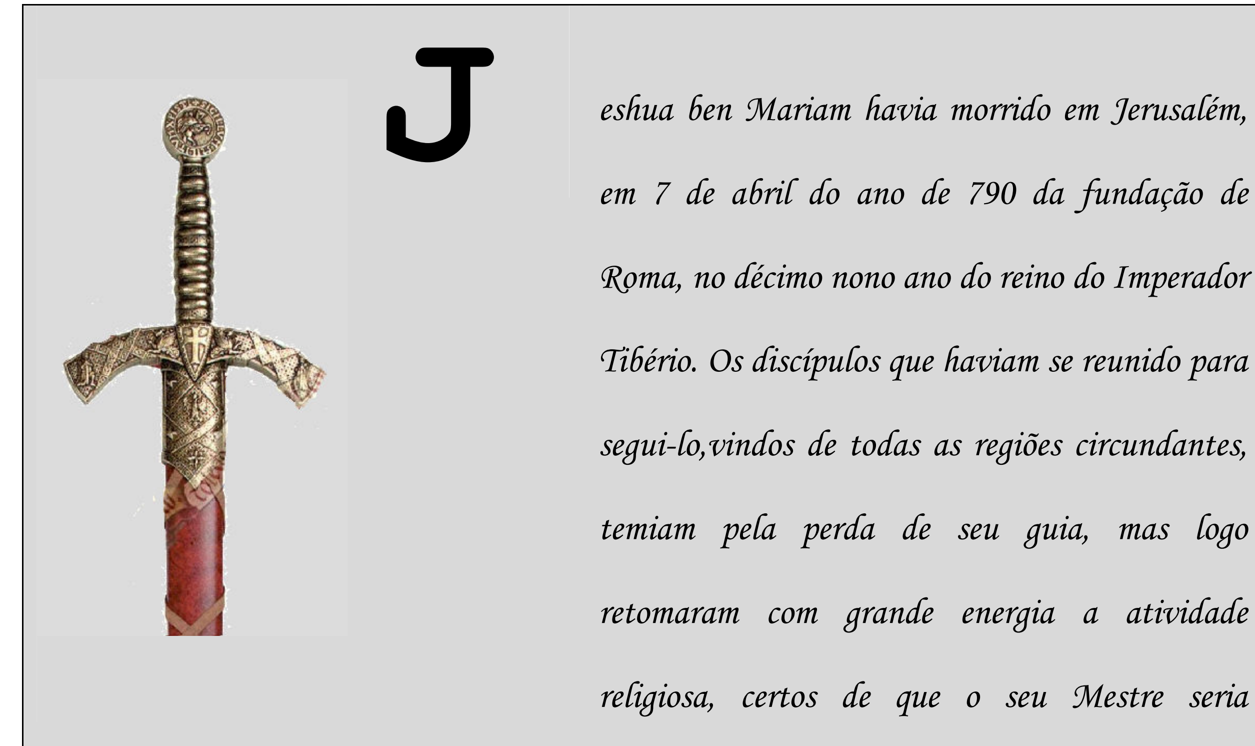
CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL
EDITORA AFILIADA

*A Salvatore Maracino,*
*ao seu coração grande e livre de bolonhês.*

# Índice

# Capítulo I: Jerusalém, o Santo Sepulcro e o templo

## 1.Alfa e Ômega



*Jeshua ben Mariam havia morrido em Jerusalém, em 7 de abril do ano de 790 da fundação de Roma, no décimo nono ano do reino do Imperador Tibério. Os discípulos que haviam se reunido para segui-lo,vindos de todas as regiões circundantes, temiam pela perda de seu guia, mas logo retomaram com grande energia a atividade religiosa, certos de que o seu Mestre seria*

*ressuscitado da morte como havia sido predito.*

Assim, enquanto o cidadão romano Saulo de Tarso estendia a mensagem da nova doutrina cristã a toda congregação greco-helenística e o velho pescador Simão Pedro evangelizava a capital do império fundando a Igreja de Roma, os discípulos remanescentes no território de Jerusalém já haviam recolhido prontamente todos os vestígios da passagem terrena do Cristo e, procurando lembrar ordenadamente os eventos da sua pregação e da Paixão, em prestação de contas, deram o título cerimonial que Jesus mesmo havia indicado: o anúncio da boa nova, isto é, o *Evangelho*.

A comunidade cristã de Jerusalém tinha assinalado com precisão os locais onde haviam sido consumados os ensinamentos e o sacrifício de Jesus, em particular, aqueles ligados à morte, de modo a poder reconhecê-los com segurança e venerá-los ao curso do tempo. Uma tradição dizia que, primeiro, a própria mãe do Mestre, depois que se completaram os eventos prodigiosos anunciados pelas Escrituras, havia percorrido novamente todos os lugares da Paixão, em Jerusalém, para celebrar com essa memória dolorosa uma espécie de peregrinação simbólica aos eventos cardeais da nova fé.

A perseguição que se abateu sobre os cristãos de Jerusalém obrigou muitos a fugir para zonas limítrofes e transferir as principais relíquias para um local mais seguro; esses eram considerados os sinais de uma herança tangível deixada ao povo abatido, como um ato de misericórdia, para que sua fé jamais se abalasse.

O Império de Roma, convertido na religião cristã de Constantino, havia guardado com grande nostalgia os locais da Terra Santa. A imperatriz Elena, com

mais liberdade em suas escolhas religiosas em comparação ao filho, que havia abraçado o Cristianismo, sobretudo por oportunismo político, investiu muitas energias em uma atenta exploração da cidade de Jerusalém à procura dos vestígios de Cristo, executando um trabalho propriamente arqueológico: estudar os antigos testemunhos e as tradições locais para depois escavar, trazendo à luz os locais da Paixão.

O resultado foi o reencontro da madeira da *Vera Croce* (cruz verdadeira) e de muitos outros testemunhos de diversos graus de importância e de notável sugestão. Constantino solenizou o culto, fazendo edificar a grandiosa basílica de Anastasi, no mesmo local do jardim de José de Arimatéia, onde havia sido depositado o cadáver de Cristo e ocorrera a Ressurreição. Desde então, a cristandade do Oriente e do Ocidente jamais deixou de confluir à Palestina, à procura da própria resposta interior, faminta de um contato físico com o Sepulcro de Cristo e ávida por respirar o halo de sacralidade que envolvia toda Jerusalém, a cidade de Deus.

Durante o século VII, a expansão islâmica tomou a região dos imperadores bizantinos, e Jerusalém ficou sujeita ao governo dos árabes, o qual, apesar das violências da fase de conquista, seguiu mantendo uma postura relativamente tolerante, seja em relação à religião cristã, seja aos locais sagrados: os cristãos deviam pagar uma taxa especial pelo fato de serem estrangeiros infiéis (*dhimmi*), mas podiam continuar a praticar seu culto. Quando Carlos Magno construiu na Europa o Sacro Império Romano, preocupou-se também em tutelar e proteger o quanto possível a população cristã que habitava Jerusalém, sob jugo islâmico. A hábil diplomacia imperial conseguiu firmar um tratado com o califa de Bagdá, *Ha-ru-n-al-Rashi-d*, em virtude do qual Carlos foi considerado protetor do

Santo Sepulcro, e as peregrinações dos cristãos em Jerusalém puderam desenvolver-se sem dificuldade por duzentos anos.

No princípio do século XI, a região palestina passou para as mãos do califado egípcio, rompendo aquela tradição de relativa tranqüilidade que havia sido instaurada há muito tempo: no ano de 1009, as autoridades islâmicas da Síria decretaram o saque de Jerusalém e a destruição do Sepulcro, com a terrível recrudescência do fanatismo, que se abateu com grande violência sobre os locais de culto cristão.

O anúncio das devastações provocou no Ocidente um eco profundo, mas contrariamente a tudo quanto se poderia imaginar. Os peregrinos na Terra Santa não escassearam; aliás, foram organizadas viagens a Jerusalém, intensificando sensivelmente o número de visitantes, como se o conhecimento do fato de se correr grande risco de morte fosse um voto ainda mais heróico e merecido.

Rodolfo, o imberbe, e outros escritores daquele tempo se perguntavam, freqüentemente perplexos, qual seria a causa do singular afluxo de peregrinos que deixavam tudo pra trás para partir em direção à Terra Santa durante a primeira metade do século XI. Estavam convencidos de que uma força sobrenatural impelia àquela perigosa viagem não só os pecadores do povo, que deviam expiar de gravíssimos pecados, ou deserdados, que não encontravam lugar na sociedade ocidental daquele tempo, mas também os grandes senhores feudais que se arriscavam ao desconhecido, deixando à pátria uma existência cheia de privilégios.

Muitos nobres, como Guilherme, conde de Angoulême; Roberto, o Magnífico, duque da Normandia; e Gunther di Bamberga entraram na viagem rumo à Jerusalém entre os anos de 1026 e 1065, trazendo atrás de si o próprio séquito de fiéis e de homens armados. As novas violências, que se verificaram na Terra Santa

no final daquele século, povoaram o imaginário coletivo da Europa e se misturaram às lembranças de devastações passadas: era como se o próprio mal, identificado como o pagão invasor e profanador, estivesse desferindo ao povo cristão o ataque extremo que precede o fim dos dias.

Havia em um tempo uma profecia: o abade Adsone de Montier-en-Der (910-992) tinha previsto em seu *Libello sull'Anticristo* que o último rei dos francos, em cujas mãos reuniria todo o poder do império de Roma, partiria em direção a Jerusalém e sobre o Monte das Oliveiras depositaria o cetro e a coroa. Assim seria anunciado o fim dos tempos, culminando com a vinda do anticristo e os eventos do Juízo. A antiga profecia havia retomado o vigor graças aos dramáticos acontecimentos ocorridos no Oriente, e no consciente coletivo, tomou rumo a necessidade de se voltar à cidade de Deus, para esperar o fim dos dias e assistir ao mistério da redenção.

Nas mentes, ressoavam os ecos das Sagradas Escrituras, o medo do fim do mundo que há pouco atravessara o ano mil, mas que continuava a fascinar profundamente as massas nas palavras do Apocalipse:

> *E vi a cidade santa, a nova Jerusalém, descida do céu*
> *próximo de Deus, circundada pela Glória de Deus [...].*
> *Esta é a promessa de Deus para com os homens:*
> *habitar com eles e esses serão o seu povo, e ele será o Deus com eles [...].*
> *Eu sou o Alfa e o Omega, o Princípio e o Fim.*

## 2. Uma Terra Prometida para ser tomada dos infiéis

No ano de 1071, as tropas do imperador bizantino Alessio Comneno foram derrotadas pelos turcos, próximo a Manzikert, e, em seguida à derrota cristã, esse povo se espalhou em todo o Oriente Médio; a chegada dos novos conquistadores deixou a Palestina em uma situação de verdadeiro caos e anarquia, tanto que aos viajantes daquele tempo parecia que as cidades da região haviam tomado cada uma um chefe diferente. O patriarca grego Simeão, que vivia em Jerusalém, achou mais prudente deixar a cidade com o seu clero e retirar-se à vizinha ilha de Chipre. As peregrinações tornavam-se perigosíssimas porque as estradas estavam infestadas de sarracenos que roubavam e freqüentemente trucidavam os viajantes.

Há séculos que os imperadores de Constantinopla se consideravam os protetores de Jerusalém e da Terra Santa, tarefa esta que sempre procuraram cumprir com honra, como testemunham os tratados convencionados com os governantes islâmicos da cidade, para a reconstrução da Basílica do Sepulcro, depois da destruição de 1009, mas também para assegurar por meios diplomáticos um tratamento melhor à população cristã residente.

No ano da batalha de Manzikert, o imperador Alessio Comneno deveria também enfrentar os normandos que haviam conquistado Bari e planejavam subtrair de Constantinopla um vasto território na Itália meridional; atacado em dois *fronts* por inimigos diversos e preocupado com o alargamento do poderio turco no setor oriental, Alessio enviou ao papa Gregório VII diversos pedidos de ajuda para que encorajasse a população do Ocidente cristão a viajar e auxiliar as tropas imperiais contra o avanço islâmico.

Naquele tempo, a Igreja de Roma encontrava-se em um delicado momento de precariedade institucional. Depois da grande crise que havia

enfraquecido o papado entre o governo de Stefano VI (896-897) e aquele de Giovanni XII (955-964), quando o cargo caiu em submissão às poderosas famílias da aristocracia romana e a dama Marozia decidiu, com escandalosas intrigas, a eleição e a realização de diversos pontífices os imperadores alemães da dinastia otoniana assumiram a tarefa de reformar o império e repor a ordem na sociedade cristã. Em particular, Otto III havia feito impor-se ao pontificado o seu culto preceptor Gerberto d'Aurillac, sob o nome de Silvestro II, ajudando o papado a erguer-se da sua profunda crise moral. A morte de Otto III, ocorrida em Viterbo, no ano de 1002, não impediu o processo de reforma no seio da Igreja de Roma, que seguiria avante nos decênios sucessivos, sendo concluído sob o comando de Gregório VII.

Ferrenho defensor da supremacia romana enquanto derivasse diretamente de Pedro, escolhido pelo próprio Cristo como o chefe da sua Igreja, Gregório deveria lutar longamente contra as ingerências do poder laico do imperador Enrico IV sobre os eclesiásticos e combater também as insubordinações de muitos bispos católicos que haviam se unido ao império. Enquanto estava empenhado a afrontar a oposição política no núcleo da Igreja na Europa, o papa foi alertado com o pedido de ajuda feito pelo imperador bizantino contra os turcos, e tratou de organizar uma expedição militar de reforço, solicitando a intervenção de alguns grandes senhores feudais do Ocidente que haviam feito juramento solene de fidelidade ao papado.

A missão teria levado meses, ou talvez anos, de ausência da pátria, durante os quais as famílias dos senhores poderiam ser agredidas e seus bens, roubados; e a vida de quem teria partido para combater os turcos era colocada seriamente em risco. Por esses motivos, o pontífice estendeu sobre os chefes e senhores feudais prontos a obedecê-lo uma espécie de bênção especial da Igreja,

proclamando que a atividade militar dos mesmos seria um serviço a favor de São Pedro, e logo receberiam dupla vantagem: a tomada dos bens dos infiéis e a merecida vida eterna.

Gregório VII havia pensado em dirigir pessoalmente a expedição auxiliar em direção à Terra Santa para a libertação do Santo Sepulcro. No entanto, o pontífice morreu em 1085 sem ter jamais trabalhado concretamente para organizar a missão de socorro no Oriente, mas dali a poucos anos o projeto audaz se completaria e ganharia proporções tais que ultrapassariam em muito as expectativas do pontífice.

## 3. Libertar o Santo Sepulcro e pacificar a Europa

Nos princípios do ano de 1095, o papa Urbano II partiu de Roma e convidou todos os chefes da cristandade ocidental a alcançá-lo na cidade de Piacenza, onde ocorreria o primeiro grande concilio de seu pontificado.

Oddone de Lagery, nascido em uma nobre família francesa, havia recebido uma boa educação na escola da catedral de Reims. Aos 28 anos, havia escolhido ingressar no monastério de Cluny, do qual foi depois transferido a Roma, onde logo se destacou pelas suas qualidades, sendo nomeado bispo cardeal de Óstia. Gregório VII estimou-o muito, como aliado na sua difícil política, e o teve próximo de si durante os últimos anos daquele difícil pontificado. Oddone subiu ao posto de pontífice em março de 1088 com o nome de Urbano II. Era um homem capaz, de bons modos e de eloqüência persuasiva; e se não possuía a força de caráter que o diferenciava de Gregório VII, tinha em compensação grande experiência diplomática, sendo um pregador da concórdia e da harmonia.

Em Piacenza, o papa discutiu inúmeras graves questões que a Igreja deveria resolver, entre as quais as pragas e o escândalo do adultério cometido pelo

rei da França. Alguns embaixadores do imperador bizantino o questionaram pedindo subvenções para os militares. A situação fazia-se sempre mais arriscada porque Constantinopla não possuía tropas suficientes para defender a vastidão dos confins do império e a ameaça turca havia renovado o estado de emergência. Os embaixadores eram homens espertos, bem cientes de quais cordas tocar para golpear a sensibilidade do pontífice; por isso, insistiram na divulgação de detalhes das atrocidades sofridas pelos cristãos em Jerusalém, sob ordem dos turcos; além disso, fizeram chegar ao papa que Alessio Comneno teria notavelmente apreciado o seu empenho para enviar como reforço soldados ocidentais, junto ao exército imperial, tanto que as relações entre a Igreja de Constantinopla e a Santa Sé obtiveram grandes benefícios.

Urbano, como os seus demais predecessores, havia trabalhado para tentar recompor a lacuna aberta no núcleo da cristandade no ano de 1054, quando as consistentes divergências entre doutrinas geradas em um incidente diplomático entre o pontífice Umberto de Silvacandida e o patriarca de Constantinopla, Michele Cerulario, haviam levado ao grande Cisma do Oriente e à proclamação de uma Igreja bizantina autônoma: depois da excomunhão lançada sobre os imperadores, havia tímidas tentativas de reaproximação; e, naquele momento, Alessio Comneno estendia a mão ao papa para pedir ajuda, mas também para propor um ato de conciliação.

Entretanto, o papa estava preocupado também com outra questão que incomodava os seus pensamentos, talvez bem mais que as distantes batalhas de Constantinopla: a sociedade européia estava envolvida pela violência inusitada de quadrilhas que faziam guerra continuamente, destruindo plantações, depredando vilas, matando padres com freqüência sem outro motivo além de fazer pilhagem.

Muitos deles eram filhos-cadetes vindos de famílias nobres, que o antigo costume da lei, ainda vigente na França, privava de qualquer parte da herança paterna, dando vantagens apenas ao primogênito. Esses se colocavam à disposição de senhores mais poderosos ou então se adaptavam à vida de mercenário, empenhando-se em fazer saques indiscriminados a pessoas de posse, igrejas ou pobres habitantes dos vilarejos.

Há tempos, os bispos tentavam limitar esses atos de violência empenhando os cavaleiros em solenes juramentos de paz, para que fossem poupados ao menos os pobres, os que estivessem desarmados e as fundações religiosas; as "*tréguas de Deus*" repetiram-se por todo o século XI, podendo somente tapar momentaneamente a onda de saques e homicídios, mas não conseguindo resolver o problema. As promessas solenes seguiam-se sempre as de paz, e a maldição da Igreja sobre os assassinos não bastava para frear a sua violência periódica.

O papa parte para a França para presidir um concilio destinado também a sancionar a enésima trégua de Deus; mas, dada a sua experiência, não nutre muitas esperanças. O imperador bizantino pede tropas ocidentais para dar apoio ao próprio exército e bloquear o avanço turco; os grupos militares que infestam a Europa, aliados em um tempo ao império carolíngio, poderiam ser levados à Terra Santa e convidados a desencadear a violência de que eram capazes, sobre os infiéis que massacram os cristãos do Oriente e profanam os locais de culto.

Urbano II provavelmente tinha refletido sobre essa hipótese durante toda a longa viagem em direção à cidade de Clermont, esperando ver os desdobramentos dos trabalhos; e só no último dia, esclarecidas todas as questões que deveriam ser discutidas, tomou coragem e fez um apelo, lançando o seu projeto.

As palavras do papa enfrentavam a crua realidade desses violentos grupos de soldados; não havia ilusões a respeito deles e seu discurso foi ajustado de modo a colocar em evidência todas as vantagens materiais que a expedição comportaria. Eis então que subtrair a Terra Santa dos turcos significa a conquista de outra pátria, de uma posição prestigiosa para todos que não conseguem encontrar um lugar satisfatório nos territórios da cristandade ocidental. Existe a possibilidade de tomar ao inimigo infiel um rico saque, de fundar novos feudos onde se poderia ter estabilidade, mas a guerra contra o inimigo islâmico é algo maior do que isso, ou seja, significa derrotar o opositor de Cristo e o autor dos massacres dos irmãos cristãos.

O objetivo de Urbano II é sensibilizar os nobres laicos e os militares presentes de modo a induzi-los a partir como tropas auxiliares em serviço ao imperador bizantino. E a multidão que assiste ao concilio, com surpresa, responde de maneira totalmente imprevista.

## 4. Venerunt gentes

O papa divulgou que na terça-feira seguinte, 27 de novembro de 1095, faria um anúncio extraordinário e que, naquele dia, o trono pontifício deveria ser montado sobre uma plataforma em campo aberto, fora da porta oriental da cidade de Clermont, porque a catedral não comportaria o número de pessoas que viria escutá-lo. Não sabemos exatamente quais foram as suas palavras, mas temos conhecimento de que a multidão foi tomada por um entusiasmo irrefreável e Urbano foi obrigado a interromper o discurso por mais de uma vez, porque o povo o saudava gritando "*Deus o quer*!".

O bispo de Le Puy se atirou imediatamente aos pés do papa e foi o primeiro a pedir para se unir à expedição; o cardeal Gregório caiu de joelhos

recitando o *Confiteor* e todo o imenso público lhe fez coro. Foi necessário reter o entusiasmo das pessoas que queriam participar da cruzada; estabeleceu-se que os padres não tomariam a iniciativa de partir sem a permissão de seus bispos, que as mulheres não deveriam andar desacompanhadas e foram colocadas outras reservas aos jovens casais, para não comprometer as futuras gerações.

Nos meses seguintes, um monge chamado Pedro, o Eremita, que havia sido peregrino em Jerusalém e comovera os ouvintes com suas pregações que falavam dos sofrimentos que os cristãos estavam tendo na Terra Santa, partiu da região francesa de Berry e se deslocou em direção à Europa centro-oriental, buscando novas adesões para a cruzada. Quando chegou à cidade de Colônia, havia reunido, sozinho, cerca de 15 mil pessoas, chegando outras tantas da Alemanha.

Urbano II continuou a sua pregação com grande energia, atravessando toda a França em uma intensa atividade de sínodos em *Limoges, Poitiers, Angers, Le Mans, Saintes, Bordeaux, Toulouse e Nimes*. O apelo ultrapassa os confins geográficos do país e inflama toda a Europa, reunindo de toda a parte peregrinos em viagem à Terra Santa, que cantam o lamento do Salmo 79:

> *O Deus, as nações entraram na tua herança, Contaminaram o teu santo templo,*
> *Reduziram Jerusalém a um monte de pedras*!

O povo e os cavaleiros de pouca importância logo se puseram a viajar, os grandes senhores e os nobres partiram um pouco mais tarde, tão logo tomaram as providências para tutelar seu patrimônio familiar: os bens e os parentes seriam

colocados sob a solene proteção da Igreja, enquanto todo o conteúdo dos templos sugeriam precauções mais concretas. Ocorreriam episódios de covardia, como os saques, e de histeria coletiva, como os massacres de judeus na Alemanha, embustes por parte do imperador bizantino e numerosas deserções; mas cada tentativa de reduzir a cruzada a uma mera estratégia política revelou-se um fracasso histórico-geográfico.

A sociedade que precede o grupo de Clermont foi atravessada por um profundo despertar da piedade popular, estreitamente conectado à reforma da Igreja, promovida nos decênios centrais do século XI por heróicas personalidades religiosas como São Pier Damiani. Houve ondas de conversões e um maciço afluxo de peregrinos a Jerusalém, apesar dos riscos da viagem serem multiplicados em relação ao passado.

De 1085 a 1095, houve um período de calamidades naturais e carestias que se abateu sobre a Europa, marcando o imaginário coletivo do povo e induzindo os intelectuais a acreditar que o fim dos tempos estava próximo, ao lembrar as antigas profecias sobre a vinda do anticristo. Em 1089 e 1094, duas terríveis epidemias de "*fogo de Santo Antônio*" devastaram as regiões alemãs provocando altos índices de mortalidade: a Ratisbona e a Baviera. A peste causou mais de 8 mil mortes em 12 semanas, e alguns bispos vindos da cidade de Magonza viram a igreja de uma vila completamente cheia de cadáveres, que chegavam a bloquear a entrada. A mentalidade do tempo era a de que tais flagelos tinham uma função providencial, para impelir o povo à penitência e à redenção, e ganha terreno a sugestão do sinal que induz as massas a converter-se: visões de cometas, eclipses, prodígios e cruzes misteriosas que se formam sobre as costas dos eleitos por Deus, evidenciando sua escolha.

A cruzada foi um fenômeno muito complexo de fé popular que envolveu completamente a sociedade européia, abrangendo desde as pessoas comuns até os maiores intelectuais. Alguns expoentes da classe militar consideraram essa expedição um útil empenho belicoso (*tempus militiae*) para opor-se à forçada inatividade instituída pelo decreto da "*trégua de Deus*", além de muitas outras que, como há um tempo, fizeram os nobres senhores Guglielmo d'Angoulême e Günter di Bamberga deixar os seus patrimônios, decididos a estreitar os vínculos com Terra Santa, talvez até a morte, para serem sepultados ao lado do Sepulcro.

Entre esses, um cavaleiro seguidor do conde de Champagne, chamado Hugues de Payns, do pequeno feudo vizinho de Troyes, do qual era chefe, fez votos de fé, unindo para sempre o seu destino com aquele de Jerusalém.

## 5. Em risco constante

A cruzada desenvolvera-se por meio de diferentes expedições, guiadas por grandes senhores feudais que chegaram à Síria-Palestina de modo independente, via marítima ou terrestre. Em 15 de julho de 1099, Jerusalém, uma das maiores fortalezas do mundo medieval, era definitivamente conquistada depois de um terrível assédio, contando inclusive com alguns bandos de cruzados que haviam efetuado massacres e roubos à população islâmica, freqüentemente indo de encontro com as disposições dadas pelos comandantes, recomendando cuidados com aqueles que eram presos.

Por volta do ano 1100, os estados cristãos na Terra Santa eram formados por três blocos principais, cuja extensão total acompanhava uma sutil faixa litorânea coesa e unida: além de Jerusalém, na parte meridional da região, havia mais ao norte o principado de Antioquia e o condado de Edessa.

Antioquia havia sido uma rica cidade do império bizantino, situada em um território com bons recursos naturais e estrategicamente favorecida, mas, sobretudo, tornada opulenta pelo comércio de manufaturas de produtos apreciados. Depois da conquista cristã, o normando Boemondo de Taranto havia assegurado o controle da região, fazendo dela uma potência autônoma. O condado de Edessa servia, sobretudo, como proteção a Antioquia dos ataques muçulmanos. Era povoada por uma mistura de raças e culturas diversas, isto é, cristãos sírios e armênios de confissão jacobita, mas também árabes que habitavam algumas cidades. Sem a possibilidade de construir um governo centralizado, os francos tinham de se contentar em colocar guarnições em alguns pontos estratégicos, de onde poderiam cobrar tributos de vilas vizinhas e facilitar as incursões aos territórios limítrofes.

O rei de Jerusalém, Balduíno I, sucessor de seu irmão após um breve reinado, o duque Goffredo, encontrou-se imediatamente em confronto com o problema da falta de população cristã e, sobretudo, de tropas. Balduíno era filho-cadete e, partindo para a cruzada, não pudera levar consigo guerreiros fiéis a ele, mas deveria "*herdar*" aqueles de seu irmão que optaram por não retornar à Europa. O contingente dos cavaleiros de que poderia dispor era formado por homens devotos, que haviam feito voto de ficar para sempre na Terra Santa, ou de aventureiros desejosos de enriquecer; mas nem um nem outro poderia constituir um exército suficientemente grande e confiável.

Ocupando então grande parte do território da Palestina, os cruzados detinham o controle de tal maneira precária que eram constantemente expostos ao risco de agressão externa. O inimigo mais perigoso era representado pelo califa do Egito que havia mantido algumas guarnições na cidade costeira de Gaza e Ascalona, prontas a juntar-se com os beduínos que podiam infiltrar-se no país,

circundando o Mar Morto sobre trilhas vindas da Arábia. Além disso, continuavam a manter relações políticas pelo mar, com os emires de Arsuf e Cesaréia, que haviam feito ato de submissão ao rei de Jerusalém. Toda a rede viária era constantemente infestada por bandidos que provinham das cidades egípcias, por beduínos vindos do deserto e fugitivos muçulmanos que vinham das montanhas, aptos a depredar e massacrar os viajantes.

As condições naturais do país não favoreciam a situação, pois a Palestina era uma região árida e pobre em recursos naturais; além disso, o estilo de vida das pessoas vindas da Europa, habituadas a refeições abundantes e hábitos higiênicos sumários, incrementava a mortalidade, especialmente na população infantil.

Em 1101, outra expedição do Ocidente conseguiu dar apoio aos débeis estados latinos na Terra Santa, e nos anos imediatamente seguintes foram completadas importantes conquistas, como a tomada de Trípoli, que, com outros territórios até então em mãos islâmicas, possuía grande valor estratégico para a sobrevivência do reino onde possibilitavam às tropas cristãs de Jerusalém reunir-se com as outras localizadas em Edessa e Antioquia.

Apesar desses esforços, em 1115 a situação era tal que Balduíno I se viu obrigado a lançar um apelo aos cristãos do Oriente para que viessem a povoar a Terra Santa.

O controle da rede viária constituía uma verdadeira emergência para assegurar os pedágios dos comboios mercantis que chegavam das rotas orientais em direção ao mar, ideais para garantir a possibilidade de visitar os locais santos, o que sustentava o reino. As estradas, porém, representavam uma aventura arriscada: em 1102, quando Balduíno I havia previsto o reforço das defesas, o peregrino

normando Saewulf havia sido aterrorizado pelos perigos da sua viagem, deixando uma descrição impressionante.

## 6. Sentinelas

Depois da conquista cristã, a Cidade Santa era passada ao comando de Goffredo, duque de Lorena, que a governou com o título de *Advogado do Santo Sepulcro* e depois, após a sua morte, a Balduíno I, que foi coroado rei pelo Patriarca de Jerusalém, no dia de Natal de 1100.

O *Santo Sepulcro* foi dotado de clérigos de confissão latina para desenvolver a cura das almas e o culto solene, deixados de lado pelos eclesiásticos de rito grego que haviam se instituído na Basílica de Anastasi nos séculos precedentes por obra dos imperadores bizantinos e que jamais haviam abandonado o local, nem mesmo durante as fases mais duras da dominação islâmica. Os monges de observância grega continuaram a residir na basílica e a celebrar o culto segundo a liturgia bizantina, em um altar próprio. Os clérigos latinos foram reformados em cânones, no ano 1114, pelo patriarca Arnolfo de Chocques e assumiram as regras de Santo Agostinho.

A grande mesquita de al-Aqsa, conhecida como Cúpula da Rocha porque custodiava o bloco de pedra do qual Maomé havia subido ao céu, recebia para o culto um grupo de cânones agostinianos regularmente, chamados de Cânones do Templo. Entrementes, as igrejas aconselharam alguns convertidos para que fizessem o voto de viver junto aos cânones, seguindo os hábitos previstos em suas regras, sem assumir completamente o estado eclesiástico ortodoxo, mas continuando a ser membros da aristocracia militar. A iniciativa tinha o caráter de uma fraternidade laica e os seus membros se consideravam dedicados ao serviço da basílica para obter a remissão dos pecados.

Ao grupo que se entregou aos *Cânones do Templo* pertencia Hugues de Payns, com alguns de seus companheiros cavaleiros. Não sabemos com precisão se Payns havia participado da primeira cruzada e da conquista de Jerusalém, mas é fato que em 1104, ou melhor, em 1105, como sugere uma recente pesquisa, ele se dirigiu à Terra Santa como seguidor do conde de Champagne, que completava então a sua primeira peregrinação. Segundo as fontes, Hugues mantinha ainda o título de senhor de Payns em 1113, mas, no ano seguinte, pôs-se em viagem em direção a Jerusalém, onde permaneceria ininterruptamente por vários anos.

A sua escolha devia ter sido mediada por um bom tempo: o nobre talvez havia se tornado viúvo depois da sua última residência na Cidade Santa, por isso teria podido intensificar aquele empenho religioso que a condição matrimonial lhe impedia. Poucos anos depois, a situação precária do reino ficou de modo que essa intenção, nascida da fé privada de um cavaleiro penitente, elevou-se até transcender as intenções de seu fundador, tornando-se uma das instituições mais influentes e potentes do Oriente latino.

Em 1119, um terrível massacre de peregrinos próximos ao Jordão havia acometido a sociedade cristã, e o eco podia ser sentido de maneira tão forte, que chegou a receber na Europa uma nota particular nas crônicas de Alberto de Aix. No ano seguinte, realizou-se uma importante assembléia de chefes cristãos na cidade de Nablos, e os problemas defensivos do reino foram provavelmente o centro das discussões. Naquele ano, Balduíno II lançou um novo apelo à sociedade cristã, ressaltando que a Terra Santa necessitava de uma estrutura capaz de assegurar um efetivo serviço de polícia.

A defesa do reino era confiada ao exército régio, composto de tropas fornecidas pela nobreza da Terra Santa, que havia repartido os territórios subtraídos

dos turcos, e a qual tendia com freqüência a mostrar certa independência da coroa: mas o rei não podia enfraquecer seu poderio, porque precisava dele para defender o reino.

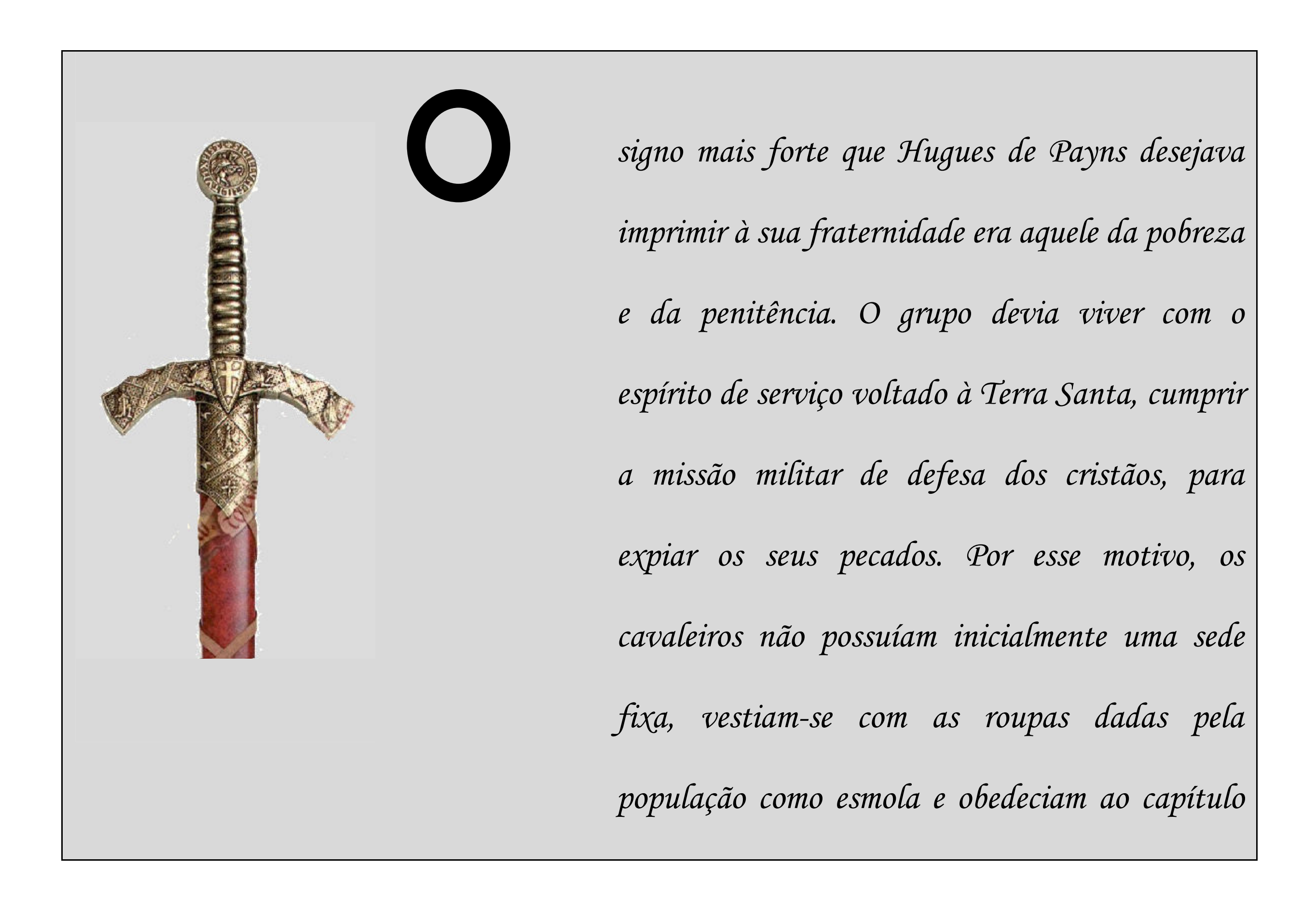
Balduíno II e o Patriarca de Jerusalém deveriam refletir por um bom tempo sobre a situação, avaliando que a fraternidade criada por militares laicos fundada por Hugues de Payns podia transformar-se em algo extremamente útil para o reino da Terra Santa: se fosse encontrado um modo de fazer da mesma uma milícia independente, sujeita somente à Igreja, o soberano poderia dispor de um importante contingente militar, para ser usado na política das cruzadas, sem precisar sofrer as pressões autonomistas da feudalidade do reino.

Payns e os seus companheiros decidem assumir um papel religioso definitivo: segundo a crônica de Guilherme, arcebispo de Tiro, em torno do ano 1120, fazem os três votos monásticos de obediência, pobreza e castidade diante do Patriarca, que confia a eles oficialmente a missão de lutar para proteger os peregrinos dos ataques islâmicos. O grupo é então conhecido e a população o estima. Naquele mesmo ano, o conde Folco d'Angiò, futuro rei de Jerusalém, vive por certo tempo próximo deles e, antes de deixá-los, dá-lhes um donativo consistente.

Balduíno II doa a Hugues de Payns e aos seus companheiros uma parte do edifício usado por ele em um primeiro momento como palácio real, localizado próximo às ruínas do *Templo de Salomão*. Os membros da fraternidade começam a ser chamados então de *Militia Salomonica Templi* e, mais tarde, *fratres Templi* ou *Templarii*.

# Capítulo II: Uma Ordem de Santos Guerreiros

## 1. Os poderosos se interessam



*O signo mais forte que Hugues de Payns desejava imprimir à sua fraternidade era aquele da pobreza e da penitência. O grupo devia viver com o espírito de serviço voltado à Terra Santa, cumprir a missão militar de defesa dos cristãos, para expiar os seus pecados. Por esse motivo, os cavaleiros não possuíam inicialmente uma sede fixa, vestiam-se com as roupas dadas pela população como esmola e obedeciam ao capítulo*

*dos Cânones do Templo. Foi o rei de Jerusalém que interveio na estrutura original da fraternidade para modificar suas intenções e tal transformação teria feito sentir imediatamente seus efeitos.*

No começo do século XII, o conceito de pobreza que Payns desejara adotar tinha um significado totalmente diferente daquele que era atribuído naquele momento: pobreza era uma dimensão do espírito, antes mesmo que da matéria, e representava o valor do indivíduo. *Pauper* não é o contrário de *dives*, mas, freqüentemente, contrapõe-se *apotens*, isto é, aquele que se faz forte pelas armas e pelo poder, no seio da sociedade.

A idéia de *povero* (pobre) que havia no tempo de Hugues de Payns poderia ser hoje traduzida como *umile*, *innocuo*, antes de referir-se simplesmente a uma situação econômica incômoda.

Apesar disso, é natural que em um contexto social como aquele do início do século XII, em que todo o poder laico estava nas mãos das diversas aristocracias militares, quem não pudesse exercitar a prática das armas tenderia então a ser uma pessoa de condições mais modestas. Mas havia também os voluntários desse conceito de pobreza, isto é, todos podiam usufruir daquela prática militar que dava a supremacia sobre os homens e, no entanto, escolhiam renunciar livremente.

Desde os primeiros séculos do Cristianismo, a autoridade religiosa havia sancionado a obrigação de renunciar para sempre às armas, entre outras imposições de penitência, para o povo pecador que era manchado de culpas muito graves, como o homicídio, o adultério e a deserção; havia também alguns homens

que, sendo inocentes de tais atos, escolhiam livremente, por motivos religiosos, assumir as mesmas condições de penitência dos pecadores. Trata-se de um ato de humilhação pessoal: fazendo isso, o penitente colocava-se voluntariamente ao mesmo nível dos culpados máximos, sujeitando-se ao mesmo regime de expiação.

O caráter renunciado e privado da iniciativa de Hugues de Payns contrastava totalmente com os projetos de Balduíno II. Não existem traços de uma predicação da parte dos Templários para aumentar o seu grupo antes da intervenção do rei de Jerusalém; segundo a tradição relatada por Guilherme, arcebispo de Tiro, Payns e seus companheiros permaneceram sempre em nove, até que a fraternidade deixou de ser institucionalizada no tempo do Concilio de Troyes, em 1129.

A situação do reino cristão da Terra Santa era ameaçada pela escassez de população residente e do órgão militar que podia efetivamente colocar-se em campo no momento em que fosse necessário. Indubitavelmente, os projetos que Balduíno II tinha em mente para a congregação de Payns não respondiam ao espírito e à finalidade para as quais havia sido fundada, e é bem provável que o soberano tivesse de investir tempo para convencer o grupo. Para a formação de uma verdadeira ordem militar, teria sido necessário o recrutamento de muitos outros combatentes, mas também encontrar recursos econômicos para manter o organismo, garantir as provisões e os fornecimentos indispensáveis. Em um mundo onde a guerra ainda se faz essencialmente a cavalo, completamente revestidos de pesadas armaduras que levavam muito tempo para serem preparadas por artesãos especializados, este corpo militar idealizado por Balduíno II não poderia jamais ser pobre, sob pena e risco de perder imediatamente sua funcionalidade.

Hugues de Payns, na qualidade de chefe e fundador, teria além de tudo que assumir notáveis responsabilidades administrativas, judiciárias e militares: as mesmas que desenvolvia naquele século enquanto era senhor do feudo em Troyes, e a que teria renunciado voluntariamente para viver em Jerusalém como penitente ao Templo do Senhor.

A passagem do conde Folco d'Angiò pelos Templários no ano de 1120, e sobretudo seu período de convivência entre eles, talvez não servisse aos propósitos do rei de Jerusalém. Naquele mesmo ano, Balduíno doou-lhes como sede uma ala do palácio que ele havia usado até aquele momento como residência, que mal se encaixava aos padrões do grupo. Aceitar aquela doação, porém, significava não só ampliar a instituição, mas, sobretudo, demonstrar que ela estava sofrendo mudanças em sua natureza, assumindo um posto privilegiado na sociedade da *Terra Santa*, ao lado de privilégios.

A *Coroa* deve ter feito pressões sobre os primeiros *Templários*, apoiada na autoridade do *Patriarca de Jerusalém*, o qual dividia com o soberano as preocupações pela defesa do reino. Naquele tempo, a fraternidade estava sujeita ao patriarca, máximo expoente da hierarquia da *Igreja* secular na *Terra Santa*, e provavelmente foi o próprio que sensibilizou o grupo às exigências logísticas do país, convencendo Payns a enfrentar a radical transformação do grupo. Outra ordem religiosa fundada em Jerusalém alguns anos antes e voltada à cura dos doentes e dos peregrinos, o *Hospital de San Giovanni*, foi dirigida no mesmo sentido, assumindo mais tarde uma função militar que era completamente estranha ao seu espírito originário.

Vencer a dissidência do grupo dos primeiros *Templários* não foi o único obstáculo a ser superado: a população do reino não atendia às exigências do

recrutamento e tornava-se necessário encontrar outros recursos humanos fora de lá. Além disso, Balduíno II tinha a seu lado o *Patriarca de Jerusalém* e o moderado e sábio Gormondo de Picquigny. Mas, para constituir uma entidade que teria também caráter religioso, era necessária a bênção do papa.

Em 1126, o conde de Champagne volta a Jerusalém e entra no grupo dos *Templários*, e seu ingresso não podia ser ignorado: trata-se de um homem forte, que pertence à máxima nobreza do reino da França e tem controle da política de metade da Europa.

No ano seguinte, Hugues de Payns deixa Jerusalém junto de alguns companheiros para uma importante viagem ao Ocidente, que decidiria a sorte da futura ordem. Vai à França e faz escala em Roma, onde pede uma audiência ao papa Honório II (1124-1130), que é um pontífice muito sensível aos problemas da *Terra Santa* e, assim, poderia mostrar interesse pelo projeto em vias de ser realizado. Por cerca de três anos (1127-1130), Payns viaja e faz contatos com pessoas muito importantes da Europa centro-ocidental, ajudado pelos seus companheiros que são cavaleiros originários das diversas regiões da França. Ele faz uma parada em sua terra natal, Champagne, depois alcança Angiò e Maine, onde possui ótimas relações com o conde Folco V. Viaja para Poitou e Normandia, onde é acolhido pelo rei Enrico I, que o envia sob seu patrocínio até a Inglaterra e Escócia. Retornando à França, visita Flandres e, no fim de 1129, desce o vale do Ródano. Quando embarca de Marselha rumo a Jerusalém, leva consigo um número consistente de novos *Templários*.

## 1. Dificuldades institucionais

No mês de janeiro de 1129, o cardeal Matteo d'Albano encontrava-se em território francês para participar de um concilio na cidade de Troyes. Tratava-se de

uma das tantas assembléias promovidas pelos bispos locais, destinadas a recolher os membros da aristocracia guerreira, procurando empenhá-los em solenes juramentos de paz até que se abstivessem das guerrilhas e dos atos de violência, ao menos em ocasião das mais solenes recorrências religiosas.

A sociedade ocidental atravessava então um momento particularmente difícil. Depois que os herdeiros de Carlos Magno haviam desfeito a unidade do *Sacro Império Romano* dividindo suas partes em Verdun no ano de 846, iniciou-se uma fase de progressivo declínio, que as terríveis incursões perpetradas pelos húngaros, normandos e sarracenos, entre o fim do século IX e princípio do século X, transformaram em uma crise definitiva entre as instituições.

O século X, conhecido entre os historiadores como o "*século de ferro*", foi determinado em quase todas as regiões históricas da Europa pelo clima de caos nas instituições, anarquia e violência generalizada. Nas regiões onde o declínio da autoridade imperial havia sido precoce, como na região centro-meridional da França, firmavam-se pequenos potentados locais, muito freqüentemente por meio de usurpações e quase sempre às margens da legalidade, fundados em larga escala pelo medo que os profissionais da guerra a cavalo, completamente armados, eram capazes de incutir nas massas de agricultores e de artesãos. Revestidos pelo título de milites, porque a sua única qualificação era o fato de serem profissionais da guerra a cavalo, esses chefes viviam em franco conflito entre si pelo controle do território, freqüentemente envolvidos em duros contrastes com os legítimos representantes dos poderes centrais e, às vezes, aliados com os descendentes dos velhos integrantes do império carolíngio (*comitês, marchiones*), cujas famílias continuavam a manter a riqueza e proeminência social. Os bandos de cavaleiros a

serviço de uns e de outros constituíam um perigo para as campanhas e não economizavam nem mesmo os artigos sacros decorativos das igrejas.

Dos registros do papa Gregório VII é possível termos uma idéia realística desse dificílimo período: em 1074, o *miles* Lanzelin de Beaugency, no comando de um bando armado, planejou uma emboscada ao arcebispo de Tours para derrubá-lo, fazendo subir ao poder pelo mesmo assalto, em 1080, o bispo de Liege, por obra do conde de Chiny. Em Terouanne, três anos mais tarde, o miles Oilard e o conde Eustache arrombaram a porta da catedral, profanaram as relíquias, roubaram os objetos de valor e arrastaram para fora o bispo Lamberto, que se encontrava prostrado em preces, com tal fúria que o mutilaram horrivelmente.

A *Igreja* tentara exaustivamente bloquear tais atos de violência, mas a ameaça de excomunhão não surtia mais do que um efeito provisório. Os bispos das áreas mais atingidas organizavam periodicamente as grandes assembléias, conhecidas anteriormente como "*tréguas de Deus*", procurando assim envolver os chefes locais em solenes juramentos de paz que fossem capazes de bloquear os atos de violência ao menos nos períodos das festividades religiosas. Considerando a época histórica em que nasceu o movimento, não surpreende, portanto, que o papado e em geral toda a sociedade cristã tenham podido conceber a existência de uma ordem de frades habilitados a fazer a guerra: tanto a Igreja quanto os detentores dos direitos servis, expostos aos riscos contínuos dessas desordens sociais, viam na futura ordem religiosa um modo de tornar institucional e permanente o experimento da cruzada.

Muitos cavaleiros mercenários ou sem atividade fixa, e que freqüentemente viviam como bandidos, tinham podido investir as próprias energias na nova ordem, servindo a uma causa honrosa, com a perspectiva de seguir

também uma brilhante carreira. As hierarquias eclesiásticas nobres da Europa, contra as quais esses bandos de milites freqüentemente se rebelavam, obtiveram um indubitável benefício quando de sua passagem pela Terra Santa.

À luz dessas evidências, explica-se a benevolência com que os grandes senhores feudais visitados por Hugues de Payns acolheram a hipótese do projeto "*Templário*", talvez pelo número substancial de recrutamentos que ele pôde desenvolver em sua viagem.

O *Concilio de Troyes*, que se abriu em janeiro de 1129 na presença do legado apostólico Matteo d'Albano, ofereceu uma ótima ocasião para discutir a constituição dessa ordem religiosa e militar, mas os problemas não eram nem poucos nem fáceis de serem resolvidos. Não se tratava simplesmente de instituir um corpo guiado por valores religiosos, mas, sim, um modo de dar "*vida*" canônica a uma ordem de frades habilitados à guerra e ao homicídio. Limitando-se a alargar e institucionalizar as fraternidades militares de Payns, corria-se o risco de que esse futuro exército caísse sob o controle do poder laico ou da aristocracia militar, de cujos membros eram originários: para poder dispor de vantagens exclusivas da política da *Terra Santa*, era necessário desvincular-se de qualquer autoridade e se sujeitar somente à Igreja, fato que podia se dar unicamente por intermédio de uma ordem monástica. Mas a *Sé* apostólica atravessava então um momento extremamente delicado, no qual o próprio papa era colocado em discussão. As propostas que chegavam do distante Oriente, tão inovadoras e rompidas com as tradições da *Igreja*, dificilmente teriam audiência.

Nos anos entre a afirmação dos votos religiosos da parte de Hugues de Payns e de seus companheiros diante do *Patriarca* Gormondo de Picquigny (1120) e a missão do futuro chefe *templário* no Ocidente (1127), o papado encontrava-se em

risco contínuo de rompimento. Durante o pontificado de Urbano II (1088-1099) e Pasqual II (1099-1118), a Cúria havia preferido pela nomeação de cardeais tomados do ambiente monástico e, sobretudo, que fossem originários de Roma, da Itália central ou meridional, crescidos em um ambiente tal de modo a haver uma mentalidade condizente com a marca da política eclesiástica implementada por Gregório VII ao papado. Calixto II (1119-1124), originário da Borgonha, e eleito papa no monastério de Cluny, promoveu a reorganização da Cúria e imprimiu à política eclesiástica uma orientação diferente da que privilegiava os bispos, os cistercienses e as novas ordens de cânones regulares (agostinianos e premonstratenses).

Calixto favoreceu a seleção de homens provenientes da Borgonha, como ele. Esses franceses, pertencentes ao clero reformador dos cânones regulares, concentravam as próprias energias na cura das almas; pareciam inovadores aos olhos dos velhos cardeais "*gregorianos*", a ponto de serem acompanhados com apreensão. No interior da *Cúria*, criou-se logo uma divisão de orientação, aguçada pela diferença de cultura e de formação. O líder dos franceses era Aymeric de Borgonha, que Calixto II havia promovido a cardeal diácono de *Santa Maria Nova* em 1123 e depois, após o concilio de Latrão, a chanceler, tornando-se autoridade decisiva na escolha da política pontifícia. Durante as duas eleições seguintes, com o apoio dos Frangipani, conseguiu fazer prevalecer os seus candidatos.

Após a morte do papa Calixto, em 13 de dezembro de 1124, a maioria do Sacro Colégio encontrava-se de acordo sobre a eleição do cardeal Saxo de Santo Estêvão, porém os Pierleoni opuseram-se, e graças às suas pressões obtiveram, apenas três dias depois, a eleição de Tebaldo de Santa Anastácia, ou Celestino II. Mas o papa teve apenas tempo de fazer o endosso e entoar o *Te Deum*, que os

Frangipani interromperam desembainhando a espada, ferindo-o e obrigando-o a abdicar.

De acordo com Aymeric de Borgonha, logo foi eleito Lamberto Scannabecchi de Fagnana, cardeal de Óstia, assumindo o nome de Honório II (1124-1130), que o prefeito Urbano e os Pierleoni decidiram aceitar mediante pagamento de vultosa soma em prata e com a promessa de importantes favores.

Honório II foi um bom defensor da autonomia papal das ingerências do poder laico, fiel à causa da reforma da Igreja e idealizador da mediação diplomática para consolidar a centralização da Sé romana. É possível que ele também tenha sido visitado por Hugues de Payns em 1127, acolhendo com benevolência os pedidos do cavaleiro francês, entrevendo na futura ordem um válido ponto de referência para o papado no setor de orientação: a prova disso é a ratificação do projeto *Templário* por parte de seu enviado Matteo d'Albano, em 1129, que jamais poderia ter sido feito sem o consentimento do pontífice e do chanceler Aymeric.

O pontificado de Lamberto Scannabecchi, nascido por meio das hábeis tramas do Chanceler da Borgonha, conseguiu estabelecer alguns anos de trégua na luta das facções aristocráticas romanas para o controle do assento pontifício, mas o fim iminente o fazia temer por uma sucessão difícil. Honório possuía inimigos fervorosos: a parte imperial, em primeiro lugar, mas também o potente enclave nobre dos Pierleoni, que havia aceitado sua eleição como forma de barganha, esperando apenas o momento certo para a insurreição. No início de 1130, Honório foi golpeado por uma séria doença, e o chanceler Aymeric, de acordo com os Frangipani, achou necessário levá-lo ao interior do monastério de São Gregório, para protegê-lo das ciladas dos Pierleoni. Na noite entre 13 e 14 de fevereiro, Lamberto morreu, e seus feitores indicaram como sucessor o romano Gregório Papareschi, ou Inocêncio II

(1130-1143), outro cardeal que, em seu tempo, empenhou-se ativamente para conseguir a trégua com a parte imperial na firmação do *Acordo de Worms*, que havia posto fim à luta pelas nomeações.

Os Pierleoni intuíram que os adversários se encontravam em um momento de dificuldade e desfrutaram da ocasião para completar um clamo-roso golpe: reunidos os fiéis cardeais, proclamaram ilegítima a nomeação de Inocêncio II, procedendo a uma nova eleição pontifícia a favor de um parente, Pietro Pierleoni, ou Anacleto II, abrindo um cisma no centro da *Igreja*, tendo como primeiro objetivo a perseguição aos concorrentes. Inocêncio II teve de fugir de Roma e, depois, deixar a Itália para chegar a Borgonha, onde foi protegido por amigos do chanceler Aymeric.

Apenas alguns meses depois que a *Ordem Templária* havia recebido a sanção oficial, no momento em que mais necessitava de sustentação pontifícia para iniciar concretamente o seu desenvolvimento, o papa reduziu-se a um refugiado, e a política da *Santa Sé* romana foi controlada pelos seus inimigos.

## 2. A questão moral

No tocante à esfera ética, os problemas existiam há bastante tempo e eram os mais difíceis de resolver. Hugues de Payns, que havia procurado o apoio de alguns ilustres personagens religiosos de seu tempo, não tardou em tentar resolvê-los. Em 1128, o prior da *Grand-Chartreuse*, por ele consultado, respondeu-lhe com uma carta verdadeiramente desmoralizante: "*É inútil atacar os inimigos externos se aqueles internos não estiverem dominados, e não é produtivo tentar libertar a Terra Santa dos infiéis se, primeiro, não liberar a própria alma das suas faltas*".

Citando uma carta de São Paulo aos Efésios, o prior afirmava que "*não é bem com os adversários de carne e osso que temos de lutar, mas contra os principados, os potentados, os dominadores do mundo das trevas, contra os*

*espíritos do mal que habitam os espaços celestes*", uma lição espiritual muito tocante, que faz jus a um homem voltado à vida contemplativa e que não podia imaginar o que significava encontrar-se diante de um grupo de predadores sarracenos prontos a atirar-se sobre uma multidão de peregrinos.

Os militares cristãos não eram muito clementes, mas os sarracenos, às vezes, faziam exibições de crueldade exasperada contra o inimigo: no final de junho de 1119, os soldados turcomanos do príncipe sírio *Ilghazi* haviam arrastado os prisioneiros francos para uma planície de Aleppo e os massacraram, mas não tanto a ponto de matá-los, porque o chefe deles não queria privar a plebe da cidade de toda a diversão. Logo, foram levados da planície e torturados até a morte nas vias públicas da mesma cidade.

As reticências do prior da Grand-Chartreuse correspondiam a uma linha de pensamento antiga, mas muito compartilhada. A moral cristã sempre se mostrou contra a realização da guerra, mesmo que nenhuma das passagens do *Evangelho* a condene. Já nos primeiros passos do *Cristianismo*, a escolha militar era considerada como um ato de desprezo em relação às *leis de Deus*, havendo diversos exemplares de santos que, para abraçar a vida cristã, haviam dado solenemente o adeus às armas. Essa questão, porém, havia sido enfrentada nos tempos de Ambrósio e Agostinho, mas o tema da legalidade das armas e da guerra justa era extremamente delicado.

Os graves problemas atravessados pela sociedade ocidental no curso do século X, acentuados pelos atos de violência perpetrados pelos húngaros e pelos normandos ainda pagãos, tinham, todavia, na prática militar, algumas atitudes moderadas, incentivadas pela Igreja. Desse clima particular, pode ser assinalado, por exemplo, o fato de que Burcardo de Worms (965-1025) em seu *Decretum*

retomou a carta de Nicolau I (858-867), na qual o papa restituía aos penitentes o uso das armas, desde que fossem empregadas na luta contra os pagãos.

O desencontro ocorrido entre o papado e o império pelas investiduras e a luta da Igreja para livrar-se das interferências do poder laico tinham anteriormente atuado em favor da evolução do pensamento cristão, mostrando a necessidade de que os pontífices dispusessem de uma milícia a seu comando para ser convocada em caso de emergência, e para exibir e desencorajar eventuais agressores. O papa Gregório VII era empenhado a abençoar o serviço dos cavaleiros que pegassem em armas para defender a Igreja. Mas não bem dos monges, mas sim dos laicos que sempre usaram o instrumento da guerra e que continuavam a fazê-la sempre que necessário. A proposta que chegava de Jerusalém tinha um caráter completamente diferente, distante da mentalidade que dominava o Ocidente há séculos, segundo a qual não poderia haver a salvação eterna antes de uma conversão total baseada na renúncia ao mundo e pela opção ao claustro. Essa corrente de pensamento tinha o apoio de muitos personagens ilustres ainda no século XI.

São Pier Damiani, um dos maiores promotores da reforma da Igreja e mestre de Gregório VII, havia expressado um claro juízo de condenação em relação ao exercício da guerra, alegando ser a mesma incompatível com a perfeição espiritual, podendo apenas ser alcançada por meio de uma vida contemplativa. No instante seguinte à primeira cruzada, apesar do entusiasmo coletivo pela libertação do Sepulcro ainda estar bem longe de se acabar, muitos pensavam como ele.

Havia naquele tempo quem tivesse podido ajudar Hugues de Payns em sua tentativa de promover a fusão de dois ideais julgados por grande parte da sociedade cristã como opostos inconciliáveis: um místico excepcional, dotado de

uma habilidade comunicativa incomum, mas também capaz de mover as peças certas em um ambiente religioso e político de seu tempo.

Nascido de uma família de linhagem cavalheiresca que pertencia a uma nobreza menor da Borgonha, Bernardo de Clairvaux havia escolhido voluntariamente o caminho do claustro aos 21 anos, convencendo seus irmãos a segui-lo; e, em 1113, havia feito os votos monásticos no centro de Citeaux. Convencido promotor da reforma monástica, Bernardo dividiu o ideal do *contemptus mundi*, isto é, a convicção de que se possa chegar à salvação eterna somente no retiro do claustro, com a ascese, abandonando o mundo e todas as suas múltiplas corrupções.

Hugues de Payns dirigiu-se a Bernardo provavelmente logo após a sua chegada ao Ocidente, talvez pelo fato de suas famílias pertencerem à nobreza de menor importância, terem alguma ligação de parentesco ou de aliança política. Payns entregou-lhe uma carta de Balduíno II na qual o santo era empenhado em elaborar para os *Templários* uma regra monástica adequada, que fosse compatível com as necessidades da guerra e, ao mesmo tempo, adaptada à dignidade de uma ordem religiosa. Alguns historiadores se mostram céticos em relação à genuinidade desse documento, mas é certo de que Payns procurou obter a ajuda de Bernardo e que em um primeiro momento teve a desilusão de ser completamente ignorado.

A hipótese da existência dessa nova ordem religiosa, formada por frades voltados à guerra, parecia em um primeiro momento absurda ao abade, tal como algo monstruoso. Apenas um ou dois anos antes da viagem de Hugues de Payns ao Ocidente, ele havia se amargurado com o conde de Champagne, demonstrando sua desconfiança, porque este havia abandonado o seu antigo propósito de entrar em Citeaux para se tornar *Templário*. Bernardo não é tão rigoroso quanto Pier Damiani;

no entanto, conhece muito bem os hábitos de vida da cavalaria laica, porque ele mesmo pertencia a ela por nascimento e duvidava fortemente que pudessem se conciliar com qualquer ordem religiosa.

Arrogância, gosto pelo luxo e pela ostentação, desprezo pela vida humana, predisposição à agressividade e à violência que a mentalidade da aristocracia guerreira exaltava como manifestação do maior mérito para um cavaleiro, a coragem. Uma ética específica da guerra como atividade do grupo dominante, o sangue *di alto valore*, leva-os a exaltar o combate pelo combate. Poucos decênios depois, o trovador Bertrand de Born cantou desse modo as façanhas dos cavaleiros provençais que renovavam os combates sangrentos com o desabrochar das primeiras flores no início da primavera, enquanto os seus contemporâneos dedicados à lírica de amor celebravam o adultério dos jovens cavaleiros com as mulheres de seus velhos senhores feudais:

*Clavas ferradas e brandas, elmos de várias cores,*
*Escudos perfurar e fracassar*
*Veremos no primeiro chocar-se*
*E mais vassalos juntos golpear*
*Onde vagarão debandados*
*Os cavalos dos mortos e dos feridos.*
*E quando tiver entrado na luta*
*Cada homem de alto sangue*
*Não penseis que a decepar cabeças e braços:*
*Melhor morto que vivo e derrotado!*
*Eu vos digo que não me dá tanto prazer*

*Comer, beber ou dormir,*

*Como quando gritar: ao assalto!*

*De ambas as partes, a relinchar*

*Cavalos desenvoltos pela sombra,*

*E ouço gritar: ajuda, ajuda!*

*E vejo caírem sepultados*

*Humilhados e grandes entre as ervas,*

*E vejo os mortos que atravessam o peito*

*Têm lanças e escudos.*

*Barões, dai em garantia*

*Castelos, burgos e cidades,*

*Mais que parar de guerrear um contra o outro.*

Como se podia pretender que os *cavaleiros do Templo*, provenientes daquele mundo e trazidos desde a infância com aquele modelo de comportamento, deixassem, de um dia para o outro, de levar tal modo de vida? Bernardo, que conhece o poder da obediência e da ascese, e Hugues de Payns, que viveu os sofrimentos dos peregrinos e a saudade inarredável de Jerusalém, bem sabem que há um único modo: isolar todos aqueles que possuem um sentimento religioso mais elevado que os demais, doutriná-los e prepará-los para a vida na nova ordem através de um itinerário de disciplina extremamente rígida.

Bernardo sabe das emergências que se prestam à *Terra Santa* e está disposto a patrocinar moralmente o nascimento da ordem, mas é um homem obstinado e nem um pouco disposto a desistir de suas convicções. Ele espera por um bom tempo Hugues de Payns, a ponto de enviar diversos apelos. Este

responderia mais tarde, e o seu apoio seria determinante para a sorte do *Templo*, apenas por ter encontrado uma fórmula que pudesse contentar o papa Balduíno II sem trair as boas intenções que haviam animado o grupo de cavaleiros penitentes, dedicados ao Templo do Senhor.

## 3. Guerra e ascese

Em torno do ano de 1135-1137, em um momento delicadíssimo para a ordem recém-instituída, Bernardo compõe um tratado intitulado *In lode della nuova milizia*. São momentos cruciais: o papa legítimo Inocêncio II ainda está no exílio, e Bernardo estava na linha de frente pela defesa da legitimidade de sua posição sobre o trono apostólico, trabalhando por anos em defesa da atividade de mediação que fez ganhar o respeito dos soberanos da França e da Inglaterra, do imperador Lotário e de muitos bispos importantes de cidades do norte da Itália. No Concilio de Pisa, em 1135, que assinala um importante passo na vitória de Inocêncio II e na história dos *Templários*, é o pontífice em pessoa que ratifica as regras da nova ordem e provavelmente termina completando o quadro, elaborando uma lista de festas religiosas que os *frades do Templo* deveriam observar com especial solenidade. O tratado de Bernardo, que naquele momento elaborava um modelo de santo guerreiro na figura de um *cavaleiro Templário* ideal, soube conciliar a espiritualidade originária dos dedicados cavaleiros com as tendências que dominavam a cultura religiosa na Europa naqueles tempos.

Os cânones regulares que haviam acolhido Hugues de Payns e seus companheiros, enquanto fossem agostinianos, possuíam uma concessão religiosa em certos aspectos radicalmente diferente daquela de Pier Damiani e de muitos ambientes monásticos ocidentais. Para os primeiros, a vida religiosa era, antes de

tudo, um serviço dedicado aos outros, principalmente os mais débeis, como uma luta quotidiana com as armas da fé contra o mal do mundo. Santo Agostinho havia valorizado a obra de quem punha a sua vida em defesa dos oprimidos como uma guerra legítima (*bellum iustum*), em nome do bem supremo da paz. Toda a sua idealização era revestida de simbologia militar. Deve-se lembrar que, na cultura do Ocidente, o modelo do combatente religioso arraigava-se a uma questão histórica: se os *Templários* foram influenciados pelo *ribat*, isto é, pela idéia da guerra santa concebida no âmbito islâmico, é bom saber também que a Bíblia continha diversos modelos de homens santificados pelo fato de combater pela defesa da própria religião. Como exemplo disso, o rei Davi, chefe de seu povo e eleito pelo próprio Deus, mas também Gideão, da mesma forma escolhido por Deus para guiar seus soldados à vitória. Esses modelos valorizavam a figura do guerreiro religioso de forma heróica e mística, de maneira já bastante exaltada no *Velho Testamento* e que a espiritualidade militante dos cânones agostinianos propunham para garantir a salvação dos mais débeis. Quando Payns e seus companheiros se apresentaram aos religiosos do *Sepulcro* com a oferta de combater em defesa dos peregrinos, os cânones certamente não haviam encontrado dificuldade em enxergar a bondade e a justiça da iniciativa. Dadas as condições absolutamente precárias da *Terra Santa*, esses cavaleiros defensores dos mais fracos haviam assumido uma justa missão, servindo a Deus com as suas armas para obter a remissão dos pecados.

Se um modelo similar fosse proposto dessa forma na sociedade ocidental, onde a cultura eclesiástica continuava a olhar com desconfiança a prática do uso de armas também em consideração às contínuas violências que as hordas a cavalo perpetravam contra seus inimigos, o projeto teria sido imediatamente condenado. Talvez por isso São Bernardo, alcançado por Hugues de Payns e pela provável carta

do rei de Jerusalém que pedia o absurdo de escrever uma regra "*não discordante dos clamores da guerra*", decidiu, primeiro, responder com um eloqüente silêncio. A permanência de Payns na Europa, os seus colóquios com os vários governantes, com o papa, as repetidas tentativas de dar explicações ao mesmo Bernardo, provavelmente fizeram que a sociedade ocidental amadurecesse uma visão mais realística das condições de vida na *Terra Santa*, sob as quais o projeto apoiado pelo rei de Jerusalém devia aparecer pouco a pouco menos paradoxal. Foi depois de ter conhecido melhor as instâncias espirituais nutridas pela confraria de Payns que o abade cisterciense tomou uma decisão determinante: apesar das aparências, entre o modelo espiritual dos *cavaleiros do Sepulcro* e aquele aderido por Bernardo, há pontos importantes em comum que procurou trabalhar para dar uma norma de vida aceitável também para a cultura religiosa do Ocidente.

Depois da crise moral sofrida pelo beneditismo durante o desmanche do império carolíngio, o centro de Cluny, na Borgonha, promovia uma substancial reforma dos costumes, marcada pela recuperação dos valores fundamentais como a ascese, a pureza da vida e a negação de qualquer tentação proveniente daquele século. Os intelectuais que haviam aderido a essa escolha de vida consideravam importante um novo modelo de espiritualidade também entre os laicos, para promover maior cristianização dos costumes, especialmente nas novas categorias de potentados nascidos após a degradação do império carolíngio, cuja cultura era dramaticamente similar àquela da tradição paga, uma vez que valorizavam o uso da força e, freqüentemente, a mesma violência. Em 930, o abade Oddone de Cluny havia escrito a biografia de São Gerardo de Aurillac, um grande senhor feudal que havia alcançado a santidade vivendo de forma cristã, isto é, usando o próprio poder militar, mas não para depredar e sim para defender o *povo fraco e a Igreja*. A obra

tinha uma decidida intenção propagandística, porque o autor desejava demonstrar que também a categoria dos potentes (a cavalaria armada) podia servir a Deus, se respeitadas as leis divinas, abstendo-se das violências injustificadas.

Se o modelo proposto pelo abade Oddone era ainda bem próximo da figura ascética de um monge, já que São Gerardo havia abraçado a castidade e nutria o desprezo do mundo que era o sentimento mais característico do monastério reformado, esse empenho cluniense de cristianizar o estilo de vida das elites militares iria avante e cem anos mais tarde o mesmo ambiente proporia a biografia de outro santo guerreiro, que havia chegado à santidade tendo uma vida mais "*normal*" para um homem da sua classe. Tratava-se de São Burcardo, conde de Vendôme, que, já velho, havia entrado no convento depois de ter levado uma existência de um justo senhor feudal, marido fiel, servidor leal do rei Hugo Capeto.

Da espiritualidade reformada de Cluny havia nascido aquela de Citeaux, que São Bernardo havia abraçado enriquecendo-a com a sua mística elevadíssima e uma fervorosa dedicação. O monastério cisterciense havia "*herdado*" da sua fonte o empenho de promover maior cristianização dos costumes dos laicos, empenho este que Bernardo havia assumido também convencendo alguns de seus parentes e outros homens da classe aristocrática, como o Conde de Champagne, a abraçar a vida do claustro. Refletindo longamente sobre o pedido que vinha de Jerusalém, o abade deu-se conta que o modelo espiritual dos cavaleiros dedicados ao Sepulcro não estava em contradição com as suas convicções. Isso ofereceu aos milites um caminho para afastar a perdição e a violência do século, porque obrigava a usar as armas somente para a defesa de uma causa justa, logo, contribuía para tornar mais cristã a vida e a mentalidade das elites. É com o mesmo fim que o monastério

reformado, com Cluny e depois Citeaux, estava trabalhando ativamente há dois séculos.

A chave do problema reside na intenção penitente dos *cavaleiros do Sepulcro* e nas intenções puramente defensivas que denotam a primitiva confraria de Hugues de Payns: um dos maiores conhecedores da obra de São Bernardo, Jean Leclercq, definiu a regra dos *Templários* como a "*carta bernardiana para a limitação da violência*".

A finalidade de quem se faz *Templário* é aquela de expiar os seus próprios pecados, colocando a vida em risco para proteger Jerusalém e a *Terra Santa*. É uma espécie de cruzado em vida, mas que depois da morte terá sua alma como a de um homem dedicado, a serviço da Igreja e da fé. A morte dos sarracenos significa assassinato aos assassinos; é a eliminação de todos que se fazem instrumentos do mal: não homicídio, mas *malicidio*, ou a morte do mal. Como São Miguel Arcanjo[*], chefe das hostes celestes contra o poder das trevas, trespassa o demônio na grande batalha do último dia, o *cavaleiro Templário* far-se-á servo da fé combatendo e dando a sua vida; e a própria Virgem, pela qual Bernardo tem uma devoção fortíssima, não seria aquela que esmagaria sob o seu pé a cabeça da serpente, encarnação do mal?

A ética da guerra que os cavaleiros ocidentais haviam desenvolvido em seu mundo podia efetivamente revelar-se útil por uma boa causa, a defesa dos ataques armados dos sarracenos, e os Templários podiam fazer muito pela proteção da população cristã na *Terra Santa*. Mas tudo isso não poderia ocorrer se a *Ordem* viesse a perder a sua conotação original de penitência e de humildade espiritual: a arrogância inata na cavalaria deveria ser temperada com uma prática inflexível de

---

[*] N. E.: A respeito desse santo, sugerimos a leitura de *Comunicando-se com São Miguel Arcanjo*, de Richard Webster, lançamento da Madras Editora.

humilhação pessoal, até que o espírito do serviço viesse sempre antes dos objetivos materiais e a causa prevalecesse sobre o homem. O *Templo* necessitará de uma disciplina duríssima, capaz de frear o orgulho e o desejo de afirmação pessoal que marcam os membros da aristocracia militar. Se quisessem tornar-se religiosos deveriam aprender a submeter-se a um regime de obediência absoluta, renunciando ao livre-arbítrio para colocar-se completamente à vontade dos superiores.

Dessa forma, teria nascido um organismo fortemente homogêneo e coeso, que poderia funcionar de maneira admirável, contanto que os comandantes tivessem mantido estreita vigilância e disciplina inflexível. A *Ordem dos Templários* teria sido um modelo de perfeição na sociedade cristã, mas os seus dirigentes deviam assumir grandes responsabilidades morais nos confrontos da Igreja, que a aceitava em suas fileiras: se se sentiam em grado de sustentar essas honras, Bernardo era disposto a dar a sua aprovação e colocar a serviço da causa templária os seus extraordinários dotes espirituais e intelectuais.

## 4. A força de um ideal

Em Troyes, a autoridade de Bernardo se fez sentir e o abade recebe o mandado de redigir a regra da nova *Ordem*. A historiadora e filóloga Simonetta Cerrini completou um acurado trabalho de reconstrução sobre a biografia das principais personalidades religiosas e laicas presentes ao concilio: além do velho fundador de Citeaux, Stefano Harding e outros membros de destaque da *Ordem*, havia muitas pessoas ligadas às orientações espirituais e políticas de Bernardo, como se ele mesmo tivesse trabalhado para preparar o terreno para que a *Ordem* nascente fosse aprovada. O prólogo da regra não esconde que no seio do concilio existiam discussões e também contrastes em relação a alguns hábitos que os companheiros de Payns haviam observado até aquele momento; mas se pode dizer

sem exagero que Bernardo organizou em Troyes quase que uma rede de consensos, para que aquele projeto compartilhado por todos tivesse um bom final.

Ficou estabelecido que os frades continuariam a viver segundo as normas já usadas no passado de Payns e dos seus companheiros, que eram submetidas à atenção do concilio, corrigidas, enriquecidas e sancionadas canonicamente como regra da nova ordem. Também sobre o plano espiritual, Bernardo batiza o *Templo* imprimindo seu sinal, talvez em respeito à sua marca agostiniana: os frades teriam um estilo de vida conventual muito parecido àquele cisterciense, mas pela liturgia continuariam a seguir ao *Ordinário* usado pelos cânones do *Sepulcro*, além disso, observando um culto especial para a Virgem, a quem a *Ordem* é dedicada.

Em 1138, na morte do "*antipapa*" Anacleto II, a luta do pontífice legítimo, Inocêncio II, para reaver o trono apostólico, concluía-se graças à obra constante do mestre São Bernardo que nunca deixou faltar a sua autoridade moral e o apoio dos seus excepcionais dotes de comunicador. O "*antipapa*" Vítor IV, ao suceder Anacleto II, reconheceu oficialmente à ilegitimidade da própria posição e se submeteu ao papa, que pôde finalmente regressar a Roma. Poucos meses depois, em 1139, Inocêncio II emitiria o famoso privilégio apostólico intitulado *Omne datum optimum*, que teria fornecido os pressupostos essenciais para o desenvolvimento do *Templo*: em reconhecimento ao sangue oferecido pela defesa da fé cristã, aos *Templários* era concedida a completa autonomia da hierarquia eclesiástica regular e secular, isto é, a *Ordem* era dispensada da obediência aos patriarcas, respondendo somente ao papa. *O Mestre e o Capítulo Geral da Ordem* poderiam cuidar da vida e dos seus hábitos sem nenhuma interferência, exceto a do pontífice; e para que essa independência se tornasse concreta, foi dada aos *Templários* a faculdade de possuir sacerdotes próprios, desvinculados da submissão aos bispos e arcebispos. O

privilégio continha também concessões de ordem econômica: no curso dos decênios seguintes foi ratificado e enriquecido pelos pontífices, com o fim de tornar o *Templo* isento das imposições fiscais, para que todos os recursos fossem destinados ao empenho cruzado, e para garantir a plena autonomia dos poderes laicos e eclesiásticos, a fim de evitar que os soberanos, os senhores feudais ou os bispos forçassem os Templários a militar para servir a qualquer interesse particular.

A *Omne datum optimum* completa a obra de promoção levada por Bernardo com a difusão do seu tratado de propaganda *In lode della nuova milizia*; pedido e obtido pelo seu aluno Inocêncio II em um momento em que o pontífice finalmente vitorioso não era capaz de negar nada ao seu mestre, o privilégio era a base econômica e política para a decolagem da *Ordem*, e os seus prodigiosos efeitos não tardariam a voltar. No curso de poucos anos, Payns e seus co-irmãos dirigiriam uma rede de instalações (*mansiones,* isto é, mansões), tão grande, capaz de tornar necessária a *divisão da Ordem* em províncias, cada qual com o seu próprio supervisor. A sociedade aclamaria o *heroísmo dos Templários*, sustentando-lhes a causa com doações, e muitos nobres, continuando a viver sua própria vida, pediriam a obtenção de uma afiliação à Ordem, que os acolhia em suas fileiras.

O grande sucesso moral da nova Ordem se explica da forma que afirmava o cronista e místico Guiberto de Nogent: "*Se Deus dividiu a sociedade em três ordens fundamentais, confiando à primeira a missão de pregar por todos (os homens religiosos), à segunda, de trabalhar por todos (agricultores e artesãos) e à terceira, de combater (a nobreza) para defender os dois primeiros, eis que nos Cavaleiros do Templo realiza-se uma verdadeira perfeição terrena e espiritual, enquanto esses unam em si a missão das duas classes superiores (Igreja e nobreza), tornando-se em certo momento os pilares do mundo*".

No frade *guerreiro do Templo*, a mansidão e a humildade do verdadeiro monge associavam-se à coragem e à nobreza do verdadeiro cavaleiro. Muitas interpretações foram propostas para explicar o misterioso significado de um lacre que mostrava dois cavaleiros cavalgando o mesmo cavalo, e a mais crível refere-se à dupla natureza moral do *Templário*, que une os dotes materiais do guerreiro àqueles espirituais do monge.

Além disso, o fato que podia atingir de forma mais eficaz o imaginário da aristocracia militar, cuja obra de recrutamento se desenvolvia, e que se completava no *cavaleiro Templário*, era aquele ideal de potência física e força interior, tão exaltado pela sociedade do século XII, e admiravelmente celebrada no famoso "*binômio dos companheiros guerreiros Rolando e Olivieri*", heróis da luta épica contra o inimigo sarraceno:

*Rolando é valente e Olivieri é sábio;*
*Ambos têm extraordinária bravura:*
*Uma vez que esses estão armados a cavalo,*
*Nem mesmo ao custo de morrer se esquivarão da batalha.*
*Valorosos são os contos e as suas palavras elevadas,*
*Os traidores pagãos raivosamente avançam.*

Bernardo é um homem muito inteligente e realista para iludir-se que todos os Templários possam adaptar-se ao modelo excelso saído da sua visão mística do mundo e do homem; mas o que conta é dar-lhes um ideal, um espelho de comportamento e um horizonte ético que possam sempre ter em mente, para olhar com arrependimento cada vez que caírem no erro.

## 5. Monges armados?

Em Troyes, Hugues de Payns havia exposto no concilio os costumes adotados pela fraternidade até aquele momento, a fim de que os padres conciliares avaliassem e decidissem quais seriam descartados e aqueles que seriam mantidos na nova regra que iria, daquele momento em diante, versar a vida da futura ordem religiosa. Após longas discussões, não privadas de perplexidade ou de algum contraste, o concilio formulou um modelo religioso que, a tudo somado, responderia muito bem ao pedido formulado por Balduíno II na sua suposta carta a São Bernardo: uma ética e um estilo de vida adaptados às necessidades da guerra, mas, simultaneamente, não em contraste com a dignidade da ordem religiosa.

Os historiadores perguntam-se sobre a relação do santo na constituição da Ordem. Nos anos de 1960, a estudiosa alemã Anne Marie Bulst-Thiele afirmou que a marca cisterciense foi preponderante no desenvolvimento da *Ordem*, em desacordo com Hans Eberhard Meyer, que acredita que a contribuição beneditina foi supervalorizada em prejuízo da mais antiga raiz oriental que constituía a primeira verdadeira vocação dos companheiros de Payns. Com efeito, as fontes parecem dar razão a ambos, sem que necessariamente as duas componentes sejam vistas em conflito. Se de fato São Bernardo foi o autor da *regra templária* como declarado expressamente no prólogo do texto aprovado pelo concilio de Troyes, é então verdadeiro que os primeiros *Templários* formaram a sua ética sobre a espiritualidade agostiniana e oriental dos cânones que os hospedavam, que eles detiveram a formação religiosa de base e também a ordem da liturgia do *Santo Sepulcro*, que o *Templo* continuou a seguir até o fim.

Havia também outros elementos de derivação oriental que permaneceram nos *costumes dos Templários*, como o hábito de rezar com a cabeça colada ao chão

e que, provavelmente, contribuíram para dar à *Ordem* um ar de exótica diferença aos olhos dos contemporâneos ocidentais e que talvez ainda fossem usados de má-fé pelo rei da França no processo intentado para construir a hipótese de que os frades aderissem a misteriosas doutrinas heréticas. A discussão, ainda não terminada entre os historiadores, não pode colocar em dúvida que a base da regra templária tenha sido contribuição de São Bernardo com a sua visão predominante de ascese, realizada por esses religiosos por meio de uma dupla tentativa de combater os inimigos físicos e espirituais, as tentações.

Os historiadores discutiram por um bom tempo se os *Templários* deviam ser considerados membros de uma ordem monástica no sentido da palavra, isto é, monges. A dificuldade principal que se põe a quem queira considerar o *Templo* como uma ordem monástica é dada pelo fato de que os seus participantes não recebiam a consagração sacerdotal e nunca se tornavam padres, contrariamente ao que ocorria com a maior parte dos membros de outras ordens religiosas.

No caso dos *Templários*, a profissão religiosa tinha sim um caráter irreversível e perene, mas se limitava à assimilação de três votos: pobreza, obediência e castidade. O acesso às ordens superiores, o sacerdócio verdadeiro que conferia a faculdade de administrar os sacramentos, não era possível, porque uma interdição canônica especial vetava há séculos aos padres combater e derramar sangue. No já citado *Omne datum optimun*, 0 papa Inocêncio II havia dado as bases jurídicas para que no futuro a Ordem possuísse seus próprios capelães: tratava-se, porém, de padres que entravam para fazer parte do *Templo* quando já houvessem recebido a consagração sacerdotal, sendo absolutamente proibidos de empenhar-se nos combates.

Ainda que as argumentações dos estudiosos sejam muito válidas, não se deve esquecer da opinião de São Bernardo, preposta ao nascimento da *Ordem*, e da qual não se têm dúvidas:

E, portanto, coisa digna de admiração e de singularidade ver como estes são os mais moderados dos cordeiros e, ao mesmo tempo, os mais ferozes dos leões, sim que quase duvido se será melhor chamá-los monges do que soldados, a menos que talvez não seja oportuno chamá-los de ambos os modos, enquanto a eles não falta nem a suavidade do monge nem a coragem do guerreiro.

Alguns traços mostram que a *Ordem* conheceu certa "*laicização*" no curso de quase dois séculos de vida, com a progressiva escassez do número de padres que, nos idos de 1300, não estavam mais presentes. Nessa fase, algumas comendas de periferia eram servidas por sacerdotes conduzidos, isto é, padres não templários, e, freqüentemente, de ordens mendicantes, que se revezavam para assegurar a todos um mínimo de serviço religioso.

Segundo a regra, os *Templários* deviam seguir uma seqüência quotidiana de preces religiosas de nove horas litúrgicas, que viravam o dia, por isso, é provável que a vida conventual dos frades fosse empobrecida em relação ao passado. Não é menos correto que ainda no início dos anos 1300 o *Templo* continuava a ser considerado como uma ordem religiosa para todos os efeitos.

Quando em 1307 o rei da França, Felipe, o Belo, fez interceptar com um ato arbitrário a todos os membros da *Ordem* presentes em seu reino, alterando de tal modo o mecanismo do processo, tentou transferir o procedimento para o âmbito civil, argumentando que os *Templários* não eram monges, mas sim militares; portanto, a competência judiciária sobre eles cabia ao poder laico e não àquele do papa. O soberano procurou avaliar as suas pretensões chamando à causa os

influentes teólogos de Sorbonne, convidando-os a expressar-se com um juízo por escrito. Depois de uns dois meses de espera, os teólogos responderam que o bloqueio realizado pelo soberano era ilegal: milícia e vida consagrada à religião não se excluem se a prática militar é voltada à defesa da fé. O *Templo* foi instituído pela *Igreja* como ordem religiosa, seus membros fazem a profissão monástica, sendo, portanto, uma ordem religiosa de plenos direitos, e a competência jurídica sobre isso não pode caber a outro senão à *Igreja*. A prescindir das discussões técnico-jurídicas e dos ataques de escopo político, de fato, os *Templários* tomavam os três votos sacros das ordens monásticas, isto é, aqueles de pobreza, obediência e castidade, e o seu tempo era regido por uma regra modelada com algumas variantes sobre a base daquela beneditina. O princípio fundamental da *ora et labora* (prega e trabalha) era respeitado porque a sua vida se dividia entre os deveres religiosos de um lado (isto é, a recitação das orações litúrgicas e o acompanhamento da missa, segundo o *Ordinário* em uso no *Santo Sepulcro*), e da atividade material de outro, que no caso específico era o combate e o treinamento quotidiano necessários para poder mover-se agilmente com a pesadíssima malha de ferro e as outras peças do armamento que no século XII cobriam os cavaleiros da cabeça aos pés.

O adorno dos frades guerreiros, obrigatório como num verdadeiro exército moderno, respeitava essa dupla necessidade: completamente branco para os cavaleiros e marrom para os sargentos. Compunha-se de um conjunto básico de vestimentas (calças e camisas) sobre o qual se endossava uma túnica monástica para a vida de convento e a cota de armas com a malha de ferro e o restante das proteções para a atividade militar. Durante um concilio celebrado em Paris, em 1147, o papa Eugênio III entendeu doar aos *Templários* o privilégio de portar uma cruz de

pano vermelho costurada sobre o ombro esquerdo, para tornar imediatamente evidente a sua vocação ao martírio.

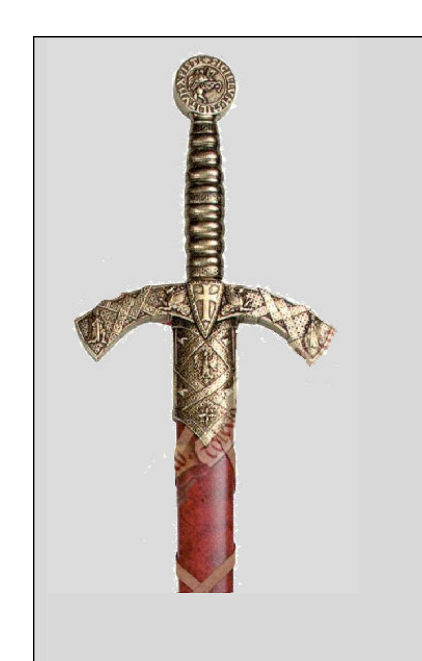
A *Ordem Templária*, em sua dupla natureza de instituição religiosa e corpo militar escolhido, teria sido protagonista e o melhor símbolo da época cruzada.

# Capítulo III: O Código de Honra dos Templários

## 1 A nobre alma da ética cavalheiresca

**S** *ão Bernardo não tem nenhuma hesitação quando identifica no modelo Templário um novo status de vida para indivíduos pertencentes aos níveis da cavalaria:*

*Entendo aludir a um novo gênero de cavaleiros absolutamente desconhecidos às idades*



*precedentes e que, sem economia de energias, conduz uma luta em uma dupla frente, seja contra a carne e o sangue, seja contra os espíritos malignos vagantes no ar,*

e tal identificação é constante em seu tratado. O *Templário* não podia proceder de forma diferente dos níveis da aristocracia militar por motivos perfeitamente práticos, porque devia ser capaz de contrastar dos inimigos no momento de uma guerra feita eminentemente a cavalo. Não havia nenhuma intenção, *a priori*, de excluir os outros estratos sociais: simplesmente, era a casta dos guerreiros a cavalo que devia ser atirada em direção à conversão. Esse fato comportava, porém, um corolário importante que São Bernardo provavelmente separou como um ponto em favor do processo de doutrinação dos reclusos: enquanto cavaleiros, isto é, militares, os candidatos teriam já recebido na vida o adestramento necessário em relação a alguns valores que se revelavam de grande utilidade também para a nova *Ordem*.

São Bernardo e os padres conciliares de Troyes construíram o modelo *templário* partindo de um conhecimento profundo: como não se podia tirar sangue de ura estúpido, para usar uma expressão popular, era impensável usar nessa nova *Ordem* o estilo de vida observado nos ambientes monásticos. O *Templário* teria sido um frade, para todos os efeitos, sobretudo no ânimo, visto que a necessidade

daquela vocação particular impunha eliminar de sua vida tudo aquilo que era típico da escolha monástica, isto é, a renúncia ao mundo e a mortificação da carne.

Esses cavaleiros jamais poderiam renunciar completamente ao mundo porque foram criados justamente para defender o *Reino de Jerusalém*, e a vocação específica da *Ordem* exigia uma relação perene junto ao soberano para traçar de comum acordo as estratégias políticas. A mesma atividade militar tornava impossível a prática do jejum e outras formas de penitência, como a tortura, que enfraqueceria o físico. O treinamento contínuo, indispensável para mantê-los alinhados durante a batalha, inevitavelmente teria feito a vida no interior do convento parecer com a perseguição que era realizada naquele século.

Bernardo guiou o grupo dos padres conciliares em uma operação de grande realismo: uma vez que o que servia à *Terra Santa* era uma milícia religiosa, era necessário estudar a fundo as características da cavalaria laica e procurar isolar, entre os seus muitos caracteres freqüentemente negativos e violentos, aqueles que se prestavam aos ditames da moral cristã. Uma vez identificados, procurava-se exaltá-los com uma doutrina oportuna e cultivá-los impondo à *Ordem* uma disciplina centrada, até que elas se tornassem os pilares de um novo e elevado código de comportamento.

Foram isolados quatro pontos cardeais na ética da aristocracia militar que se prestavam a esse ambicioso projeto: o culto do vigor físico, a coragem unida ao sentimento de honra, a lealdade ao próprio grupo e o espírito de sacrifício. Esses, na prática real, encontravam-se freqüentemente ligados a outras atitudes condenáveis: o uso indiscriminado da violência, a arrogância e o desejo de sobressair-se sobre os demais, o oportunismo, a prevaricação e a temeridade gratuita.

As quatro virtudes da mentalidade cavalheiresca foram por isso associadas a outros tantos valores cristãos que se prestavam ao caso, e inseridas no âmbito de um horizonte conceitual, que teria feito do *Templário* uma espécie de cavaleiro perfeito, anteriormente sublimado por meio da profissão religiosa.

Assim, surge um nobre modelo de vida, mas decisivamente muito exigente. O *ideal templário* como foi concebido por São Bernardo parecia fortemente elitista: a vida na *Ordem* era para poucos, uma minoria selecionada de cavaleiros que tivessem reunido todas as qualidades físicas e psicológicas a um sentimento religioso muito acentuado.

## 2. Sinais de humildade, sinais de excelência

O orgulho da aristocracia militar era seguramente o obstáculo mais difícil a ser superado para se chegar à constituição da milícia religiosa: a mentalidade daquela casta, de fato, identificava-a com a potência e a supremacia sobre os homens, e os membros do grupo cavalheiresco eram embevecidos pela sua formação e cultura de origem. Como conciliar a identidade e a vocação monástica com aquele que a tradição cristã considerava um pecado capital, mas que no momento da batalha podia revelar-se um forte incentivo de valor e uma eficiência bélica? A solução do problema foi um hábil comprometimento: devia-se ser humilde ao máximo para si mesmo, mas também sumamente orgulhoso por pertencer ao *Templo*.

A *Ordem* representava uma unidade perfeita no sentido cristão, uma comunidade de combatentes eleitos que não devia ser perturbada por comportamentos mesquinhos, irreverentes, vulgares. Para poder merecer e, sobretudo, alimentar a admiração que os laicos dedicavam aos *membros da Ordem*,

era necessário submeter-se a uma disciplina inflexível em todas as circunstâncias, ainda que nas situações mais comuns em tempos de paz.

Os confrades que eram enviados entre os laicos para resolver uma tarefa deviam viver de modo irrepreensível, pelo qual evitariam suscitar qualquer tipo de crítica e, ao mesmo tempo, fazer todo o possível para conservar os hábitos conventuais do *Templo* durante todo o período. A regra impõe expressamente em dar aos laicos um exemplo tangível de santidade e moderação. Por isso, o *Templário* deve conservar todos os preceitos a que é vinculado e esforçar-se o máximo possível para deixar uma ótima impressão a todos.

O aspecto exterior dos *Templários* devia ser cuidado para dar uma sensação de ordem e limpeza, mas ao mesmo tempo se inspirava na frugalidade que devia distinguir do mesmo cada comportamento seu. As descrições fornecidas por São Bernardo em seu tratado são bem eloqüentes:

> *Não se preocupam com os cabelos, convencidos pelo Apóstolo de que é uma vergonha para o homem cuidar dos mesmos. Jamais vaidosos, freqüentemente despreocupados, apresentam-se com os cabelos desleixados e sujos de poeira, a pele escura pelo uso da couraça e pelos raios de sol,*

ainda que, provavelmente, trate-se de uma imagem enfatizada para poder ressaltar a sobriedade da vida *templária* em relação à excessiva frivolidade dos cavaleiros laicos, que o santo ridiculariza como uma manipulação de efeminados dedicados ao luxo:

*Vós atrelais os cavalos com panos de seda e sobre as armaduras experimentadas como véus flutuantes, pintais as lanças, os escudos e as selas. Decorais com ouro, prata e pedras as rédeas e as esporas [...]. Cultivais uma cabeleira como as mulheres, que o constitui obstáculo para a vista; estorvais o vosso andar com longas e vaporosas túnicas; ocultais delicadas e tenras mãos em amplas mangas s envolventes*.

O uniforme necessário que cada *frade templário* deveria possuir compreendia diversas capas de linho que asseguravam uma boa higiene em relação ao que se usava na época: as roupas de baixo eram duplas, para consentir a troca durante a lavagem, além de uma toalha para comer e outra menor, reservada para o rosto, que evidentemente não devia ser todo barbeado.

A proibição de tomar banho sem pedir licença ao superior está prevista nas normas, mas provavelmente porque se acreditava que usar de tal prática de maneira indiscriminada podia gerar riscos ou, como quer que seja, enfraquecer o físico: de fato, a norma pertencia a um elenco de normas que compreendia a sangria, o uso de medicamentos, a saída arbitrária em passeio pela cidade, ou incitar o cavalo a correr desenfreadamente.

A regra conciliar explicava muito claramente que o aspecto dos *Templários* devia ser inspirado em um princípio são, na medida certa de sua dignidade e de decoro, para não suscitar as críticas malévolas: a limpeza, tanto exterior como interior, era tida como indispensável para quem servia a Deus,

seguindo o preceito divino "*sejais o mundo, porque Eu o Sou*". Outro preceito previa que os frades fossem desculpados se não corressem imediatamente ao som da campainha para a recitação das orações litúrgicas quando tivessem nas mãos a massa para a preparação do pão, ou quando estivessem forjando o ferro, ou ferrando o cavalo, ou lavando o rosto: a mesma vida comunitária e o calor da área sírio-palestina impunham as exigências de modo a evitar o quanto fosse possível a difusão de parasitas.

Cobertos da maneira mais absoluta e com os calçados de pontas realçadas, e como era muito em voga na cavalaria da época, as vestes longas davam maior ímpeto e dignidade à figura. O adorno templário devia manter o comprimento oportuno da atividade bélica e, logo, não poderia dificultar a liberdade dos movimentos, e muito menos deixar no ridículo os frades descobrindo excessivamente suas pernas.

Os materiais deveriam ser pobres em relação ao espírito originário imposto pelo fundador Hugues de Payns: um modesto pano de lã para as vestes dos sargentos, levemente superior em relação ao dos cavaleiros, mas sempre de baixa qualidade. Os casacos eram permitidos apenas se fossem de lã de cordeiro; a manta era fornecida em duas versões, sendo uma delas forrada de plumas contra o frio; e em geral todo o vestuário devia ser apenas suficiente para uma só pessoa.

O equipamento noturno compreendia a colcha de palha, o lençol e a coberta, que podia ser substituída por um estofado de lã ou de tosco veludo de linho. Todas as vestes e os objetos que o *Templário* tivesse levado até a assunção dos votos deveriam ser deixados para o vendedor de tecidos, que, porém, era tido a refutar em cada caso as capas apreciadas como o tecido tingido de escarlate ou de várias cores. As vestes seculares da nova irmandade eram dadas como esmola aos

pobres que as pedissem ou então cedidas aos sargentos, fato que poderia apontar outro indício da sua incompleta integração na irmandade templária, ao menos durante as primeiras décadas. O corte de cabelo e da barba era explicitamente ditado, em parte pelo decoro pessoal, em parte pela condenação à moda da época.

O vendedor de tecidos tinha o encargo de passar em revista os confrades e impor correções aos inadimplentes.

As armas, símbolo da manifestação do orgulho militar, eram fornecidas pela *Ordem*, mas deviam ter um aspecto básico. Eram vetadas as formas de decoração em uso na época, que previam a incrustação de alguma parte em ouro ou prata, pois podia ocorrer que essas esplêndidas armas fossem doadas ao *Templo* como esmolas por qualquer benfeitor laico, e então, podiam ser aceitas quando a incrustação de metais preciosos estivesse já descolorada ao menos em parte, de modo que os frades não podiam ser acusados de tê-las comprado. Se, ao contrário, estivessem ainda novas e luxuosas, a decisão cabia ao *Mestre* que, geralmente, escolhia pela venda das mesmas. Eram também vetadas as coberturas nos escudos e nas lanças, porque davam a idéia de um luxo inútil.

O cavaleiro dispunha de abrigo, calças em malha de ferro, elmo, espada, lança, escudo, clava ao uso dos turcos, cotas de armas, camisa de linho longa para usar sobre aquela curta que fazia parte do conjunto. O frade deveria contentar-se com um colete, calças de ferro sem a parte anterior reforçada e com o elmo.

Durante os momentos de tranqüilidade no interior do convento, quando os frades podiam livrar-se do armamento e viver a tarde livre do trabalho e das práticas votivas como qualquer outra ordem inspirada pela regra beneditina, traziam sobre as roupas uma longa túnica de mangas curtas e capuz, firmada por uma cinta de couro e cobertas pelo pequeno manto da *Ordem* que envolvia todo o corpo. Sobre o

pequeno manto, fosse esse branco ou escuro, brilhava *a cor vermelha da cruz*, patente que o papa Eugênio III havia concedido ao *Templo* já no *Concilio Parisiense* de 1147.

## 3. Equilíbrio harmônico de espírito e corpo

*Deus reuniu servidores entre os mais fortes de Israel e de todos os confins da Terra, congregando-os, para cuidar atentamente e com fidelidade do leito do verdadeiro Salomão, isto é, o Sepulcro. Todos eles providos de espada e muito experientes na arte da guerra.*

As idéias de São Bernardo sobre a estrutura a que a nova milícia *templária* teria tido acesso eram muito claras: devia tratar-se de um corpo de combatentes escolhidos, especialistas em armas e, sobretudo, já com a necessária experiência militar que os tornaria desde então úteis à causa e à emergência pela qual o *Templo* fora criado.

O costume de usar crianças, tolerado na regra beneditina, foi julgado decisivamente fora de contexto e proibido: a *Ordem* não podia dispensar a quantia necessária para manter esses *futuros Templários* até o momento em que estivessem aptos para combater eficazmente, e, além disso, a presença de adolescentes no interior das comendas poderia provocar contínuos problemas de ordem e disciplina. Como impedir as brincadeiras obscenas, os jogos, as provocações, as risadas, as tentativas de fugir pelos muros da comenda à procura de graciosas aventuras?

O estilo de vida previsto pelo *modelo templário* era fortemente dedicado e necessitava, para isso, que o candidato sentisse concretamente um desejo de

separação do mundo e uma necessidade de purificação pessoal: temos de lembrar que Payns e seus companheiros eram impelidos a fazer votos em Jerusalém pela vontade de expiar os próprios pecados com uma vida de privações. Uma escolha dessas era adaptada a homens adultos, já experientes e, possivelmente, desgostosos pelas futilidades da época. Em suma, eram prontos àquela conversão total, que tornava a *Ordem* digna do título monástico.

O *cavaleiro templário* ideal, aos olhos de São Bernardo, era o viúvo em idade madura que podia deixar o governo de sua casa ao filho mais velho, para dedicar o restante da sua vida ativa à milícia religiosa: algo não muito diferente daquilo que devia ser Hugues de Payns.

A regra aprovada em Troyes não alude somente aos problemas econômicos derivados do recrutamento de crianças e adolescentes, mas admite explicitamente que fazer uma escolha drástica como essa em uma idade tão pequena comporta alto risco de arrependimento e fugas: corre-se o perigo do escândalo e de sérios danos à imagem da *Ordem*, o que deveria ser evitado a todo custo.

Esses frades não podiam permitir-se, como os outros monges, de mortificar a própria carne e seguir as práticas higiênicas, alimentares e psicológicas, que os ajudariam a ter fé nos próprios votos: os *Templários* deviam ter o cuidado para que o próprio corpo se mantivesse são, em bom funcionamento, oportunamente treinado ao combate, e o consumo de carne e vinho mantinha distante a debilidade física, sendo aliados na sua fortificação.

O recrutamento de homens maduros, ainda aptos para a guerra, mas não mais tão jovens, teria tornado mais tolerável a obrigação da castidade e, ao mesmo tempo, limitado o risco de que fugissem e fossem descobertos em situações

comprometedoras. Para ajudar a sua boa vontade, era cuidadosamente evitado o contato com os cavaleiros casados que serviam no *Templo* e que dormiam em quartos separados. Esses militares voluntários, que não passavam pela conversão monástica e que além de tudo não sentiam o peso dos votos religiosos, poderiam instaurar um clima de caserna, com discursos vulgares e atos de escárnio aos *Templários* professos. Por motivos análogos, foi proibido o costume das mulheres fazerem visitas à irmandade, além de ser vetado aos frades beijar as parentes mais próximas.

Bernardo e os padres conciliares provavelmente não se iludiram muito sobre a possibilidade de que todos os frades mantivessem sempre a fé no próprio voto de castidade, um princípio de vida que impunha pesadas renúncias e, além de tudo, era muito distante da mentalidade da aristocracia militar. Também na mais rarefeita de suas expressões, na poesia épica ou cortesã, o conceito da mulher como puro objeto de conquista é bem observável até mesmo em um cavaleiro admirável como Guilherme d'Orange, quando ficam patentes as violências das castas dominantes sobre aquelas inferiores, como nas canções que narram o encontro de um cavaleiro e uma camponesa, caso pelo qual o refinadíssimo *Trattato d'amore*, de Andréa Cappellano, aconselhava o uso da força.

A regra prevê que se um frade é levado à tentação por uma meretriz, ele não deve revelar o fato aos seus confrades, nem se deixar falar sobre essas coisas com outro, para não criar precedentes e pecados mesmo em pensamento. Se enfim, o frade chegasse a participar de um escândalo público fazendo-se descobrir no interior de um bordel, perdia o seu status de *Templário*. Ainda no início dos anos de 1300, qualquer preceptor, durante a cerimônia de ingresso, observava essa norma muito realística em relação às debilidades humanas: impunha ao novo membro

abster-se das mulheres, e, caso não conseguisse, ao menos deveria cuidar para que ninguém ficasse sabendo.

Uma outra prova de grande realismo e equilíbrio foi dada na redação das disposições que disciplinavam a prática da caça e do torneio, atividade que a cavalaria laica considerava como distração favorita. Diz-se comumente que aos *Templários* tais atividades eram radicalmente proibidas, mas isso não é correto: impor a um cavaleiro a renúncia total e definitiva ao que mais havia de precioso e divertido era um contra-senso em relação a sua condição, o que significaria arriscar ter um grande número de violações e, de qualquer maneira, criar maiores dificuldades de adaptação para os noviços. Os idealizadores da regra, com toda a probabilidade São Bernardo e os padres conciliares, encontraram uma justa medida de comprometimento que limitava muito a possibilidade de exercitar esses "*vícios*" da aristocracia militar, restringindo-as ao uso em alguns casos julgados lícitos.

A regra proibia explicitamente a prática da falcoaria, dando a esta o status de "*diversão mundana*", e a condição de decoro, modéstia e seriedade que os *Templários* deviam ter eram incompatíveis com a atitude ruidosa e violentamente lúdica que acompanhava as batidas de caça:

> *Condenamos de comum acordo o uso da caça aos pássaros com outros pássaros: de fato, parecidos a outros hábitos profanos, são inconvenientes para a condição monástica. Que os frades escutem bem os ensinamentos religiosos, participem às orações, e a cada dia confessem a Deus, com lágrimas nos olhos, os seus pecados. Por esse motivo, nenhum Templário professo deverá juntar-se com os*

> *laicos que praticam a caça com o falcão ou outros pássaros de rapina. E dever de todo monge comportar-se com decência e modéstia, sem dar-se às risadas, falando pouco e somente para dizer coisas oportunas e com voz moderada. Proibimos a todo frade de reunir-se nos bosques para caçar com o estilingue, nem de juntar-se com aqueles que o fazem, a menos que seja para protegê-los de ataque de qualquer sarraceno: e em todos os casos, que o Templário não ouse gritar aos incitamentos ou fazer versos de caça com o cão, nem encorajar o cavalo à corrida desenfreada para perseguir qualquer animal*.

Mais que proibir a caça, a regra propunha um modelo reduzido de participação nas batidas que impedia ao *Templário* de abandonar-se às intemperanças na voz e nos gestos típicos dessas ocasiões, profundamente em contraste com o teor da dignidade monástica. A condição obrigatória para que o *Templário* pudesse acompanhar os laicos durante as batidas, isto é, a vontade de protegê-los de ataques de sarracenos, não devia ser menor em um contexto como o da *Terra Santa* sempre ameaçada pela agressão dos islâmicos. Esse inocente pretexto podia ser utilizado sempre, e por qualquer um, sem risco de ser desmentido, e no mais, assegurava aos confrades apaixonados pela caça a possibilidade de realizar, ainda que por debaixo dos panos, as apreciadíssimas batidas.

Para que mantivesse a fé em seu primeiro voto de defender os cristãos dos sarracenos, e mantivesse uma atitude decorosa e inspirada na moderação em

cada aspecto, o *Templário* poderia acompanhar os nobres laicos durante a caça, levando também o próprio cão: a normativa sucessiva confirma que os frades tinham nas comendas cães e gatos, que eram treinados por eles próprios e que às vezes eram doados aos outros para manifestar a sua benevolência. Se tivessem que participar, após as batidas, da caça aos leões que infestavam os territórios da Síria-Palestina, todas as proibições caíam por terra e os *Templários* podiam participar ativamente usando as armas.

Também a proibição de disputas nos torneios é um fato que, em tese, não é totalmente correta: se Bernardo tivesse condenado no *De laude* a ostentação da violência e do luxo que tomavam conta daquelas ocasiões, o torneio transformava-se num método útil de treinamento em tempos de paz, ainda que este fosse um hábito profundamente radicado na mentalidade aristocrática. A regra não faz referência explícita aos torneios e, de fato, nem mesmo São Bernardo o insere na sua lista de diversões proibidas.

> *Detestam o xadrez e os jogos de azar, têm horror à caça, nem se divertem. Desprezam e abominam como futilidade e enganosa alegria os atores, os adivinhos, os contadores de histórias, as canções obscenas e os espetáculos teatrais, todavia, entre os privilégios específicos do Mestre, está aquele de conceder aos confrades a permissão de praticar o torneio ou outros exercícios cavalheirescos: mais uma vez ainda é melhor falar de rígida limitação, mas não da proibição absoluta.*

A necessidade do combate impunha não demonizar os ímpetos das paixões, o entusiasmo, as manifestações de vitalidade e de força: se era justo discipliná-las e tê-las em estrito controle, tal vez essas não devessem Ser reprimidas totalmente sob pena e risco de convidar os confrades a um ascetismo que os tornassem débeis, inúteis no ato da batalha. O rei de Jerusalém tinha sido muito explícito na sua carta ao abade de Clairvaux: "*Fazei pelos frades algumas concessões que não se contrastem com os clamores e as durezas da guerra, mas que sejam úteis para os princípios cristãos*."

Nos *Templários* do século XII, essa tendência à ascese existia e era mais forte do que se podia acreditar: a regra devia expressamente proibir aos frades doentes se levantar para a recitação matutina, proibir que se submetessem a outros desjejuns além daqueles previstos em ocasiões litúrgicas especiais, e impor a eles comer de dois em dois, para que pudessem ser vigiados alternadamente e denunciar aqueles que comessem sem permissão.

Outro preceito levanta certa curiosidade, quando afirma:

> *Um testemunho digno de máxima fé nos relatou que vós escutastes o ofício divino permanecendo sempre em pé, de qualquer maneira, sem observar o momento certo. Sentimos em condenar este uso: no fim do salmo Venite esultiamo nel Signore deveis todos sentar durante o convite e o hino, estejam sãos ou doentes, para não dar motivo a escândalo. E estamos todos de acordo ao ordenar que deveis rezar observando a medida certa no corpo e no espírito, isto é, sentando e levantando quando previsto e com simplicidade. Em suma, reverenciar sem gritar, de modo que um não incomode o outro.*

Que tipo de escândalo poderia oferecer a um visitante externo o espetáculo dos *Templários* que rezavam ficando sempre em pé quando o correto era se sentar? E por que foi necessário impor a eles que moderassem a ênfase com a qual erguiam a voz durante a prece? Provavelmente os redatores da regra queriam temperar aquele entusiasmo que, se deixado a esmo, poderia exasperar em fanatismo religioso. A norma da justa medida, princípio central da doutrina de São Bernardo, foi aplicada para disciplinar convenientemente a exaltação religiosa que parece confirmada pelo testemunho da crônica de Ernoul.

## 4. Viver e morrer sob uma bandeira

A educação ao desprezo pela própria vida, que significa capacidade de não se poupar no momento do combate, era um fato muito útil em um contexto como o da *Terra Santa* daqueles tempos, sempre ameaçada pela falta de tropas. Em qualquer combatente, a coragem representava um recurso, e como tal devia ser exaltada, apenas procurando "*traduzir*" os valores típicos da ética cavalheiresca em uma forma compatível com os votos religiosos assumidos pelos *frades do Templo*.

A audácia, antes virtude do cavaleiro, que nas *chansons de geste* é encarnada por Rolando, no *Templário* teria se tornado um valor a serviço de uma boa causa depois de ter perdido os seus traços mais ferozes e bestiais. A essa teria se unido a sagacidade, atributo dos Olivieri, como capacidade de discernimento na melhor utilização dos próprios recursos, mas também moderação e fortalecimento em relação aos seus outros companheiros guerreiros.

A idéia da participação em um grupo elitista, no plano militar e social, era coligada ao conhecimento de ter de defender a imagem moral: o grupo não podia se

permitir de infringir suas normas com comportamentos diferentes daqueles constantes em seu código. Em resumo, a classe sentia ter uma honra própria para cuidar, o ideal que é expresso de maneira claríssima na tradição épica do século XII.

Um observador muito atento aos costumes cavalheirescos ocidentais, como o emir *Usama ibn Munqidh*, dá esse retrato à nobreza da *Terra Santa*:

> *Junto aos francos — Deus os mande em desgraça! — não há virtude humana que estimem fora do valor guerreiro, e em ninguém há proeminência e alto grau fora dos cavaleiros, as únicas pessoas que valem para eles. São estes a dar conselhos, a julgar e a comandar [...]. Uma vez que os cavaleiros estabelecem a sentença, nem o rei, nem nenhum outro chefe pode mudá-la ou anulá-la; tanto representa o cavaleiro diante deles. O rei disse a mim naquela ocasião: "Oh tu, para o meu valor, ontem me reanimei grandemente!". "Deus realegre vossa Majestade, respondi. E por que te realegraste?". "Disseram-me que és um grande cavaleiro, e eu não acreditei que fosses cavaleiro". "Majestade, respondi, sou um cavaleiro da minha raça e da minha gente". Quando o cavaleiro é altivo e entusiasmado, mais eles o admiram.*

O *Templo* devia ser composto, sobretudo, por cavaleiros, como já lembrado, porque os homens alimentados desde a infância sob essa ótica social e comportamental chegavam à *Ordem* já oportunamente instruídos para assumir a ética específica da milícia religiosa; portanto, os problemas da integração eram muito

limitados ou então não existiam de fato. Não é uma questão de cunho social que induz Bernardo e os padres conciliares a fechar as fileiras hierárquicas do *Templo*, ainda mais sabendo que um modelo de vida parecido não podia ser assimilado subitamente, uma vez que necessitava de um treinamento progressivo e decididamente longo.

Aqueles que não provinham da aristocracia militar eram bem aceitos na Ordem, mas não deveriam se sobrepor aos demais e jamais realizar a mesma função daqueles que nasceram e cresceram em um grupo familiar de origem cavalheiresca. O modelo *templário* foi pensado justamente por esse prisma, que na realidade militar dos primeiros anos do século XII constituía um elemento determinante no exército:

> *Quem quer que tu sejas, cavaleiro de Cristo, tu que fizeste uma escolha religiosa assim elevada, para ter fé aos votos deveras dar prova de vontade e grande firmeza: e se o conseguires com pureza e perseverança, terás merecido ascender entre os mártires que ofereceram a vida em nome de Cristo. Nesta Ordem renasce e floresce a cavalaria. Aquela mesma que, desprezando a justiça, traía o seu objetivo de defender os pobres e as igrejas e, endurecida no arrebatamento, nos saques e nas mortes.*

A afiliação dos não-cavaleiros está prevista no texto aprovado em Troyes, mas naquela época, provavelmente, eles não participavam plenamente da *fraternitas* templária:

*Ordenamos que as vestimentas sejam sempre de uma só cor, isto é, ou brancas ou pretas, para dizer de passagem. A todos os cavaleiros que abraçaram a profissão templária nós toleramos, seja inverno ou verão, vestes brancas, para que se reconheçam os que abandonaram a vida tenebrosa a fim de se reconciliarem com o Criador através de uma existência pura e imaculada. O branco indica a perfeita castidade, e a castidade significa salvação do intelecto e saúde para o corpo. Se algum cavaleiro não se mantiver casto, não poderá chegar ao descanso eterno e ver Deus. Segundo disse São Paulo: "procuremos a paz com todos e a castidade, sem a qual ninguém verá Deus*".

Alguns elementos parecem indicar que a condição dos sargentos, ao menos aos iniciantes na *Ordem*, era considerada inferior também no plano ético e religioso:

*Somos de acordo em condenar e proibir uma prática que era difundida comumente entre os Templários: de fato, mesmo os sargentos e os servidores tinham roupas brancas, feito pelo qual ocorriam danos consideráveis. De fato, nas regiões além das montanhas, havia alguns falsos Templários, confrades casados e outros indivíduos que se passavam por Templários, enquanto na verdade ainda pertenciam ao mundo. Essas pessoas, com o próprio comportamento, causaram*

> *vergonha à Ordem e, além disso, fizeram montar na soberba aqueles que serviam ao Templo há determinado tempo. Desde então, sempre se vestem de preto. E se não encontram quem honre as vestes do lugar onde estão, que essas vestes então sejam do tecido mais pobre.*

Durante o processo ocorrido no início dos anos de 1300, foi chamado para testemunhar o tabelião italiano Antônio Sicci, de Vercelli, que havia trabalhado no serviço junto aos *Templários* por quarenta anos e conhecia muito bem os papéis de seu arquivo, porque uma vez já os havia usado para fins administrativos: explicou que inicialmente a fraternidade era reservada somente aos cavaleiros enquanto os sargentos tinham uma função menor e eram, no mais, pagos pelos seus serviços, sendo que a *Ordem* apenas mais tarde decidiu conceder a eles o pleno reconhecimento *templário*. Se for verdade, como sustenta Alain Demurger, que as cores do hábito *templário* sempre foram impostas por São Bernardo e constituíam a transposição ainda que simbólica do hábito de Cluny e de Citeaux, esta pode ser outra confirmação dessa hipótese: nessas *duas Ordens*, de fato, a roupa branca era reservada aos monges e a marrom, aos convertidos.

A excelência militar dos *cavaleiros templários* devia ser evidente no momento do combate: o prestigioso emblema bipartido branco e preto, cujo significado os historiadores ainda não estão certos, era a imagem visível do orgulho religioso e *militar da Ordem*. Não eram admitidas recusas a esse espírito de heroísmo, em nome da *imagem moral do Templo* que era defendida a todo custo. O único refúgio era a solidariedade dos outros confrades, prontos a se expor pessoalmente para salvar um companheiro:

*Ninguém deve se afastar da sua posição sem a permissão do superior, nem mesmo se estiver ferido. E se estiver em situação de não conseguir pedir licença, deve mandar um companheiro que o faça. E se por acaso ocorrer dos cristãos serem derrotados, que Deus os receba! Nenhum frade deve afastar-se do campo de batalha até que seja exposta ao inimigo a insígnia do Templo: e quem desrespeitar essas normas será caçado e excluído para sempre da Ordem. Quando um frade vir que não há mais nenhum estandarte do Templo nas imediações, deverá deslocar-se para o estandarte dos Hospitalários mais próximo que puder ser encontrado, e se mesmo estes estiverem próximos da derrota, desde então estará livre para se colocar a salvo da forma que Deus lhe sugerir.*

Os preceitos da normativa seguramente não eram seguidos ao pé da letra por todos os membros da *Ordem* e seria ingênuo pensar que não existisse casos de covardia ou deserção; todavia, as fontes mostram que o *Templo* durante o século XII era um corpo compacto e muito coeso, caracterizado por uma disciplina férrea graças à qual se verificavam efetivamente episódios que induziam os observadores à maravilha, como em 1188, quando Saladino se preparava para entrar na cidade de Darbsák, próximo de Antioquia: uma testemunha ocular viu os *Templários* da guarnição fecharem uma brecha nos muros, fazendo um escudo com o próprio

corpo, "*imóveis como uma muralha*". Tão logo um cavaleiro caía, um companheiro entrava em seu lugar.

## 5. O sacro vínculo da solidariedade

O especialista em história militar Claude Gaier afirma que a organização *templária* era muito eficiente, pois representava uma inovação: a normativa havia sido pensada para exaltar a coesão interna, o espírito de corpo, a ação coordenada em uma época em que a tática ainda se baseava fortemente no valor individual. A análise das fontes revela que a *Ordem* era caracterizada por uma notável compactação, enquanto na cavalaria laica as iniciativas pessoais freqüentemente provocavam desordem. O *Templo* era o único corpo do exército cruzado capaz de manter uma disciplina constante: durante a segunda cruzada, o rei da França, Luís VII, enquanto atravessava os montes da Anatólia, encontrou-se em perigo pelo comportamento desordenado tido pelo contingente cristão, no interior do qual só a *milícia Templária* era preparada para a marcha.

A *contribuição do Templo* representava provavelmente um quarto de todo o contingente da cavalaria franca na Síria-Palestina dos séculos XII e XIII, mas no plano militar a *Ordem* não havia sido concebida como um exército, mas sim como um corpo militar escolhido, composto principalmente pela cavalaria. Como destaca Gaier:

> *A nova cavalaria do Templo, especializada e organizada, dotada de uma ideologia própria, é uma pré-figuração daquilo que fará a superioridade das armadas recentes sobre aquelas da Idade Média e da ancien regime em*

*geral [...] o Templo era, incontestavelmente, o que de melhor a Idade Média clássica tinha produzido em disciplina militar.*

Provindos todos de um mesmo *milieu* social, aquele da cavalaria laica que a essa altura cronológica já havia elaborado sua imagem de grupo, os *cavaleiros do Templo* deviam compartilhar substancialmente aquilo que os antropólogos chamam de "*cânone social*", isto é, um sistema de valores que devia ser respeitado caso quisesse ser considerado como parte do grupo. De um modo mais simples, poderíamos falar de uma visão compartilhada de mundo que devia ser obedecida e unanimemente aceita.

O cânone social é imposto a todos os indivíduos que fazem parte de um grupo específico, e isso dá a marca ao comportamento e à sensibilidade individual.

Os cavaleiros formavam, então, um grupo potencialmente coeso na mentalidade mesmo antes de seu ingresso à *Ordem*: um grupo que andava, assim, acostumado com seu comportamento moderado, disciplinado e oportunamente catequizado mesmo enquanto a educação típica da aristocracia militar tivesse produzido convicções divergentes a respeito da moral cristã.

O impulso de diferenciar-se dos demais, incidido na mentalidade cavalheiresca, era punido com uma espécie de lei do contrapeso: quem tentasse mudar as próprias roupas, deixando-as mais pobres, era dotado de objetos ainda mais velhos. Nenhum *Templário* tinha a permissão de mudar a própria "*divisa*". Esse cuidado com o uniforme servia provavelmente para reforçar o sentimento de pertencer à comunidade, ao interesse da qual o indivíduo devia ser sempre subordinado, perdendo para essa suas conotações individuais.

O sentido de comunidade era exaltado como um valor que se identificava com o conceito cristão da irmandade. Cada *Templário* tinha o compromisso de vigiar seus companheiros e, se notasse a falta de qualquer um, deveria exortar o culpado a redimir-se na máxima discrição, antes que fosse descoberto pelos superiores, para evitar punição maior. Se não fosse ouvido, devia dirigir-se a outro co-irmão, para que se ocupasse do arrependimento, sempre da forma mais reservada, e se mesmo esse falhasse, então era obrigado a recorrer ao chefe da *Ordem*.

Os fenômenos que podiam desestruturar a coesão do grupo — episódios mais freqüentes no interior das comunidades eram o desejo de competição, inveja, ciúmes, murmúrios, calúnias — eram drasticamente condenados. Nenhum frade podia permitir-se reclamar do cavalo ou dos equipamentos do outro, e se os próprios eram inadequados à sua função, devia dirigir-se ao superior encarregado para pedir a substituição por outros melhores.

As iniciativas pessoais eram freadas e repreendidas como um fator de desordem e discórdia. Entre elas, a possibilidade de trocar as roupas em comum acordo com outro confrade era censurada, porque tudo devia pertencer ao *Templo*, e os acordos privados recaíam num âmbito de individualismo dentro da coletividade: mas a doação gratuita era diferente e consentida livremente, desde que se tratasse de um objeto modesto, como, por exemplo, uma indumentária usada, para não contrastar com o princípio de pobreza.

A proibição de ter recipientes com trancas e cadeados, mesmo sendo inúteis, considerando que aos frades era proibido possuir qualquer outra coisa além das roupas básicas, justifica-se provavelmente pelo conceito de condenar o conceito da própria individualidade. Um motivo análogo impunha aos *Templários* a proibição

de ler em segredo as cartas enviadas por seus parentes, nem acolher os seus donativos, que deviam passar pela avaliação dos seus superiores.

Grande parte da normativa que se ocupava de disciplinar os movimentos na batalha visava a refrear o espírito individualista que evidentemente devia ter caracterizado o comportamento dos cavaleiros durante as suas experiências militares anteriores. São muitos os preceitos que proíbem aos frades se afastar da sua fileira ou desviar da disciplina estabelecida pelos superiores, avançar superando os demais, tomar iniciativas segundo o próprio arbítrio etc. Única exceção: salvar um cristão cercado por turcos ou um confrade sob risco de vida.

O vínculo da solidariedade comunitária estendia-se àqueles elementos agregados que, fazendo parte do *Templo*, não atendiam mais à pura função militar, isto é, os velhos, os doentes e os mortos. A veneração pelos velhos e o respeito pelos doentes eram prescritos como ícones da *ideologia templária* enquanto associados ao princípio da caridade dirigida aos fracos. A cura dos enfermos era uma obrigação que a regra conciliar refere diretamente ao preceito evangélico, e as numerosas disposições relativas aos deveres do confrade enfermeiro mostram que provavelmente isso não era desobedecido.

O culto dos confrades mortos era cuidado de maneira solene, porque o sentido da morte no interior do *Templo* era vivido de forma direta, inclusive nas funções da missão específica da *Ordem*. As numerosas preces de votos estendiam-se também aos laicos que tivessem decidido servir ao *Templo* por tempo determinado, além das famílias dos frades e a todos os benfeitores que sustentavam a *Ordem* com doações materiais e, sobretudo, com o calor da própria estima.

## 6. Normativa e hierarquia

Durante a sua viagem de promoção pelo Ocidente, o fundador Hugues de Payns havia visitado muitos potentados europeus, apresentando a eles o projeto *templário* e recebendo a aprovação. Quando no *Concilio de Troyes* finalmente foi discutida a fundação da *Ordem*, São Bernardo e os outros promotores haviam já previsto que a nova estrutura engrandeceria, atingindo dimensões e também um patrimônio notável.

Segundo a crônica de Guilherme de Tiro, uma das fontes principais para a história da *Ordem*, a fraternidade de Payns não tinha conhecido grande sorte quando os seus membros assumiram o empenho religioso diante do *Patriarca de Jerusalém*. Na época desse concilio, a *Ordem* contava com apenas nove membros. Outros testemunhos como aquele do patriarca jacobita de Antioquia, Miguel Siriano, documentam, ao contrário, um número mais consistente e verossímil que podemos estimar em torno de trinta cavaleiros: de fato, os *promotores da Ordem* levam os padres conciliares de Troyes a pensar grande a nova estrutura, conferindo a possibilidade de ter direitos sobre os homens e coisas, e também uma difusão em vários países onde as instalações seriam organizadas em províncias.

A vida religiosa e administrativa da *Ordem* subordinava-se a 70 normas que constituíam a assim chamada regra conciliar, escrita originaria-mente em latim e, depois, provavelmente no início dos anos de 1200, traduzida para o francês. No monumental trabalho de pesquisa já citado, Cerrini reconstruiu a estrutura e a tradição do texto original. Às 70 normas da "*regra primitiva*" eram progressivamente unidas outras disposições que serviam para regular as várias atividades da *Ordem*, da prática litúrgica ao serviço militar: esses estatutos eram definidos *rétrais*, uma designação francesa antiga que podemos traduzir como "*resumos*". A primeira emenda à regra foi sancionada no *Concilio de Pisa* e se referia a uma série de

festividades religiosas que os Templários deveriam celebrar com particulares solenidades e jejuns. Depois, seguiram os chamados "*estatutos hierárquicos*", isto é, o conjunto das normas que regulavam o ordenamento da hierarquia templária e que representam hoje um precioso instrumento para estudar como funcionava a *Ordem* em seu interior.

O *Templo* possuía uma estrutura piramidal em cujo vértice estava o *Mestre* (por volta do ano 1200 será chamado de *Grão-Mestre*, para distingui-lo dos comandantes provinciais), chefe indiscutível dos homens e dos bens templários. Em relação à sua autoridade, os estatutos exprimem uma posição que não deixa dúvidas: "*Cada preceito que é contemplado neste regulamento se sujeita à moderação e ao arbítrio do Mestre*" (capítulo 73).

Pré-escolhido por meio de uma eleição regulada por uma norma longa e precisa, o *Mestre do Templo* devia possuir a experiência necessária para governar uma estrutura supranacional, que era, ao mesmo tempo, um exército, uma financeira ao serviço da cruzada e um eficiente corpo diplomático. Possivelmente devia ser escolhido um especialista nas coisas da *Terra Santa*, capaz de falar ao menos as línguas dos países onde a *Ordem* estava instalada. A *autoridade do Mestre* era suavizada pelo seu *convent*, um conjunto de conselheiros que o chefe devia consultar sobre as questões mais importantes e ter a devida consideração. A normativa utiliza esse termo em contextos muito diferentes, dando às vezes a impressão de que o *convent* seja acessível a todos os *membros da Ordem*: mas é a mesma normativa que esclarece outros pontos que a palavra tem o significado genérico por consenso, assembléia, cuja extensão era mais ou menos ampla, segundo a matéria a ser discutida.

*Convent* é uma derivação latina de *conventum*, que significa simplesmente "*reunida*". A reunião plenária de todos os membros ocorria quando se tivesse de ir ao combate ou assistir às solenidades religiosas e, naturalmente, a reunião restrita aos membros do vértice ocorria também quando se tratasse de decidir sobre questões de vital importância. O capítulo 98 ressalta que todos os *frades do Templo* precisa obedecer ao *Mestre*, enquanto este tem de obedecer ao seu *convent*. Essa palavra deve, necessariamente, indicar uma *classe do Conselho*, de gabinete privado, e não pode referir-se ao conjunto dos *Templários*, porque nenhum órgão, quanto menos um corpo militar, pode funcionar quando as decisões do chefe devem obedecer à aprovação de um conselho.

As fontes testemunham que o *Mestre* selecionava alguns íntimos, aos quais era ligado por relações particulares de amizade e confiança: a normativa os chama de *compagnons dou mestre*, os "*companheiros do Mestre*", no melhor sentido que o termo "*companheiro*" possuía na Idade Média: amigo, irmão de armas, conselheiro. Havia depois o grupo dos anciãos, *veteranos do Templo* a quem os estatutos atribuíam enorme autoridade: cabia ao *Mestre* fazer emendas ou inovações aos estatutos, desde que em acordo com o grupo dos anciãos, e era a eles; mantenedores da memória *histórica do Templo*, a quem deviam se dirigir quando uma situação nunca enfrentada impunha tomar decisões importantes sem que se baseasse nos estatutos.

O *Mestre* e os seus companheiros, junto com os anciãos, formavam o *Conselho* restrito do *Templo* junto aos membros do *Estado Maior*, isto é, aqueles a quem eram confiados os cargos hierárquicos principais. Estes se dividiam em vários grupos, de acordo com as esferas de competência. No campo militar, o guia das operações obedecia ao Marechal, enquanto o cargo de maior autoridade no plano

logístico e administrativo cabia ao *Comandante da Terra Santa de Jerusalém*, seguido do *Comandante da Cidade de Jerusalém*, aos quais recaíam a responsabilidade de muitas questões relativas aos pontos estratégicos da *Terra Santa*.

O âmbito patrimonial era confiado ao *Tesoureiro*, enquanto na primeira parte do século XII a educação média da classe cavalheiresca se centrava na prática militar, e saber ler e escrever era considerada boa atividade para os clérigos e mercadores. Ainda no final dos anos de 1200, o cargo citado era investido por um *sargento*, mas a progressiva adaptação do *Templo* à atividade bancária dera ao *posto de Tesoureiro* grande autoridade, a prescindir do *grau hierárquico*.

Durante o curso do século XII, a nova ordem conheceu um desenvolvimento enorme, tanto que já com os primeiros sucessores de Payns foi necessário organizar as posses *templárias em províncias*, segundo o país onde se encontravam, para assegurar uma administração eficaz. O *Templo* tornou-se um complexo e potente organismo supranacional: cada uma de suas províncias principais era confiada a um *Comandante* (*preceptor*) e dividida em circunscrições menores (*balivie*) que recolhiam por sua vez as comendas de um território em uma estrutura que se estendia por toda a bacia do Mediterrâneo e além, desde Portugal até a Armênia e da Escócia até a Terra Santa.

Todos os comandantes do *Templo*, desde os responsáveis pela província até as autoridades menores, eram convocados ao menos uma vez ao ano junto ao *Estado Maior* em ocasião da festa dos *Santos Apóstolos*. A celebração durava diversos dias e tinha caráter de uma cerimônia solene na qual se alternavam as funções litúrgicas e as reuniões para discutir as questões principais que se referiam à *Ordem*.

O *Templo* recebia também especiais isenções de cunho fiscal, porque todos os seus recursos deviam ser investidos para financiar a defesa da *Terra Santa*. Esse privilégio gerou um segundo motivo de atrito com as outras ordens religiosas não isentas e com os bispos, que se viam superados em prestígio e autoridade.

## 7. O lado financeiro do Templo

No século XII, a economia ocidental baseava-se ainda na renda fundiária; logo, os nobres europeus que desejassem sustentar moralmente, mas também materialmente, o *Templo* com as suas esmolas, doavam à *Ordem* suas posses e edifícios. Tudo quanto fosse produzido nessas feitorias, mas também todos os valores recebidos pelos aluguéis dos bens templários, era convertido em dinheiro e enviado à *Terra Santa*, onde seria empregado para sustentar as necessidades da guerra contra os sarracenos.

Alain Demurger estudou os papéis de muitas *comendas templárias* da região francesa, registrando uma notável expansão no decurso de quase todo o século XII, com numerosas vocações e doações, sinal evidente de como na época se reconhecia uma verdadeira excelência moral no modelo da milícia religiosa. As comendas de província eram empresas agrícolas, além de centros de recrutamento e adestramento, onde as novas levas se formavam antes de serem enviadas para a linha de frente na *Terra Santa*.

A transferência do dinheiro no *Oriente* induziu a *Ordem* a desenvolver com grande rapidez a *técnica bancária e financeira*, talvez se valendo da experiência dos mercadores com os quais entrou em contato, e com os seus navios freqüentando os principais portos do Mediterrâneo. Em 1179, a *Igreja* havia sancionado uma decisiva condenação contra a atividade do empréstimo, que,

freqüentemente, era identificada como usura. Mas a economia daquele tempo estava mudando, tomando uma direção diferente, que privilegiava o tráfego e a circulação dos capitais. Os *Templários*, não diferentes de outras ordens religiosas, principalmente dos bispos, emprestavam dinheiro com interesse geralmente moderado, com freqüência dissimulado sob a forma de um penhor. O valor material do objeto servia para reparar a soma perdida em caso de falta de reembolso. Os inventários das comendas templárias encomendados por *Felipe, o Belo*, depois da apreensão de 1307, testemunham a presença de louças apreciadas, roupas femininas em seda e outros objetos caros deixados a título de depósito.

Tanto o espírito originário da *Ordem*, baseado no valor penitente da pobreza, quanto a exigência de reservar todos os recursos aos altos custos da guerra orientaram as normativas a assegurar punições muito severas para a apropriação pessoal do dinheiro, mas também de outros objetos da *Ordem*: o valor máximo que um *Templário* podia ter era fixado à cifra irrisória de *quatro denários*; além dos quais, configurava-se a culpa do furto, que provocava a expulsão. Esse teor disciplinar deu ao *Templo* uma reputação de honestidade pétrea, que se mantinha ainda intacta na época do processo, impelindo os ricos privados e os soberanos a depositar capitais nos caixas da *Ordem*. Os *Templários* custodiavam fielmente, mas, sobretudo, faziam render o dinheiro confiado a eles.

Um episódio que se tornou famoso serve como exemplo para entender a rígida disciplina que vigorava na Ordem e o senso de responsabilidade nutrido pelos *Templários* aos seus credores. Durante a primeira expedição cruzada de Luís IX, na metade do século XIII, o irmão do rei da França havia sido capturado pelos sarracenos, que pretendiam receber um grande resgate para a sua libertação. Sem ter dinheiro, o soberano dirigiu-se aos *Templários* presentes para conseguir a

liberação de um empréstimo: um dos seus navios, equipado com cofres, encontrava-se ancorado nas vizinhanças. A pretensão do soberano em si nada tinha de excessiva, e já no passado um de seus predecessores, Luís VII, havia se livrado das dificuldades graças a um empréstimo dos *Templários* durante a segunda cruzada. No entanto, agora, a situação era muito mais complicada.

A normativa, que era particularmente rígida no assunto "*dinheiro*", vetava taxativamente que se emprestasse dinheiro a pessoas de fora do *Templo* sem permissão especial dos superiores. Em um caso do gênero, somente o *chefe do Templo* teria podido ajudar o rei, pois apenas o *Mestre* poderia agir em contrário a qualquer lei quando uma situação de emergência o tornasse necessário. No tempo de Luís VII, o *Mestre* havia imediatamente mandado o *Tesoureiro* satisfazer as necessidades do soberano, mas agora a *Ordem* se encontrava em sérias dificuldades, porque o *Grão-Mestre Guillaume de Sonnac* tinha sido ferido até a morte durante uma batalha e não havia ninguém que pudesse autorizar a concessão daquela soma.

O problema mais grave era o da responsabilidade legal, uma vez que o dinheiro custodiado no navio pertencia ao público que o havia confiado ao *Templo*, e esvaziar seus cofres seria como cometer um furto: se os credores tivessem pedido suas economias naquele mesmo momento, os *Templários* encontrar-se-iam insolventes, com um grave dano à *imagem moral e financeira da Ordem*.

O procedimento para se eleger o novo *Grão-Mestre*, o único que poderia tomar para si a responsabilidade da operação, durava semanas e jamais se poderia esperar tanto. A necessidade era urgente, a apreensão por ter o irmão do rei nas mãos do inimigo, a ignorância do *regulamento templário* pelo rei da França Luís IX,

mas também o temperamento muito impetuoso de alguns cavaleiros fizeram irromper uma crise.

Frade Étienne d' Otricourt, que assumira o papel de *Comandante*, com o qual devia governar o *Templo* até a eleição do novo chefe, entrou em conflito com o senhor de Joinville, que havia sugerido ao rei tomar o dinheiro dos *Templários* para pagar o resgate, ostentando um decidido desinteresse pelas *regras e os deveres da Ordem*, o que fez irromper entre os dois uma discussão com troca de insultos. Então o marechal *templário Raynaud de Vichers*, homem astuto e de destacadas qualidades diplomáticas, cogitou um estratagema que permitiria a Luís obter o dinheiro sem violar as normas do *Templo*, nem desobedecer a negativa expressa do *Comandante*, que, mesmo sendo a título temporário, ainda assim, era seu superior.

O *Marechal* repetiu ao soberano que o *Comandante* havia expressado os ditames da normativa de maneira precisa e que não havia nenhuma possibilidade para os *Templários* contentá-lo agindo legalmente. Certamente, os frades não poderiam fazer nada contra um eventual furto perpetrado pelo rei, furto que, em todo caso, poderia ser ressarcido com o dinheiro que ele próprio havia depositado nos cofres do *Templo em Acri*. A sugestão permitiu sair do impasse e o incidente foi felizmente encerrado sem maiores problemas.

Nos idos de 1200, os papas atribuíram ao *Templo* o *status de banco* para cuidar e fazer render o dinheiro destinado a financiar a cruzada, enquanto a Coroa da França atribuiria à casa de Paris o papel de tesouraria do reino; uma importante fortaleza, erigida para conter todo o dinheiro no atual bairro parisiense de Marais, onde continuou a reinar até que fosse destruída durante a Revolução Francesa.

## 8. Política e diplomacia

Defender o reino de Jerusalém dos sarracenos da *Terra Santa*, com potentados rivais continuamente em luta entre si, não significava tanto enfrentar um exército inimigo compacto, mas sim desenvolver continuamente hábeis tratativas com um chefe e outro para construir, de ano em ano, estratégias de alianças diversas.

Quando os cruzados estavam marchando sobre Antioquia, os egípcios haviam observado com grande fervor a confusão que os novos francos estavam provocando na Palestina e projetaram, inclusive, estipular um acordo com o objetivo de retomar a região subtraída pelos turcos. Na Síria setentrional, as dinastias árabes locais estavam satisfeitas pela desintegração da potência turca e prontas a negociar com os ocidentais, que, por sua vez, tinham muito a ganhar com o apoio das duas maiores famílias: os Munqiditi, de Shaizar e os Banu Ammar, de Trípoli.

A história da *Terra Santa* compreende uma longa série de episódios que poderiam parecer agitados a um ocidental pouco avesso ao clima político da região. Os potentados islâmicos locais sabiam separar oportunamente a política da religião. Não faziam da guerra, necessariamente, uma questão de fé, assim como o imaginário contemporâneo poderia supor, e se aliavam voluntariamente com os cristãos, quando isso valesse a pena, isto é, quando servisse para manter autônomo o próprio território local. Alimentando as discórdias e favorecendo a amizade com o inimigo do inimigo, o reino cristão poderia ter sobrevivido, apesar da carência de tropas que constituía um problema constante. Os *Templários* encontravam-se no centro das negociações, desenvolvendo uma normal capacidade de diálogo: não só os papas e os soberanos europeus, mas também os imperadores bizantinos

requisitavam os serviços de seus dignitários maiores para as delicadas missões diplomáticas.

Essa política tornava necessária uma singular capacidade de diálogo, porque se precisava entrar muito profundamente na mentalidade dos povos estrangeiros, habituados a uma concepção de mundo e a relações humanas completamente diferentes da ocidental. A guerra conduzia-se talvez mais na mesa de negociações que no próprio campo de batalha. Os *Templários* adquiriram uma atitude mental de grande elasticidade, que a sua preparação estratégico-militar amplificava e completava.

A *Ordem* mantinha relações cordiais com alguns emires islâmicos, sempre baseadas nos comuns interesses econômico e político, não contaminados por argumentos religiosos, os quais se procurava cuidadosamente evitar: a boa convivência impunha o mais elementar respeito às reciprocidades. Somente muito mais tarde, na época do processo tentado por *Felipe, o Belo*, a notícia dessas relações políticas seria usada na mais completa *má-fé dos inimigos da Ordem* como argumento para imaginar a secreta conversão ao Islã pelos frades.

A mais famosa dessas alianças é aquela documentada pelo emir de Shaizar Usama ibn Munqidh, homem douto e inteligente, mas também de grande fé, ao qual os *Templários* haviam concedido o favor de poder entrar para rezar sobre a rocha sagrada ao Islã, que se encontrava no interior da mesquita de al-Aqsa, no quartel-general de Jerusalém. Um dia, Usama estava rezando e foi agredido por um francês recém-chegado do Ocidente, que se atirou sobre ele e o golpeou com violência porque não tolerava ver um muçulmano rezar com a cabeça baixada no chão da *igreja do Templo*, desejando forçá-lo a rezar da maneira cristã. Os *Templários* presentes na igreja intervieram prontamente, libertando o emir de seu

agressor, desculpando-se com ele pelo comportamento vergonhoso daquele forasteiro que havia desembarcado há poucos dias e que não conhecia as mais elementares normas de bom comportamento:

> *Quando visitei Jerusalém, eu quis entrar na Mesquita de al-Aqsa, em cuja proximidade há um pequeno oratório do qual os francos haviam feito uma igreja. Tão logo entrava na Mesquita de al-Aqsa, onde estavam sediados meus amigos Templários, esses me colocavam à disposição o pequeno oratório para que eu fizesse minhas preces. Um dia entrei, disse a fórmula Allàh akbar e comecei a rezar, quando um franco se atirou em mim pelas costas, agarrou-me e virou meu rosto em direção ao oriente, dizendo: "E assim que se reza". Logo intervieram alguns Templários, que o prenderam e o afastaram de mim, enquanto eu terminava minhas preces. Mas aquele, aproveitando um momento de distração dos Templários, atirou-se novamente em mim, virando meu rosto para o Oriente, repetindo: "E assim que reza". E de novo os Templários intervieram, afastaram-no e se desculparam dizendo: "É um forasteiro, chegado esses dias do país dos francos e que nunca viu ninguém rezar que não colocasse a cabeça na direção ao Oriente". "Já rezei o bastante", respondi; e saí, estupefato por aquele demônio, que tanto havia se alterado e agitado por me ver rezar em direção da Qibla.*

Outro importante personagem muçulmano obteve o favor de poder entrar para rezar sobre a rocha sagrada, não deixando de se escandalizar com a devoção que os *Templários* tinham ao encarar a Madonna:

> *Eu mesmo vi um deles apresentar-se ao emir Mu 'in ad-Din — que Deus tenha misericórdia — enquanto se encontrava na Mesquita da Rocha e dizia-lhe: "Desejas ver Deus menino?". "Sim", respondeu, e assim procederam, mostrando a ele a imagem de Maria com o Messias no colo. "Este disse — é Deus menino*".

O episódio foi comentado por Usama com um trecho do Alcorão para evidenciar que aquelas palavras soavam como blasfêmias a um muçulmano: "*Bem mais ao alto daquilo que os infiéis dizem está Deus*!".

O emir proclama-se *amigo dos Templários* e mostra em seus confrontos uma sincera benevolência, mas não pode eximir-se da desaprovação de suas convicções religiosas: estavam tão distantes da verdade do Islã e acreditavam que Deus tivesse mesmo encarnado na pele de um bebê pela Virgem Maria!

A ortodoxia *religiosa dos Templários*, construída por São Bernardo nos limites do fanatismo a fim de sustentar sua função bélica, era reconhecida onde quer que a *Ordem* gozasse de sua autoridade, mesmo no campo religioso. Os *Templários*, junto com os membros de outra grande *ordem militar do Hospital de São Giovanni*, tinham a prestigiosa incumbência de escoltar em Jerusalém a relíquia da cruz de Cristo quando se celebrava a solene cerimônia litúrgica em sua honra. Também na difícil tarefa de distinguir as relíquias autênticas das falsas, aos

*Templários* era reconhecida uma capacidade superior. Às vezes, os soberanos europeus encarregavam-nos de consagrar alguns objetos com o contato dos mesmos ao *Sepulcro* ou de outros lugares santos, para que estes se tornassem objetos dignos de veneração. São Luís IX, rei da França, por volta da metade do século XIII, recorreu ao conselho dos *Templários* durante a sua procura, pelo Oriente bizantino, das principais relíquias da Paixão.

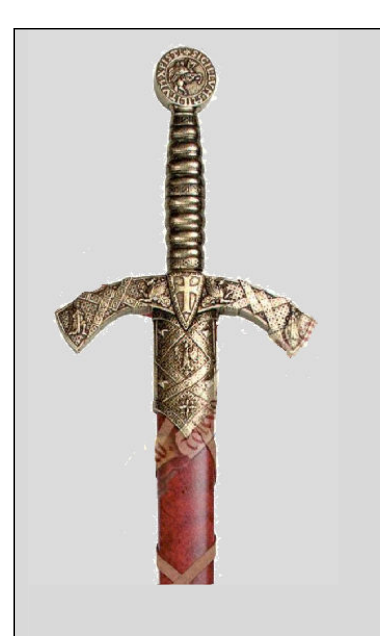
Em dado momento, os intelectuais da Europa perguntaram-se de que forma Deus teria organizado a sociedade da época, e obtiveram a resposta de que o mundo era dividido nas três *ordines* fundamentais. Assim, Guiberto de Nogent, monge que foi um entre os intelectuais mais notáveis do século XII, ao elaborar em sintonia com o espírito de seu tempo a verdadeira teologia da cruzada, apropriou-se da teoria das três ordens, colocando os *Templários* no topo do modelo cristão de sociedade: enquanto nobres, mas também monges, os *Cavaleiros do Templo* reuniam em si mesmos os elementos das duas classes, às quais Deus havia confiado o difícil papel de guiar a humanidade.

# Capítulo IV: A Serviço da Terra Santa

## 1. Outremer

**N**

*os quarenta anos que se sucederam entre o pontificado do papa Inocêncio II (falecido em*



*1145) e aquele de seu sucessor homônimo, Inocêncio III (Lotário dos condados de Segni, 1189-1216), a Ordem Templária conheceu a sua máxima afirmação em concomitância com o período áureo do reino de Jerusalém. Entre ambos os pontífices, momentos fundamentais do Templo ficaram marcados na história: se o primeiro ditou as bases para o seu rápido desenvolvimento, garantindo-lhe autonomia excepcional, prevista pelo privilégio Omne datum optimum, o segundo interveio sábia e discretamente para determinar seu destino depois de um trágico acontecimento que ameaçara sua continuidade. As ocorrências no Templo na Terra Santa, iniciadas com o voto expresso de Payns ao Patriarca em 1120 e concluídas em 1291, quando caiu em mãos islâmicas o último baluarte de Acri, são a história de um empenho constante, dominado pela idéia de defesa da presença cristã, empenho este desenvolvido pela luta armada e com as mediações diplomáticas, sem abster-se das in trigas políticas. Através de cinco grandes eventos, entre os quais a história do reino latino pode ser resumida, completou-se também a experiência da Ordem Templária no contexto histórico-cultural do qual era nascida e fora do qual, depois da falência do sonho cruzado, foi de encontro a uma inexorável crise.*

O território ocupado pelos cristãos na Síria-Palestina, chamado de *Outremer* porque em relação ao Ocidente encontrava-se do outro lado do Mar Mediterrâneo, era uma sutil zona litorânea que se estendia da região armênia até os confins do califado egípcio, ao sul da cidade de Gaza. A companhia franca era dividida em quatro grandes estados: o *reino de Jerusalém*, estendido na faixa costeira de Gaza até Beirute; o condado de Trípoli, de Beirute até Margat; o principado de Antioquia, de Margat até Alexandria; e o condado de Edessa, no

interior, que se estendia a nordeste de Alexandria até a região circundante da moderna Urfa. Esses estados latinos eram regidos por um governo do tipo senhoril muito parecido com o das regiões ocidentais das quais provinham seus chefes. Surgidos dos eventos tumultuados que haviam assinalado o desenvolvimento da primeira cruzada (como no caso do principado de Antioquia fundado por um líder que preferia firmar-se e fundar uma senhoria pessoal em vez de prosseguir para libertar o Santo Sepulcro), os quatro potentados latinos da *Terra Santa* eram freqüentemente acusados de discórdias dinásticas, as quais, unidas à falta da cavalaria para a defesa e ao perigo latente de uma reação islâmica, punham a vida da população cristã em um contínuo estado de alerta.

A língua mais difundida no *Outremer* era o francês, idioma originário de grande parte dos cruzados e de seus parentes, reunidos depois da tomada de Jerusalém, mas com uma estrutura especial, em que se misturavam inflexões do dialeto veneziano e outros elementos, por causa da presença de marinheiros na cidade: Gênova e Veneza, em particular, tiveram um papel fundamental na vida político-econômica da *Terra Santa*, e a sua acirrada rivalidade, com o tempo, teria contribuído para desorganizar a já embaraçada situação local. Até mesmo a produção artística e a cultura em geral eram fruto de uma presença original de diversos elementos: ocidentais, árabes e bizantinos.

A relação com a população islâmica nos territórios do reino era fundamentalmente pacífica, ainda que não privada de alguns atritos. Uma situação análoga caracterizava as relações políticas com os pequenos estados fronteiriços que, estando freqüentemente em luta entre si, consideravam oportuno estipular alianças de conveniência com o reino cristão. A *Ordem do Templo*, que havia nascido com o objetivo específico de defender *Jerusalém e a Terra Santa* do ataque

islâmico, possuía uma rede de castelos e instalações militares em todo o território, especialmente ao longo das rotas viárias que coligavam entre si as cidades maiores, desenhando uma espécie de eixo do reino. A *Ordem* era composta por pessoas provenientes de várias regiões do Ocidente e do Oriente, portadoras de mentalidade muitas vezes diferente e que tinham de se habituar a um modelo único, a fim de evitar possíveis conflitos: não casualmente, os estatutos relativos à eleição do *Grão-Mestre* aconselhavam que para esse cargo supremo fosse escolhido um personagem de grande experiência, capaz de falar ao menos as línguas principais dos reinos de onde se originavam os frades.

Depois da adaptação seguida à conquista inicial, os cristãos, graças à divisão que reinava em âmbito islâmico, gozavam um período de relativa paz, da qual os contatos entre o emir Usama ibn Munqidh e os *Templários* não são mais que um exemplo. Todavia, já a partir da metade do século XII, iniciou-se um processo de reação muçulmana que conduziria progressivamente o reino cristão à crise.

## 2. A mobilização de São Bernardo

Em 1144, o governador de Mosul, o *atabeg* Imad ad-Din Zangi, atacou o condado de Edessa e, depois de apenas um mês de assédio, apossou-se de sua capital. O eco da empreitada suscitou uma profunda impressão no Ocidente, onde se começou a temer por toda a companhia cristã e pelo próprio *ideal da cruzada*; todavia, as principais forças políticas que poderiam enviar à *Terra Santa* os reforços indispensáveis à defesa encontravam-se também em dificuldades. O Papa Eugênio III (Bernardo Paganelli, 1145-1153), sucessor de Inocêncio II, teve de fugir de Roma depois que uma sublevação aristocrática havia instaurado um governo comum e sobre a cidade entoavam as canções inventivas de Arnaldo da Brescia contra a corrupção do clero. De Viterbo, onde havia encontrado refúgio, o novo pontífice

acolheu os apelos vindos do além-mar e considerou oportuno confiar aos extraordinários dotes comunicativos de São Bernardo a tarefa de sensibilizar a Europa para nova emergência. As dificuldades não eram poucas: os dois maiores chefes do Ocidente, que com seu influente apoio poderiam ter garantido o sucesso da missão, isto é, o rei da França Luís VII e o rei alemão Corrado III que esperava a coroação imperial, viram-se forçados a parar os golpes internos aos seus reinos, contrários à futura cruzada. Tão logo foram informados pela carta papal que lhes expunha a necessidade de preparar uma intervenção no Oriente, o rei francês convocou de imediato os seus feudatários para que até o Natal se encontrassem com ele em Bourges e pegassem solenemente a cruz. Mas amargou constatar que a nobreza do reino era completamente indiferente e seu braço direito, o respeitado abade ancião Suger de Saint-Denis, que o servia como conselheiro, desencorajava vivamente o monarca de encarar aquela missão. O imperador não atravessava um bom momento: os seus vassalos estavam empenhados em uma política de colonização em direção ao leste europeu, que consideravam ter a mesma importância de uma cruzada, porquanto implicava a conquista de terras que tinham de ser tomadas de eslavos ainda pagãos, e não toleravam que o imperador desperdiçasse seus recursos em um Oriente que parecia tão distante e pouco atraente. Além disso, tinha de abrir o olho com seus próprios parentes que contestavam sua subida ao trono, fazendo de sua partida rumo à Palestina um convite à revolta.

Foi somente no fim de março de 1146 que Luís VII pôde convocar seus barões a Vézelay, onde a notícia de que seria São Bernardo que iria pregar na nova expedição à *Terra Santa* fez congregar, da mesma forma que em Clermont há mais de meio século, uma vasta multidão, impossibilitada de entrar na catedral, forçando

o abade a subir em um palco erigido do lado de fora para aquela ocasião. A eloqüência envolvente do santo e o ímpeto que sabia transmitir propagavam-se na multidão. O pano que o soberano mandou preparar, o qual devia servir para cortar as cruzes que os futuros cruzados colocariam sobre as vestes assumindo solenemente seus votos, não foi suficiente, e ao pôr-do-sol, o abade e os seus ajudantes estavam ainda ocupados em costurar. No outono do mesmo ano, enquanto na França ferviam os preparativos da partida, Bernardo foi chamado para pregar em território alemão, onde os arcebispos de Colônia e Magonza lhe suplicaram a intervir em um fanático cisterciense que havia agitado a multidão a desfrutar seu entusiasmo à iminente cruzada por incentivar uma verdadeira perseguição contra os hebreus. Com uma sapiente e incansável *tournée* de pregações, o abade chegou a Friburgo, Basiléia, Sciaffusa e Costanza, convencendo enfim o imperador a pegar a cruz em um encontro em Spira, em dezembro de 1146: segundo uma fonte, em seu sermão, Bernardo atacou verbalmente Corrado III, como se fosse o próprio Cristo em pessoa e lhe reprovou a frieza da sua fé depois dos favores que o céu havia lhe concedido.

No decurso de 1147, o exército cruzado, o mais imponente que o Ocidente jamais havia colocado em campo, empreendeu a viagem passando sobre os territórios do império bizantino, encontrando a inevitável hostilidade do imperador Manuele Comneno em razão dos assaltos que os soldados realizavam nas regiões atravessadas. Depois de um memorável embate ocorrido em Antioquia, durante o qual os franceses sofreram grandes perdas, o *front* cristão viu-se dividido acerca de qual estratégia tinha de adotar. Em 24 de junho de 1148, o rei de Jerusalém e a rainha Melisenda recolheram todos os chefes cruzados em uma grande assembléia em Acri. O interesse político dos Francos consistia em manter a aliança com o

emirado de Damasco, que, mais do que os cristãos, temia o crescimento do potentado que um filho do atabeg Zangí, Nür ad-Dín, havia construído dos restos do condado de Edessa. Aos 29 anos apenas, Nür ad-Din era um astro nascente no tabuleiro político da Síria-Palestina e o emir de Damasco, com indubitável esperteza política, preferia manter a própria independência sob a tutela da aliança com os cristãos do que ser absorvido pelo crescimento da vizinha senhoria islâmica. Mas na reunião de Acri, tomou-se a resolução menos conveniente, porque as discussões foram dominadas por interesses particulares e também por sugestões religiosas que nada tinham a ver com o cálculo da estratégia: decidiu-se atacar Damasco porque a riqueza da esplêndida cidade, com o seu duplo cinturão de hortas e jardins, canalizava a cobiça do rei de Jerusalém e porque no imaginário dos cruzados vindos do Ocidente aquela cidade havia hospedado um evento fundamentalmente religioso, a conversão do hebreu Saulo, que Cristo tirara do cavalo, convertendo-o no apóstolo Paulo. O ataque inevitavelmente fez com que o emir damasceno se aproximasse de Nür ad-Dín e que o *front* anticristão se compactasse, marcando a falência de toda a expedição. Depois de apenas quatro dias de assédio, o exército cristão teve de retomar a direção da Galiléia sem outro resultado que não a perda de muitos homens. No outono de 1148, Corrado entrava novamente na Europa, passando por Constantinopla, decidindo investir as próprias forças enquanto pudesse e firmando com o imperador Manuele um acordo contra Ruggero II da Sicília, onde repartiu suas possessões na área italiana. Luís VII permaneceu um pouco mais na Palestina, para depois partir, consciente, ao encontro da amargura e das complicações políticas de seu divórcio com a belíssima mulher Eleonora d'Aquitânia.

## 3. Aos chifres de nattin

Durante todo o episódio da segunda cruzada, a *Ordem do Templo* havia se comportado com heroísmo e circunspecção, oferecendo exemplos de disciplina e de capacidade de intervenção diplomática, o que fez aumentar a sua fama. O *Grão-Mestre Everard des Barres* soube desenvolver um eficaz recrutamento no Ocidente, reunindo um regimento que partiu junto das tropas do soberano francês. Depois, no difícil momento em que as milícias alemãs deviam se reunir ao contingente francês nos territórios do império bizantino, Barres soube persuadir habilmente o imperador Manuele Comneno a aceitar o fato, pois o mesmo desejava impedi-lo, acreditando que o poderosíssimo exército ocidental pudesse esquecer-se da cruzada para dar-se à conquista de seu território. A disciplina dos *Templários* havia se mostrado em todo o seu rigor quando, durante a marcha pelo altiplano da Anatólia, Luís VII foi pego em uma emboscada porque somente o *contingente do Templo* entre todas as tropas havia respeitado a marcha estabelecida. Em seguida, como já lembrado, os *Templários* haviam também tirado o soberano de uma grave dificuldade, antecipando-lhe com os seus bens a soma de um considerável resgate que ele não estava possibilitado de pagar.

Bem instruídos e fiéis à missão, capazes de mediar as complexas tensões políticas do *Outremer*, os *Templários* saíram da disputa falimentar da segunda cruzada com a honra imaculada e mais fúlgida do que antes; todavia, o Ocidente não podia esquecer que o mais imponente exército cristão, inspirado pela mística de um homem excepcional como São Bernardo, retornava do Oriente sem nada.

Depois da metade do século XII, a situação política da região sírio-palestina não mudou essencialmente: para a salvação do reino cristão da imprescindível que o bloco muçulmano da Síria, situado nos arredores de Damasco, não se unisse ao Egito, feito este que teria permitido à aliança romper a presença

cristã na *Terra Santa*. Se o potentado muçulmano da Síria era sólido e compacto, não se podia dizer o mesmo do califado do Egito, onde a dinastia reinante havia alcançado um nível tal de degradação a ponto de induzir o emir de Bagdá a pensar em pôr os pés em uma espécie de cruzada interna ao Islã a fim de livrar aquele país da corrupção em que jazia. A família do califa havia passado por uma sórdida história de traições, a qual, além de fazer enfraquecer a dinastia, havia consentido a um dos mais empreendedores generais de *Nu-r ad-Di-n, Shi-rku-kh*, de convencer o emir de Bagdá a patrocinar a cruzada contra a cidade do Cairo.

Ao mesmo tempo o rei de Jerusalém, Amalrico, concebera um plano para conquistar o Egito, provocando um progressivo alinhamento entre Cairo e Damasco; dessa aliança em construção soube aproveitar o neto do general *Shi-rku-h*, *Saladino*, que com uma série de boas campanhas e hábeis manobras políticas conseguiu apropriar-se do Egito, pelo qual pôde, depois, projetar a reconquista islâmica e a expulsão dos *cristãos da Terra Santa*.

Em junho de 1183, *Saladino* podia fazer o seu ingresso oficial em Damasco, entrando a cavalo no castelo, graças às enormes riquezas do Egito, que lhe permitiram construir um império que se estendia da Cirenaica ao Tigre: se as grandes capitais de Damasco e Aleppo eram governadas por ele pessoalmente, em toda a sua volta se estendiam os feudos militares que ele podia facilmente controlar. Enquanto o califa de Bagdá o auxiliava, o sultão da Anatólia procurava fazer alianças, e os outros príncipes orientais não tinham o poder nem o interesse em conflitá-lo. A coroa de Jerusalém encontrava-se profundamente enfraquecida por causa da desgraça que havia golpeado o rei Balduíno IV, que continuou incansavelmente a ter as rédeas do governo, não obstante tivesse sido atingido pela lepra. Em março de 1185, morreu apenas aos 24 anos, deixando a coroa ao filho

ainda criança, que morreria em agosto de 1186 antes de completar 9 anos de idade. A conspiração desencadeada à sua morte não fez mais que abrir as portas de Jerusalém para a conquista islâmica: depois de enviar o regente Raimondo de Trípoli a Tiberíades para encontrar os barões do reino e regular as modalidades da sua sucessão ao trono, o Siniscalco jocelin ocupou Tiro e Beirute, proclamando a rainha Sibilla, irmã do soberano morto. Raimondo dirigiu-se então a Nablos, ao castelo de Baliano de Ibelin, convocando a alta corte dos nobres, fazendo valer o seu título legítimo de regente do reino. Como resposta, Sibilla fez trancar as portas de Jerusalém e recebeu do *Patriarca* a coroação em um contexto tristemente memorável: as insígnias reais eram conservadas às chaves no cofre, e estas eram custodiadas pelo *Patriarca* e pelos *Grãos-Mestres do Templo e do Hospital*. O chefe destes últimos a teria jogado pela janela, jurando que nem ele nem nenhum de seus cavaleiros teriam participado da cerimônia. Não foi coroado pelo Patriarca nenhum rei porque o marido de Sibilla, Guido de Lusignano, era odiado pelos barões e pelo povo. Assim, a coroa foi consignada à nova soberana com o encargo de dá-la a quem quisesse.

Enquanto o reino cristão era dilacerado por esses conflitos internos, *Saladino* tinha liberdade para prosseguir a sua marcha praticamente sem ser incomodado. Em 1e de julho de 1187, o sultão passou o Jordão em Sennabra, enquanto suas tropas atacavam Tiberíades, que caiu logo após a primeira hora de combates; e depois, talvez sob a provocação de alguns traidores cristãos, ele acampou nas imediações da fértil vila de Hattin, na qual os seus homens podiam encontrar pastos e água em abundância. As tropas cristãs, ao contrário, deviam marchar ao longo das colinas nuas, sofrendo com a quente jornada, obrigados a se proteger de grupos de soldados muçulmanos treinados para a guerrilha, que

atacavam continuamente a frente e a retaguarda. Pela tarde, o exército cristão havia alcançado o altiplano situado na própria região de Hattin, e se firmou nas imediações de uma colina com dois cumes, batizada de "*os Chifres*". Na manhã do dia 4 de julho, viu-se completamente cercado, sofrendo a mais grave derrota de toda a história do *Outremer*. Os *Templários e os Hospitalários* caíram às centenas, abandonados por *Saladino* à ferocidade de um grupo de fanáticos muçulmanos que chegaria ao seu exército.

Em 20 de setembro, *Saladino* acampou diante de Jerusalém; a população da cidade havia aumentado por causa dos fugitivos que procuraram sua proteção, mas as enormes perdas sofridas em campanhas precedentes haviam feito diminuir o contingente militar, tanto que para cada soldado havia cinqüenta pessoas, entre mulheres e crianças. Para suprir a necessidade de combatentes, foram promovidos a cavaleiros todos os garotos nobres maiores de 16 anos e depois, dada a sua exigüidade, foram promovidos também 30 burgueses. Mas exatamente um mês depois, em 20 de outubro, foram pedidas as condições para a rendição. Jerusalém, assim, voltava às mãos islâmicas depois de menos de um século de conquista, e os cristãos não puderam mais recuperá-la. A relíquia da *Verdadeira Cruz*, o objeto mais sagrado do *Outremer*, que um *cavaleiro do Templo* e do *Hospital* tinham a grande honra de escoltar em procissão, foi perdida e nunca mais reencontrada.

Saladino mostrou clemência com a população cristã de Jerusalém e foram evitados os inúteis massacres que os cristãos haviam, infelizmente, executado em seu tempo. Somente sobre os *Templários e os Hospitalários* o sultão desejou vingar-se pelos danos que a sua preparação militar havia causado ao exército islâmico. A dureza usada pelas fontes islâmicas contra os *Templários* é para nós hoje uma amostra preciosa do nível de preparação técnica e da frieza bélica desses antigos

guerreiros: brincando com o som das vogais, o historiador *El-Fadhel* transformava a palavra árabe-persa que indicava os *Templários* (*dawyèh*) naquela *diwye*, as divindades demônios do *Mazdeísmo* pagão, enquanto *Saladino* os definia como "*gente imunda, a pior entre os infiéis*", e o massacre dos *Cavaleiros Templários e dos Hospitalários*, por ele executado, demonstra o ódio, mas também o temor, que os islâmicos nutriam em seus confrontos.

## 4.Do Sepulcro de Cristo à tumba de Pedro

Os acontecimentos em *Hattin* inferiram ao *Templo* um golpe duríssimo, funcionando como uma espécie de mecanismo destrutivo, cujas conseqüências perduraram até o fim da *Ordem*. O massacre dos cavaleiros, ordenado por *Saladino*, unido às mortes ocorridas durante o combate, havia dizimado o contingente bélico com enormes custos humanos e também econômicos. De fato, naquela época, a guerra fazia-se, sobretudo, a cavalo: o custo do armamento completo, em aço, que caracterizava o guerreiro, era elevadíssimo; mas além do valor econômico das armas, deve-se ter em conta o valor do cavaleiro, cuja habilidade técnica era amadurecida após anos de experiência e com um treinamento pesado e contínuo. Logo, tratava-se de uma rara qualidade, geralmente monopólio da aristocracia, conseguida somente graças a um forte investimento financeiro.

O *Templo* era aquilo que os sociólogos chamam hoje de "*instituição social*", isto é, uma sociedade secreta que vive, sobretudo, por si mesma, havendo pouquíssimos contatos em seu exterior: adaptada a homens decididos a fazer uma escolha extrema, que havia um horizonte próprio de ideais e que constituíam o motor psicológico de todo o sistema. A glória dos *Templários* dependia da sua honra, como também dependia a própria existência da *Ordem*, alimentada por esmolas que a sociedade cristã oferecia para garantir a tomada da *Terra Santa*. Depois de Hattin, a

moral dos cavaleiros combatentes havia caído por terra, e a *Ordem* teve de enfrentar uma profunda crise. A outra grande ordem militar, a dos *Hospitalários*, nasceu de um grupo de voluntários que havia aberto uma hospedaria para o acolhimento dos peregrinos doentes: a sua vocação primária era a assistência caridosa, e somente em um segundo momento os *Hospitalários* haviam se adaptado ao combate, para ajudar a sempre precária defesa dos territórios cristãos. A derrota em Hattin representava certamente um duro golpe até mesmo para os *frades do Hospital*, mas para os *Templários*, que tinham como único objetivo a defesa da *Terra Santa*, a queda de *Jerusalém e do Santo Sepulcro* em mãos islâmicas representava a falência do seu próprio ideal.

Havia, pois, outras questões mais sutis e dolorosas, que agravavam a posição da *Ordem* diante de toda a cristandade, fonte de sustento para o *Templo*: o *Grão-Mestre Gérard de Ridefort* era o único sobrevivente de um grupo de prisioneiros templários caído em mãos islâmicas, e essa circunstância parecia um pouco suspeita. Ridefort era um cavaleiro de origem flamenca, chegado à *Terra Santa* em 1173 e colocado ao serviço do conde Raimondo de Trípoli. Capaz e ambicioso, havia se tornado precioso aos olhos de seu senhor, que como recompensa lhe havia prometido um feliz matrimônio com a primeira herdeira que se revelasse pronta. Essa ocasião se apresentou na pessoa de Lúcia, filha do senhor de Botrun, que havia morrido sem deixar herdeiros. Mas Raimondo achou mais conveniente contentar com isso outro cavaleiro, de nome Plivan, que para assegurar a dama fez com que a mesma fosse pesada e dada a respectiva quantia em ouro ao conde. *Gérard de Ridefort* não perdoou jamais o seu senhor por aquela afronta. Entrou para a *Ordem do Templo*, onde se colocou à disposição pelos seus dotes

militares, conseguindo bem depressa chegar ao Estado-Maior na qualidade de *Siniscalco*.

A sua eleição ao vértice do *Templo* teve lugar no final de 1184 e início de 1185, depois da morte do *Grão-Mestre* espanhol *Arnaut de Torroja*: o exército cristão já estava então sob pleno ataque islâmico com o avanço de *Saladino*, enquanto em Jerusalém o rei leproso estava próximo de seu fim, deixando como herdeiro seu pequeno filho, que, de tão fraco, os barões já tinham estabelecido o que fazer caso a criança morresse em pouco tempo. Dadas as condições, é possível que o *Capítulo geral do Templo*, ao escolher por norma uma pessoa de reputação ilibada, tenha se dado conta dos dotes militares do novo *Grão-Mestre* e, por isso, nomeado Ridefort, que era um cavaleiro valente, mas que já naquele tempo havia procurado fazer caluniadores e inimigos.

Durante as operações militares, parece que ele se mostrava arrogante e temerário, dando amostras daquele temperamento típico da aristocracia militar que São Bernardo odiava e queria debelar, firmando a *ética da Ordem à penitência e à humildade*: Ridefort, poderíamos dizer, era uma espécie de figura "*antitemplário*". Talvez as fontes daquele tempo tenham amplificado seus defeitos para atribuir-lhe a responsabilidade da derrota, mas a insistência desse retrato em negativo que não aflige a memória de outros *Grãos-Mestres* faz suspeitar a existência de um fundo de verdade. Genial, mas também intrigante, Ridefort aproveitou sua amizade com o rei de Jerusalém para pôr em evidência negativa o antigo senhor Raimondo de Trípoli, submetendo os bens e os interesses do *Templo* ao seu desejo de vingar o ultraje do matrimônio perdido. Em vista disso, lembra que o rei da Inglaterra, para expiar a culpa do homicídio do monge Tommaso Beckett, havia doado uma grande soma aos *Templários* para a causa da cruzada e que o *Grão-Mestre* havia decidido usar parte

do dinheiro para ajudar o rei de Jerusalém a recrutar quatro ou cinco mil soldados de infantaria para ir ao encalço das tropas islâmicas. Chegado o momento oportuno, Ridefort induziu o rei a desconfiar de Raimondo de Trípoli, acusando-o de traição. O soberano não pôde contra-argumentar, fosse pelo medo, fosse pelo dinheiro que havia recebido.

Em 1º de maio de 1187, as tropas cristãs descobriram parte do exército islâmico que dava de beber aos cavalos, próximo das nascentes de Cresson. O *Grão-Mestre do Hospital e o Marechal do Templo, Jacques de Mailly*, aconselharam a retirada, visto que os inimigos eram em número maior; porém Ridefort voltou arrogantemente às costas ao Grão-Mestre, e ao seu Marechal acusou de ser uma mulherzinha: "*Amais demais as vossas cabeças louras para desejar perdê-las*!".

Jacques de Mailly havia reagido fervorosamente, talvez não conseguindo mais do que lançar uma reprovação ao seu superior: "*Eu morrerei combatendo como homem corajoso! Vós fugiríeis como um traido*r!".

As palavras do *Marechal* não pareciam cair no vazio, visto que somente três *Templários* haviam escapado do massacre, entre eles, o próprio *Grão-Mestre*: essa singular circunstância pareceu se repetir alguns meses depois, quando, com a tomada de Jerusalém, *Saladino* ordenou a morte de todos os *Templários*, exceto Ridefort. Era sabido que os islâmicos torturavam os prisioneiros cristãos para induzi-los a *renegar Cristo*, *cuspir na cruz e converter-se ao Islã*; e, por outro lado, era sabido também que os *Templários e os Hospitalários* recalcitrantes sofriam a decapitação: que tivesse sido logo aquele homem, por tantos julgado oportunista e intrigante, a escapar de um destino igual; fez manchar a honra e a memória da *Ordem*, tanto que na época do processo alguém lhe tirasse da história para explicar o estranho e inquietante rito imposto aos frades durante a cerimônia de ingresso.

Foi graças à obra de um homem genial que *o Templo* pôde lentamente sair da crise, levado a encontrar outra fonte de sustento e decoro que pudesse de qualquer modo reabilitá-lo aos olhos da cristandade. Em 1179, o terceiro *Concilio* celebrado em *Latrão*, havia se ocupado das mudanças que a sociedade vinha passando naquele final do século XII, preocupando-se, sobretudo, com o crescente fenômeno da usura que estava se firmando com o incremento das atividades comerciais em longas distâncias: o concilio insistiu na condenação do empréstimo por interesse, ressaltando que o dinheiro envolvido não sofria durante o processo nenhuma diminuição que justificasse a cobrança de juros para o ressarcimento. Quem emprestava a juros era considerado ladrão e merecia o castigo eterno. Isso, porém, não devia se aplicar no caso dos *Templários*, que não podiam possuir pessoalmente mais do que quatro denários e destinavam cada lucro apurado na defesa da *Terra Santa*.

*Inocêncio III* serviu-se abundantemente da *Ordem Templária* como uma espécie de banco para o serviço da cruzada, fosse pela notável capacidade financeira dos frades, fosse pela reputação que a *Ordem* gozava. Com isso, ele executou uma obra de propaganda que logo foi imitada pelos soberanos e por muitos potentados da Europa. Além disso, o pontífice procurou fazer o possível para tornar o ingresso à *Ordem* menos exclusivo: as condições dramáticas pelas quais a *Terra Santa* passava requeriam um recrutamento maciço no Ocidente, mas o ideal *Templário* era tão elitista e a disciplina tão rígida que somente uma minoria selecionada de nobres possuía as características adaptadas para o seu ingresso.

Inocêncio III, trabalhando em contato com o alto clero de *Outremer* que conhecia mais diretamente a situação, começou a abrir os portões do *Templo* a homens que antes não seriam acolhidos, contanto que não estivessem manchados

por culpas graves, e fez diversos atos de indulgência até que o duríssimo código disciplinar se tornasse mais acessível sem trair o seu ideal. Durante o seu pontificado, foi redigida uma tradução em francês da regra original em latim. A nova versão atualizava a anterior no seguinte ponto: os cavaleiros excomungados, que antes não podiam se aproximar dos *frades do Templo*, agora eram acolhidos à *Ordem* desde que tivessem recebido a absolvição. Talvez essa novidade visasse à adaptação aos novos tempos, pois, na Europa, começava a declinar a rígida impostação espiritual da época de São Bernardo e Guiberto de Nogent, para dar lugar a uma mentalidade aberta à compaixão e ao perdão. Ou então nascia de um cálculo pragmático absolutamente diferente daquele que havia levado o papa Urbano II a benzer a primeira cruzada há mais de cem anos: esses cavaleiros marginais, levados à violência e ao massacre, poderiam ser "*recuperados*" à fé e, seguramente, seriam muito mais úteis aos interesses de toda a sociedade. Diante dessas constatações, é forte a tentação em acreditar que a progressiva decadência pela qual passava o templo no século XIII fosse devida a esse relaxamento da disciplina que Inocêncio III foi forçado a conceder. A mudança na *ética templária* que as fontes nos permitem comparar durante as últimas décadas de vida da *Ordem* derivou de problemas mais graves e mais recentes, que as hierarquias não quiseram ou não souberam evitar.

As concessões de Inocêncio III, de fato, salvaram o *Templo* do perigo de uma rápida extinção, dando-lhe novo vigor econômico e, sobretudo, fornecendo aos *frades guerreiros* um novo horizonte ético, no qual a sua ideologia militar poderia fundir-se: o papa soube aproximar as relações entre a *Sé apostólica e a Ordem*, muito mais do que foram capazes os seus predecessores, rendendo a ele, junto ao *Hospital*, uma espécie de milícia pontifícia selecionada, ligada ao papa com absoluta

fidelidade. A defesa da fé significava também a sustentação da ortodoxia tutelada pelo papado, símbolo do *Cristianismo* depois que a *Cidade Santa* havia caído em mãos islâmicas, mas também instituição ameaçada pela proliferação de heresias e pelo ataque dos inimigos políticos.

Desde então, os *Templários* definiram o pontífice romano como "*nosso Pai o Apóstolo, senhor e chefe do Templo depois de nosso Senhor Jesus Cristo*" e o identificaram diretamente com a pessoa de São Pedro. Com Jerusalém perdida na esperança de recuperar o *Santo Sepulcro*, o *Templo* concentrou-se no trabalho e enfrentou com coragem a sua reconstrução, pensando, confortado, na tumba de Pedro.

## 5. A tragédia da quarta cruzada

A dramática derrota em Hattin havia deixado profundas marcas na sociedade ocidental; quase um sentido de impotência religiosa, mas também política, em que as dinastias dos soberanos e dos grandes feudatários europeus não podiam resignar-se. A terceira cruzada, que partiu de um impulso do desejo de vingança pouco depois da derrota cristã, foi uma verdadeira parada de príncipes: participaram dela o rei inglês Ricardo Coração de Leão e o francês Felipe II Augusto, o imperador Federico I Barbarossa e, ao menos idealmente, o seu herdeiro Enrico VI, que, todavia, morreu antes de embarcar para a *Terra Santa*.

Apenas dois anos mais tarde, um zelado pregador chamado Folques de Neuilly se apresentou ao castelo de Ecrisur-Aisne, onde alguns grandes proprietários de terras franceses estavam entretendo-se em um torneio sob a hospitalidade do conde Thibaut de Champagne. Seus inflamados sermões conseguiram comover os senhores aristocratas, excitando mais uma vez a nostálgica versão do *Sepulcro*, como talvez uma miragem a ser conquistada no Oriente opulento e misterioso. Um

ano mais tarde, em fevereiro de 1200, o movimento conquistou também os condes de Flandres e alguns delegados partem rumo à Itália, para se reunir em Veneza, que deveria fornecer o devido transporte dos cruzados pelo mar. Inocêncio III, que desde o início de seu pontificado havia começado a trabalhar ativamente pela recuperação de Jerusalém, abençoou a iniciativa e a beneficiou concedendo favores espirituais e isenções fiscais.

Entre julho e agosto de 1202, os cruzados finalmente se reuniram em Veneza, mas o seu número era ainda escasso em comparação com o necessário para enfrentar o *front* islâmico, e ainda com um agravante: o dinheiro reunido, cerca de 50 mil marcos, era insuficiente ao que havia sido acordado para pagar o transporte marítimo. Por meses e meses os estaleiros venezianos trabalharam na produção dos navios adaptados ao transporte: bens materiais e mão-de-obra especializada foram utilizados sob supervisão dos barões franceses, que declararam depois não ter como pagar. A culpa foi direcionada a alguns senhores que desistiram da empreitada, subtraindo do total a sua contribuição e tornando a situação insustentável. De uma parte, havia o ideal de recuperação do *Sepulcro*, pelo qual se havia mobilizado a nata da nobreza francesa, mas que agora se via frustrada e humilhada pela situação que os deixava amontoados nas imediações do Lido, na espera de um evento imprevisível que evitasse a sua vergonha de retornar imediatamente para casa. E, por outro lado, havia considerações mais práticas, como o fato de que esses proprietários tinham enfrentado pessoalmente e imposto aos seus vassalos despesas para organizar a mobilização com a expectativa de conquistar novas propriedades no Levante, e agora tinham que voltar atrás, indo ao encontro das críticas feitas por aqueles que consideravam mais prudente não partir.

A situação excepcional jogou os chefes cruzados ao centro de uma grande intriga que, provavelmente, os venezianos haviam concebido na partida.

A dinastia que governava o império bizantino estava atravessando um momento de graves dificuldades depois da substancial estabilidade alcançada com o reino dos Comneni em boa parte do século XII. Em 1195, o imperador Isaac II, da família dos Angeli, havia sido destronado pelo irmão, o qual desde então se encontrava traído pelos próprios familiares. Em 1201, o jovem Alessio, filho do imperador destronado, chegou ao Ocidente e se pôs em contato com os chefes cruzados, solicitando-lhes que, quando passassem por Constantinopla, adicionassem também aos seus planos militares o abatimento do usurpador e a concessão do trono ao legítimo herdeiro. Alessio havia antes feito uma visita ao papa, mas Inocêncio III olhava a futura cruzada com a ótica de um chefe da Igreja e, portanto, tinha como interesse fundamental a retomada de Jerusalém, sem desvios inúteis que poderiam criar incidentes desnecessários. Havia coisas mais interessantes: Alessio Ângelo prometeria ao papa a reunião das duas Igrejas, a grega e a latina, que haviam se separado na época do cisma ocorrido em 1054, o que seria de um interesse natural do pontífice. Melhor que os feudatários franceses, o papado conhecia há séculos a freqüência das intrigas e dos múltiplos conflitos que ocorriam na corte imperial bizantina; logo, tinha como oportuno não se envolver naquela disputa dinástica.

A situação não resolvida dos cruzados na região do Lido fez com que vários interesses se coagulassem sobre um projeto bem diferente daquele inicial: Veneza, que visava sempre a uma presença maior no setor Adriático, aceitou que os cruzados pagassem a viagem depois que os primeiros resultados fossem alcançados, desde que a expedição se firmasse em Zara para conquistar a cidade e

restaurasse o domínio da Sereníssima, que os próprios habitantes haviam entregado à Hungria. O interesse econômico logo emergiu e terminou por alterar completamente o ideal da ida a Jerusalém, tanto que a quarta cruzada se tornou uma pura operação de conquista levada a cabo sobre o riquíssimo império cristão de Constantinopla: os latinos assediaram a capital do Oriente e, depois de um terrível saque, insidiaram uma nova dinastia imperial de sangue francês que manteria o poder por mais de cinqüenta anos (1204-1261).

Inocêncio III havia excomungado os cruzados depois do assédio a Zara, ataque fratricida contra outros cristãos que nada tinham a ver com a reconquista da *Terra Santa*, e depois havia decidido perdoar os cavaleiros franceses que foram obrigados a participar das violências compactuadas com os venezianos. Tendo de assistir passivamente à sucessão de eventos, depois que a missão já tinha mudado totalmente seus objetivos, Inocêncio III confiou-se ao princípio da prudência durante a ocupação de Constantinopla, reconhecendo a autoridade do novo imperador latino, já que, não tendo como evitar o dramático saque da cidade, esperava que pelo menos se chegasse ao fim do cisma.

O papa impôs aos novos chefes que fizessem com que o rito latino se radicasse nos territórios do império, objetivo por ele perseguido, favorecendo a instalação no local das três ordens mais confiáveis: *Templários, Hospitalários e Cistercienses*. As duas ordens militares obtiveram a possessão de diversos feudos na área grega, concessão bem desagradável ao imperador e aos seus vassalos, porque na sua ótica os *Templários e os Hospitalários*, ao não participarem militarmente da tomada da cidade de Constantinopla, não tinham nenhum direito sobre as terras conquistadas.

Se no plano puramente político a quarta cruzada tinha satisfeito amplamente os desejos dos participantes, para todo o restante não havia sido mais que um grande fracasso. Inocêncio III acreditava, iludido, até o ultimo momento, que a conquista ocidental de Bizâncio e a unificação das Igrejas eram o primeiro passo para a reconquista de Jerusalém, enquanto para o próprio ideal da cruzada estava claro que o surgimento de interesses mais concretos podia dissipar de uma vez com as melhores intenções.

## 6. O imperador excomungado e o rei santo

Um ano antes da sua morte, em 1215, Inocêncio III convocou uma nova cruzada, convencendo seu pupilo Federico II, filho do imperador Enrico VI e neto de Barbarossa, a tomar a cruz em Aquisgrana diante dos pontífices. O novo papa Onório III prosseguiu o empenho de seu predecessor e reuniu um grande exército, unindo-se também ao rei da Hungria. O jovem imperador alemão empenhou-se tanto na Alemanha quanto na Itália em enfrentar os próprios inimigos políticos de modo que a expedição, depois de tê-lo esperado inutilmente, partiu sem ele. Transcorridos cerca de dez anos de seu voto, Federico II empenhou-se mais uma vez em partir para o Oriente, mas também dessa vez acabou por desiludir o papa, limitando-se a enviar uma frota naval com marinheiros sicilianos a Acri para que lhe trouxessem sua esposa Maria de Brienne. Em 1227, as solicitações do novo pontífice Gregório IX conseguiram finalmente que o imperador se pusesse em marcha. Embarcando em Otranto, decidiu voltar a terra por motivo de uma epidemia disseminada a bordo. Esse novo gesto de desistência, ocorrido doze anos depois da promessa feita, indignou Gregório IX, que a interpretou como a enésima prova do completo desinteresse pela cruzada, punindo o imperador com a excomunhão. Quando este

partiu finalmente com seus 50 navios, em junho de 1228, uma situação verdadeiramente paradoxal podia ser observada: um excomungado era quem comandava a desesperada libertação do *Santo Sepulcro*.

Na *Terra Santa*, Federico II obteve concretamente bem mais que nos últimos quarenta anos de operações, uma vez que conseguiu obter por dez anos a posse cristã de Jerusalém, Belém e Nazaré, deixando aos muçulmanos o acesso livre à mesquita de Omar e empenhando-se para que nenhum príncipe ocidental atacasse ao longo do Nilo; todavia, esses resultados não derivavam do empenho militar, mas sim eram cláusulas de um contrato estipulado com o sultão al-Kamil, com o qual o imperador, eclético e grande admirador da cultura islâmica, havia tido boas relações. Quando em março de 1229 Federico II entrou livremente na basílica do *Santo Sepulcro* e tomou a *coroa do rei de Jerusalém*, acabou parecendo que o tratado pacífico de "*aluguel*" da *Cidade Santa* fosse somente uma tarefa completada pelo imperador com o mero escopo de obter a coroa do reino. A genialidade de Federico II não foi compreendida pelas autoridades eclesiásticas da *Terra Santa*, que se negaram a aceitar a sua coroação: entre eles estavam também os *Templários*, em divergência com o imperador, pela liberdade de pensamento e de costumes. De resto, Federico II desprezava os *Templários*, julgando-os como um bando de fanáticos.

Em 1239, no final da trégua, partiu da Europa um novo contingente cruzado, com o objetivo de recuperar militarmente a posse de Jerusalém, que Federico II havia reconduzido para as mãos cristãs. O potentado árabe de Damasco apoderou-se da cidade, mas no ano seguinte, em 1240, o rei de Navarra, que tinha um papel primário na tarefa, deu-se conta de como a política do imperador excomungado tinha as suas vantagens e começou a trabalhar para obter a tutela de

Jerusalém pela via diplomática. Os seus esforços, imitados por Ricardo da Cornuália, irmão do soberano inglês, que, esperando o melhor momento, recebeu de um golpe, em 1244, uma coluna de turcos a serviço do Egito, sofrendo uma terrível derrota em La Forbie. Apesar de sua vontade, desde então, a *Cidade Santa* ficaria cada vez mais distante de seus horizontes.

Em 1245, reuniu-se em *Lion* um grande *concilio ecumênico* no qual o papa Inocêncio IV reiterou a absoluta necessidade de um novo empenho rumo ao Oriente. Quem tomou a mensagem foi o jovem rei francês Luís IX: de índole ascética, dotado de uma profunda espiritualidade e inclinado ao misticismo, o soberano tornar-se-ia protagonista de duas cruzadas sucessivas, ambas sem sucesso.

Enquanto o restante da Europa ficava substancialmente frio em relação à necessidade de possuir a *Terra Santa*, convencido de que já seria impossível desfazer o compacto bloco islâmico da Síria-Palestina e Egito, o jovem rei embarcou em 1248, e depois de uma breve parada no Chipre, feita para alinhavar o plano da conquista, atacou o Egito em Damietta, conseguindo ocupar a cidade. O movimento estrategicamente mais oportuno seria então o ataque a Alexandria, o que garantiria aos cruzados a posse de um importante baluarte como ponto de escala para a conquista do interior. Todavia, mal aconselhado e talvez homem de natureza pouco pragmática, o soberano foi convencido a se deslocar para o Cairo. Em dezembro, chegava a al-Mansura: aqui a cruzada se viu bloqueada, e as tropas cristãs foram levadas a uma guerra desgastante pelos canais do Nilo, até a sua derrota, que custou ao soberano e aos seus irmãos a prisão junto aos islâmicos. Liberado logo após o pagamento de um alto resgate, em 1254, Luís IX resignou-se em retornar à sua pátria: o Ocidente já se desinteressava pelas missões e a morte de sua mãe

Bianca de Castilha, regente em nome do filho que estava distante, havia feito explodir no reino a centelha da revolta.

Nos idos de 1260 e anos sucessivos, a ascensão de outro carismático chefe militar islâmico, o sultão Baibars, inferiu aos restos do reino cristão na *Terra Santa* o golpe de misericórdia. Rukn ad-Din Baibars era um turco de etnia kipciak, de grande tamanho, cuja pele escura formava um singular contraste com a cor azul dos olhos. Chegou à Síria como um jovem escravo e foi oferecido ao emir de Hama, que o achando muito grande para a corte, mas notando sua robustez física e sua inteligência, comprou-o para oferecê-lo à guarda mameluca do sultão. Naquele lugar, teve muitas oportunidades de mostrar suas qualidades e, depois da vitória sobre os cristãos em 1244, adquiriu uma fama considerável. Apropriando-se do poder no Egito e depois em Damasco, entre os anos de 1265 e 1272, praticamente sem sofrer resistências, ocupou todas as cidades fortificadas cristãs, reduzindo *Outremer* a um minúsculo pedaço de terra em torno de Acri: Cesaréia, Haifa e Arsuf caíram rapidamente, seguidas da rica cidade de Giaffa e do *castelo templário* de Beaufort. Na primavera de 1266, caiu também o principado de Antióquia, o primeiro dos estados latinos fundados na *Terra Santa*, que conseguira resistir por bons 171 anos à agonia *Outremer*. O seu próximo movimento seria inevitavelmente direcionado ao ataque de Acri.

Uma esperança de parar o avanço islâmico nasceu de um novo movimento de cruzada na Europa, que, estimulado pelas trágicas notícias provenientes do Oriente, havia preparado a partida de Giácomo I de Aragão e Luís IX. O soberano aragonês partiu de Barcelona com uma potente frota, mas uma tempestade obrigou-o a retroceder após sofrer graves danos, enquanto seus dois filhos naturais puderam completar a viagem com o restante da esquadra e unir-se

aos demais do contingente cristão. Luís IX partiu de Aigues Mortes em julho de 1270 em parceria com seu irmão Carlos I de Angiò, rei da Sicília, que, porém, estava mais interessado em desviar a expedição para Constantinopla, para recuperar a sua vantagem ao trono bizantino que o imperador Miguel VIII Paleólogo havia reconquistado em 1261. Luís IX desembarcou em Cartago, pensando que a conversão do príncipe de Túnis ou de sua aliança poderiam garantir aos cristãos um válido apoio contra o Egito. Mas a peste, estourada no acampamento, levou o rei à morte em 25 de agosto, e o seu irmão Carlos de Angiò, assumindo o comando, aproveitou os poucos resultados alcançados para impor ao sultão de Túnis pagar-lhe tributo como rei da Sicília. Depois disso, retornou à Europa, seguido pelo contingente cruzado que se dispersou assim que atingiu a costa da ilha.

## 7. Intrigas palacianas

A *Ordem do Templo* sempre teve seus inimigos mais insidiosos que os próprios aproveitadores islâmicos, contra os quais havia sido criada: tratava-se de difamadores políticos, personagens geralmente em evidência no âmbito da sociedade cristã, que, por diversas razões, tinham reações de hostilidade contra a *Ordem*. As extraordinárias concessões garantidas com o privilégio *Omne datum optimum*, já desde Inocêncio II, e suas ampliações sucessivas haviam revestido o *Templo* de autonomia política e judiciária: nenhuma maravilha, se o alto clero das regiões onde estavam estabelecidas as comendas mais importantes, desiludido pela impossibilidade de pedir favores especiais aos poderosos detentores do dinheiro e dos homens armados, visse desmentida a completa independência dos frades guerreiros em relação ao arcebispo. Os incentivos fiscais concedidos à *Ordem*, em si mesmos, não eram verdadeiros e propriamente incentivos: a sociedade ocidental pagava periodicamente à Igreja a décima parte de seus proventos (dízimo), que na

época das cruzadas eram devolvidos ao papa na forma de favores bélicos no Oriente. Os *Templários* não possuíam nada que lhes pertencessem de fato, já que, como se viu, a sua propriedade não poderia superar a quantia de quatro denários e todos os seus recursos deviam ser empregados no esforço militar na *Terra Santa*: doar ao *Templo*, e logo, doar a possibilidade de não se pagar os tributos, equivalia doar à cruzada.

No curso do século XII, a economia ocidental era ainda dominada pela agricultura, com um setor mercantil em progresso, mas ainda bem distante dos níveis que atingiria no final da Idade Média. O sistema das comendas *templárias*, baseado sobre uma condução agrária, parecia-se ao modelo das granjas cistercienses: apresentava-se como uma rede de feitorias em que cada uma produzia gêneros diversos, segundo a vocação do território. Naturalmente, para a guerra no Oriente, armas, cavalos e gêneros de consumo eram suficientes, mas, apesar disso, não podiam suportar um longo tempo de viagem por mar, por isso os *Templários* se viam obrigados a converter os bens em dinheiro. Chegados à *Terra Santa*, os capitais transportados eram convertidos novamente em gêneros alimentícios, animais e outros bens necessários nos mercados do Oriente. Para o interesse da *Ordem* e da própria cruzada, era indispensável que todas essas operações não gerassem perdas, mas sim que os riscos fossem calculados (como um naufrágio, por exemplo), prevendo um *plus* de ganho para cobrir esses possíveis riscos. Os produtos provenientes das granjas templárias, disponíveis nos diversos mercados da Europa, eram, além disso, muito acessíveis, porque a *Ordem* gozava de benefícios que, de forma geral, os outros produtores, sobretudo laicos, mas também os monastérios, abadias e outros centros eclesiásticos, não possuíam: os

preços impostos pelo *Templo*, para usar um termo moderno, eram decisivamente sem concorrência.

A tudo isso se unia o favor popular, a glória celeste merecida pelos *frades guerreiros mortos em defesa do Sepulcro*, que, segundo o princípio teológico da comunhão dos santos, podia ser gozada também pelos nobres, artesãos e agricultores laicos que quisessem unir-se espiritualmente *à Ordem*. A grande família do Templo era formada não apenas pelos frades professos, mas também por uma multidão que havia pedido e obtido a afiliação, que o sustentava com as suas esmolas e freqüentava habitualmente as *igrejas templárias*, recebendo os sacramentos e, quando possível, também a sepultura. Logo, difundiu-se um tipo especial de vocação *in extremis*, feita por todos aqueles que estavam impossibilitados de entrar na *Ordem* em razão das suas responsabilidades, mas que desejavam ao menos morrer como *templários*: esses laicos faziam a profissão antes de morrer, tornavam-se *frades do Templo*, ainda que por pouco tempo, e recebiam depois do falecimento todas as honras e preces que eram destinadas aos confrades. As *doações dos afiliados e dos Templários in extremis* não suscitavam mais que sentimentos de inveja e ressentimento nos membros das outras ordens religiosas e na *Igreja secular*. Deve-se recordar que o simples fato de se freqüentar as *igrejas do Templo* por parte dos fiéis acabava direcionando à *Ordem* aquele donativo que antes era destinado às catedrais e às igrejas monásticas.

Esses consistentes privilégios haviam já suscitado ressentimentos nas décadas centrais do século XII, quando o *Templo* estava em seu apogeu. Desde então, a sociedade ocidental sustentava a *Ordem* com grande paixão, e a glória do seu nome fazia surgir os detratores como uma pequena minoria, cheia de rancor injustificado.

Guilherme, arcebispo de Tiro, foi à primeira voz de autoridade dissonante desse coro de louvor aos *Templários*, na segunda metade do século XII. Nascido na Síria em torno de 1130, viajou à Itália, aprendendo o latim, o grego e o árabe. Tomou as ordens sacras, tornando-se sucessivamente embaixador na corte de Constantinopla e, depois, chanceler do reino de Jerusalém. Por ordem do rei Balduíno, compôs em torno de 1173 uma importante obra intitulada *Storia di Outremer*, e, apenas dois anos depois, foi-lhe confiada à importante cátedra episcopal da cidade de Tiro. Por ser um historiador correto que chegou aos documentos do arquivo para dar uma versão precisa dos fatos, Guilherme decididamente não gostava dos *Templários* e os reprovava, desde o alto clero da *Terra Santa* à completa independência em relação à hierarquia eclesiástica *Outremer*. Fonte importantíssima para reconstruir a história da *Ordem* desde as suas origens, mas nem sempre objetiva, a *Storia* de Guilherme de Tiro dá uma imagem heróica dos primeiros *Templários*, pobres, humildes e penitentes, para depois concluir que os tantos privilégios e dinheiro acumulado por seus sucessores os teriam deixado orgulhosos e apáticos.

De uma localidade bem diferente, isto é, da região de Gales, provinha outro "*difamador*" do *Templo* que teve lugar na história das polêmicas contra as ordens militares. Chamava-se Walter Map e era um clérigo pertencente ao séquito do rei da Inglaterra. Nascido por volta de 1140, não conhecia muito bem as coisas do Oriente, mas em sua ampla produção poética e satírica se viu por vezes atacando os vícios das ordens militares, em particular, criticando a arrogância e a riqueza dos cavaleiros, decisivamente fora de propósito, considerando o espírito original com que a *Ordem* foi criada. Walter Map havia escrito uma obra de título muito eloqüente que dava logo a idéia da sua finalidade: *De nugis curialium*, isto é,

"*falácias cortesãs*". Marcada com a sátira e imbuída de um espírito cáustico, esta coleção de retratos ironizava toda a sociedade, insistindo, sobretudo, nos vícios de todo o clero, dos padres ao papa; logo, a sua crítica não era tanto voltada aos *Templários* em particular, mas deixava essa impressão na cultura daquele tempo, uma vez que as suas venenosas observações eram agudas e, ao menos em parte, não tanto desmerecidas.

Depois de Hattin e as primeiras décadas de 1200, enquanto pouco a pouco as esperanças de reaver Jerusalém se tornavam mais distantes, as polêmicas contra as ordens militares colocadas em defesa da *Terra Santa* ficavam mais intensas e, sobretudo, deixavam de ser somente ácidas críticas provenientes dos ambientes das cortes. O ataque ideológico mais duro inferido ao *Templo* na primeira metade daquele século foi pela obra de um monge da abadia de *St. Albans*, Matteo Paris. Personagem respeitado em seu ambiente, versado, além das letras, também na pintura e na ourivesaria, gozava do favor do rei inglês Henrique III, que freqüentemente o interpelava sobre importantes questões políticas e eclesiásticas, tendo também a estima do papa Inocêncio IV que, em 1248, confiou-lhe a missão de viajar à Noruega com o objetivo de reformar a abadia de *St. Benet Holme*. Recolheu a herança de seus predecessores ao continuar as crônicas da abadia de *St. Albans*, retomando os trabalhos do último colaborador, Ruggero de Wendover, mas distinguiu-se pela coragem e pela vivacidade com as quais sabia tratar de assuntos de seu tempo, graças também à experiência política que pudera amadurecer.

A *Chronica* maior de Matteo Paris, considerada ainda hoje por muitos como a melhor entre as crônicas inglesas da época, é também uma polêmica global sobre toda a sociedade e o clero em particular, com ásperas pronúncias, freqüentemente sobre o rei e seus favorecidos. Todavia, as críticas endossadas aos

*Templários* estão entre as piores, a ponto de sugerir a Alain Demurger que o autor os considerasse manchados de todos os sete pecados capitais. O apogeu da *Ordem* e a época gloriosa em que toda a sociedade cristã identificava os *Templários* como heróis da fé, curadores dos lugares e das vestimentas mais sagradas do *Cristianismo*, chegavam ao seu final.

## 8. De Lion a Chipre

Os anos cruciais da ascensão de Baibars haviam sublevado pesadas recriminações provenientes do *interior da Ordem*, desmoralizada pelos repetidos fracassos militares e pouco a pouco mais convencida que Jerusalém jamais seria recuperada. Após uma derrota, talvez com certa vontade polêmica nos confrontos das altas *hierarquias da Ordem*, o poeta *templário* Ricaut Bonomel compôs a sua famosa lírica intitulada *Fre dolors*, cujas palavras deixam compreender claramente o nível de raiva e desilusão a que haviam chegado os frades guerreiros:

> *A cólera e a dor têm de tal forma enchido o meu coração*
> *que pouco falta para que eu me mate,*
> *ou que abandone a cruz que havia tomado*
> *em honra Daqueles que nela foram pregados;*
> *porque nem cruz nem fé me trazem ajuda ou me protegem*
> *contra os turcos traidores, que Deus os amaldiçoe;*
> *ao contrário, parece, pelo que se pode ver, é que Deus*
> *os quer vendo o nosso dano.*
> *[•••]*
> *E, portanto, bem louco aquele que conduz a batalha contra os turcos,*

*dado que Jesus Cristo não se opõe de fato a estes.*

*Assim, venceram e continuam vencendo, o que me dá grande pena.*

*Francos e tartaros, armemos e persas.*

*E aqui, a cada dia, têm a vitória sobre nós,*

*porque Deus, que era apenas em vigília, agora dorme.*

*E Maomé age com todas as próprias forças*

*e faz agir Melicadefer (Baibars).*

*Não parece que por ora ele renuncie à luta,*

*aliás, tem jurado e dito abertamente*

*que, de agora em diante, nada mais restará, se ele chegar a este país*

*um homem apenas que creia em Jesus Cristo;que, aliás, transformará em mesquita*

*a igreja de Santa Maria.*

*E depois que Seu Filho, que deveria ser adorado,*

*o que aprova tudo aquilo, deve agradar também a nós.*



*Inocêncio III exibe Verônica com o vulto de Cristo aos fiéis. Arquivo do Estado de Roma, manuscrito do Regula sancti Spiritus, século XIV. A Ordem do Templo tinha a fama de possuir um grande patrimônio de relíquias do Cristo e acreditava-se que seus dignitários fossem particularmente especialistas em detectar falsificações. O poeta alemão Wolfram von Eschenbach atribuía aos Templários a custódia do Santo Graal em sua versão do poema Parzifal.*



*Cavaleiros medievais em batalha. Jena, Universilãtsbibliothek, ms. Bos.q.6. manuscrito do século XII. A miniatura reconstitui a imagem do caríssimo e pesado armamento que caracterizava o guerreiro a cavalo no tempo em que a Ordem do Templo foi fundada. Provavelmente, por motivos econômicos, o titulo de Templário era originariamente reservado apenas aos cavaleiros (milhes), membros da aristocracia militar.*



*Honório IV aprova a regra dos Carmelitanos. Pintado por Pietro Lorenzetti na Pinacoteca de Siena, século XIV. Junto ao trono apostólico podem ser reconhecidos os dois cubicularii do papa. camareiros privados destinados ao seu serviço particular: este importantíssimo papel, que dava acesso direto à pessoa do pontífice, era tradicionalmente constituído por um frade do Templo e outro do Hospital.*



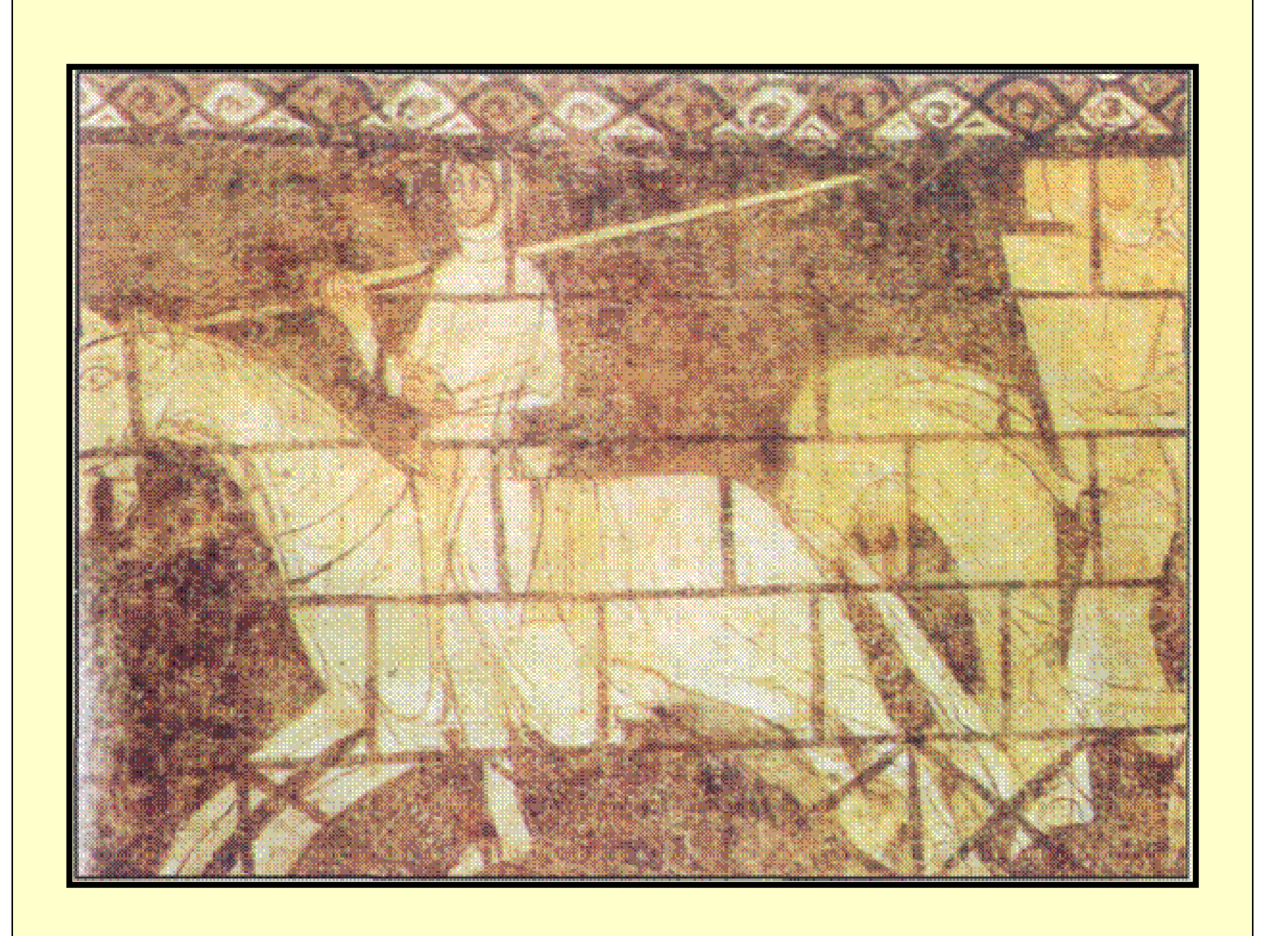
*Manno di Bandino, estátua do papa Bonifácio VIII, Bolonha, Museu Cívico Medieval. O processo contra esse pontífice, que a historiografia contemporânea bem soube reavaliar, foi elaborado por juristas do rei da França, construindo um castelo de acusações análogo ao usado contra os Templários*



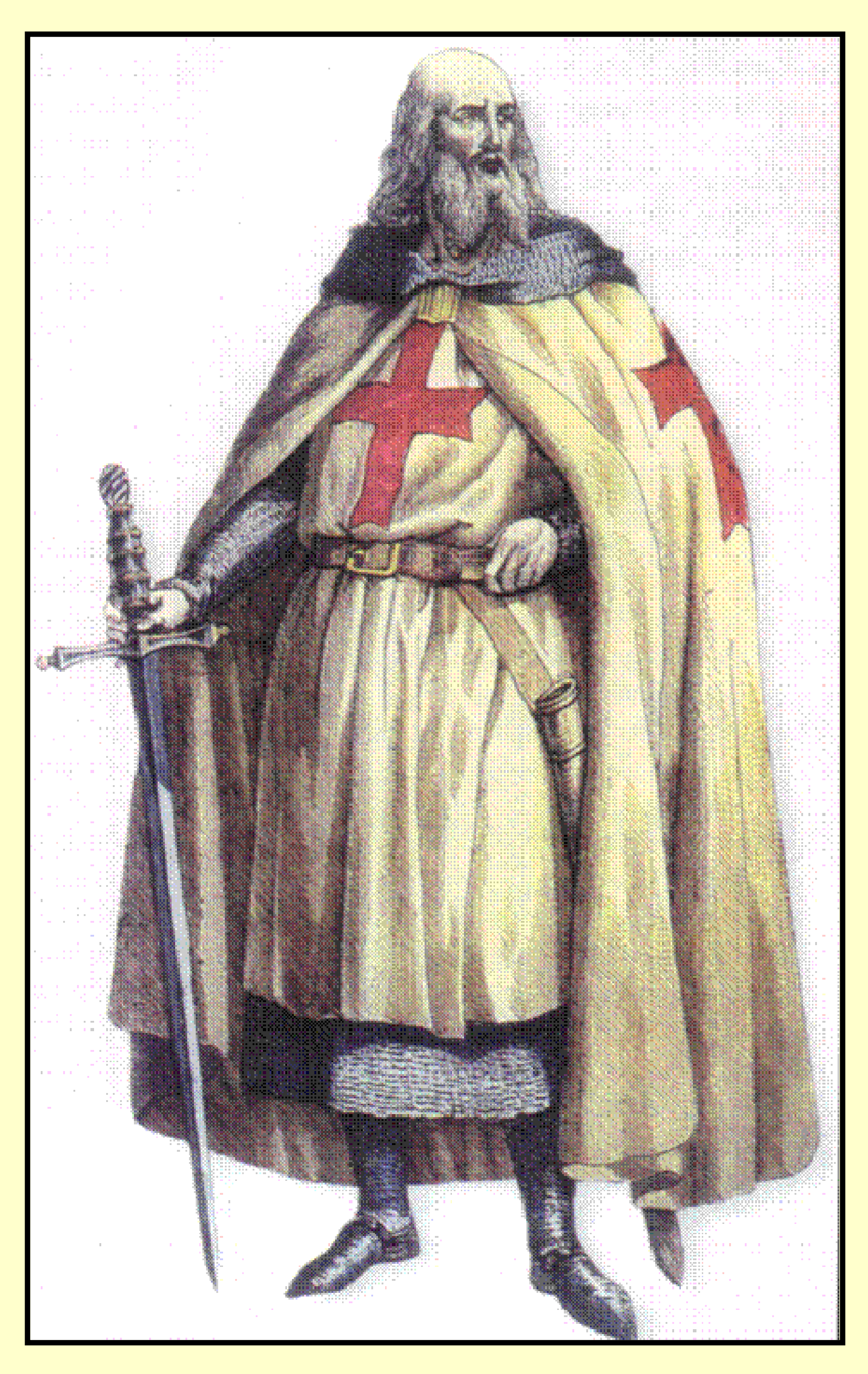
*Andréa Bonaiuti, retrato do papa Clemente V. Afresco do século XIV, na igreja de Santa Maria Novella. em Florença. O pontífice, que para salvar a unidade da Igreja católica teve de ceder às pressões de Felipe, o Belo, em muitos pontos, fez com que fossem absolvidos os chefes da Ordem do Templo de três cardeais pleni-potenciários. O papa pretendia salvar a existência do Templo para poder uni-lo a outra grande ordem militar do Hospital de San Giovanni (São João), mas os imprevistos históricos fizeram falir o seu projeto.*



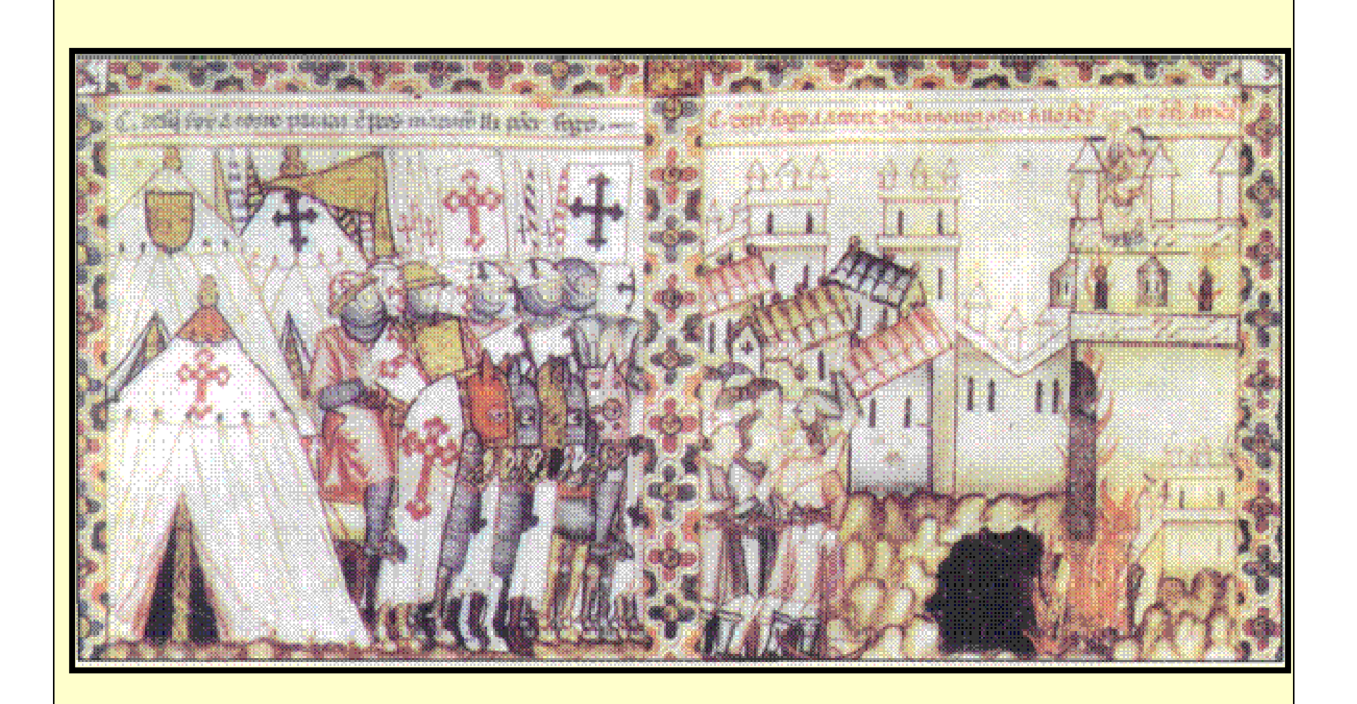
*Giovanni de Milão, político, século XIV. Particular com a Virgem que dita a São Bernardo de Clairvaux, Prato. Galleria Comunale. O grande místico do século XII cunhou a ética religiosa sobre a qual a Ordem do Templo pôde se inspirar, e, segundo algumas recentes reconstituições, seria também o autor da regra aprovada no Concilio de Troves em 1129.*



*Cressac na Charente (França), capela dos Templarios. Afresco do século XII E mostrada afigura de um Cavaleiro do Templo.*



*G. de Genouillac, gravura aqiuareiada de 1878. A ilustração retrata o último Grão-Mestre do Templo, o frade Jacques de Molay.*



*Miniatura do código das Cantigas de Alfonso, o Sábio, Florença, Biblioteca Nacional. Nele é retratado um acampamento cristão na Terra Santa com Cavaleiros Templários e Teutônicos em posição de guerra.*

Depois que Baibars reduziu *Outremer* a um minúsculo território, com apenas quatro fortalezas, a crítica contra as ordens militares abandonou o gênero satírico e se tornou um preocupante assunto de política exterior, debatida em todas as cortes da Europa: a sociedade ocidental, que havia tolerado os privilégios das ordens e às vezes também a sua arrogância em nome da função de presidir a *Terra Santa*, não era mais disposta a suportar as suas falhas. Eram calculados modos de reportar ao nível máximo as capacidades operacionais das duas ordens maiores, o *Templo e o Hospital*, argumentando que a sua unificação em uma única entidade reduziria as despesas, melhoraria sua eficiência e, sobretudo, evitaria um desagradável problema de que ambas, infelizmente, eram responsáveis: as contínuas rivalidades, que, enfatizadas pelos seus detratores, contribuíam para complicar a já difícil situação dos latinos no Oriente.

No reino de Jerusalém, as duas ordens haviam gozado de um prestígio e um poder mais ou menos equivalentes, sendo uma encarregada de formar a linha de frente do exército cristão e a outra, a retaguarda. A suma honra de escoltar em procissão a relíquia mais sacra, um fragmento de madeira da *Verdadeira Cruz*, era detido — como se viu — por um *Templário e por um Hospitalário* juntos, e as altas esferas de ambas as ordens tinham voz nas questões mais importantes do reino: tudo o que gerasse o espírito de disputa, mas também induzisse os dignitários a se atirar nas várias contestações políticas freqüentemente de partes opostas.

Tanto as hierarquias do *Templo* quanto aquelas do *Hospital* não tinham sabido se manter distantes das diversas tensões, conjuras e maquinações que haviam embaraçado a história *Outremer*: as guerras dinásticas, em particular, não se desenvolviam sem a ativa participação das duas ordens, as quais, naturalmente, tinham interesse que prevalecesse um soberano favorável. Bem longe de ser um

negócio do Oriente, o eco dessas intrigas havia chegado aos ouvidos do papado e dos vários soberanos da Europa, contribuindo para danificar a imagem ética de um e de outro.

A opinião mais compartilhada, quase obedecendo à idéia de que o ócio gera cada vício, era que as duas ordens deviam a sua degradação moral à forçada inatividade bélica: logo, fazia-se urgente uma reforma que os encaixasse na nova veste institucional, ao vigor e à glória que há um tempo os haviam caracterizado. A ocasião mais propícia para discutir esses projetos foi o grande concilio celebrado em Lion, no ano de 1274, destinado a tratar também de outros importantes problemas orientais, como a reunificação da Igreja grega à latina, organizada pelo papa Gregório X (Tebaldo Visconti, 1272-1277), pessoalmente muito interessado em resolver a crise de *Outremer*. Tebaldo havia participado da segunda cruzada de São Luís, e depois, visto que esta se desenrolava sem resultados após a morte do soberano, havia decidido alcançar a Palestina com o primogênito do rei da Inglaterra, que prosseguia solitário a sua missão. Na tardia primavera de 1271, pôde desembarcar em Acri, da qual devia zarpar somente três meses depois porque o Colégio de Cardeais o havia comunicado da sua eleição ao trono pontifício.

Em Lion, a unificação das ordens militares foi tratada como um assunto internacional. Foram abertos debates, lançadas propostas e interpelados também os chefes do *Templo e do Hospital*: ambos se mostraram completamente avessos à unificação, e o *Grão-Mestre templário Thomas Bérard* fez redigir um eficaz memorial de resposta, no qual sublinhava que o *Templo* pertencia ao papa e que, desse modo, os homens deveriam submeter-se à sua vontade. Denunciava assim que a fusão era somente um expediente das coroas européias para assegurar o controle das ordens em seus reinos. Na mesma freqüência de onda estava o rei de Aragão,

Giácomo I, levado a defender o próprio reino dos belicosos sarracenos que continuavam a manter o controle sobre a parte meridional da península Ibérica, o soberano sempre favorecera o crescimento das duas ordens militares, até que, seguindo a hipótese da fusão, a nova ordem fosse econômica e militarmente tão forte a ponto de constituir forte ameaça política para a própria Coroa.

A oposição do soberano e dos dois chefes, logo seguida pela morte do papa cruzado, fez o projeto cair no vazio. Em 1291, a queda de Acri, último baluarte da presença cristã na *Terra Santa*, pôs fim a *Outremer* e inferiu um golpe fatal à honra das *ordens militares*. O *Grão-Mestre do Templo*, Guillaume de Beaujeu, pertencente à maior nobreza da França e magnífico exemplo de valores cavalheirescos e de virtudes cristãs, morreu na tentativa de salvar a cidade e foi sepultado pelos companheiros na *igreja da Ordem* pouco antes que os *Templários*, últimos entre todos, abandonassem a cidade em chamas. Mas nem mesmo a reputação de Beaujeu, caracterizada pelo heroísmo e pelas muitas contribuições que fazia publicamente e também às escondidas, nem o comportamento honroso dos *Templários* puderam apagar a amarga verdade: o sonho cruzado estava completamente falido.

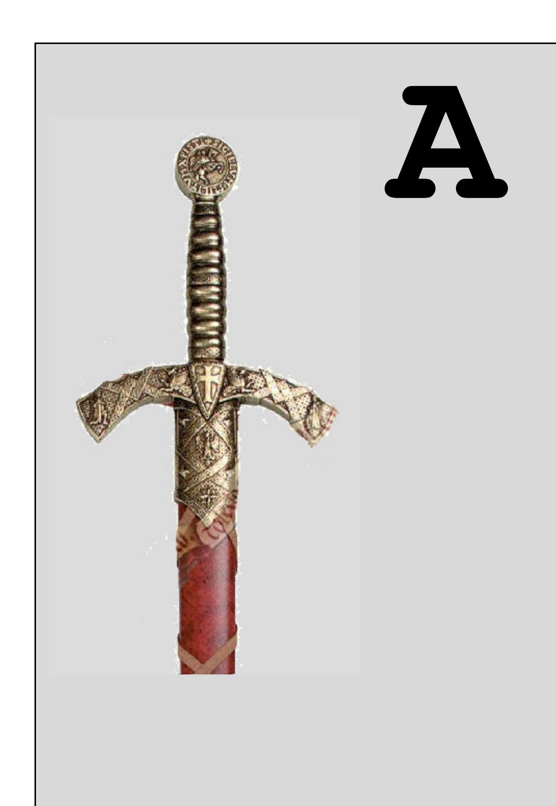
*Templários e Hospitalários* retiraram-se ao Chipre, ilha que, pela sua posição, constituía um ótimo posto avançado para se estudar a situação da Síria-Palestina a fim de se projetar novas intervenções militares. Os *cavaleiros teutônicos*, ao contrário, dedicaram-se à colonização da Europa oriental. No entanto, no Ocidente, o velho projeto de fusão voltava inexoravelmente à baila. Desta vez, não se tratava simplesmente de hipóteses, mas sim de verdadeiros planos que, em algumas linhas essenciais, eram compartilhados por vários apoiadores: em particular, o projeto elaborado pelo grupo de Carlos II de Angiò assegurava que o

chefe da ordem unificada teria de ser o filho de uma família real da cristandade, destinado a tornar-se rei de Jerusalém, substancialmente em sintonia com o pensamento do grande negociante catalão Ramon Lull, que propunha intitular a nova entidade como *Ordem do Espírito Santo* e que recomendava, a respeito do voto de castidade observado pelos *frades do Templo e do Hospital*, que o futuro chefe fosse um rei viúvo ou solteiro.

No *Concilio de Aries*, em 1292, o papa Nicolau IV decretou que as duas ordens fossem unidas; todavia, as muitas dificuldades materiais e a morte do pontífice impediram de realizar o que havia sido estabelecido. Os dois sucessores imediatos de Nicolau IV, Celestino V e Bonifácio VIII, encontrar-se-iam em condições tais de ter que ignorar o problema da fusão, e isso voltaria à ribalta no giro de poucos anos, ainda sem solução, mas desta vez anunciador de dramáticas conseqüências.

## *Capítulo V: Entre a Cruz e a Espada – Ao Papado, Felipe, o Belo e Jacques de Molay*

### 1. O manifesto de Lunghezza



**A** *morte do papa Nicolau IV veio inesperadamente em 4 de abril de 1292, apenas um ano depois que a queda de Acri fez ruir todos os seus esforços para resolver a crise do Oriente e a reconciliação da Igreja grega com a romana. A sucessão apostólica apresentava-se bem complicada: o pontífice ajudara amplamente a família aristocrática dos Colonna, que não teve escrúpulos em usar o favor papal para cada um de seus interesses, dando margem a escândalos e irritando deforma geral as altas hierarquias da Igreja.*

Reunidos para eleger o novo papa, os cardeais concordavam sobre a necessidade de se escolher uma personalidade profundamente espiritual, ainda que em detrimento de dotes políticos e governativos, mas que pudesse colocar um freio aos males que nas últimas décadas afligiam o papado com maior intensidade: em particular, a sintonia, isto é o acesso ao trono em troca de cargos eclesiásticos, e o nepotismo, com o abuso de favorecer os próprios parentes, independentemente de

sua capacidade. Ecoavam na memória coletiva as profecias sobre um frade franciscano, Joaquim de Fiore, que haviam sido feitas no início dos anos de 1200: o advento de uma nova era, caracterizada pela prevalência do Espírito, que seria inaugurada com a eleição de um papa "*angélico*", um homem perfeitamente santo, que guiaria a *Igreja* para longe das crises.

Assim, perseguidos por exigências concretas e fascinados pelas místicas sugestões joaquinas, os cardeais do *Sacro Colégio* escolheram como papa o eremita franciscano *Pietro dal Morrone*, que vivia em perpétuo retiro espiritual nas imediações do *monte Fumone* e que, estimado e visitado pessoalmente também pelo rei de Nápoles, Carlos II de Angiò, era considerado por muitos já com ares de santidade. O novo eleito, que recebeu o nome de Celestino V, aceitou a coroa somente em razão das fortes pressões do Colégio e de seu predileto filho espiritual, o rei de Nápoles. Mas o eremita, tirado à força de seu canto e posto no comando dos complexos mecanismos político-administrativos da vida da Cúria, viu-se bem depressa como um peixe fora da água. A *Igreja* era, naquele tempo, um enorme organismo supranacional, que requeria grandes esforços de coordenação e, para os problemas de diálogo com todas as potências da Terra, uma capacidade diplomática da mesma envergadura. Mais do que outra coisa, *Pietro dal Morrone* via-se em desvantagem nas iniciativas políticas, as quais o obrigavam a fazer escolhas e assumir responsabilidades que desmoralizavam profundamente a sua índole ascética.

Sentindo-se completamente inapto, Celestino V confiou na capacidade de seus colaboradores que lhe inspiravam confiança, e a sua grande inexperiência levou-o infelizmente a promover também personagens de reputação duvidosa, tanto que, já em pouco tempo após a sua ascensão, o mesmo rei Carlos II de Angiò, que

tanto havia acalentado a sua nomeação, teve de render-se à idéia de que o bom eremita havia se tornado um peso para a *Igreja*.

Estudou-se com cuidado a questão, se o *Direito Canônico* contemplava ou não a possibilidade de uma renúncia do papa. Com esse objetivo, foram consultados os melhores juristas do tempo: tanto pessoas da própria Cúria, quanto os cardeais Benedito Caetani e Jean Lemoine, quanto externos a ela, como Pietro Giovanni Olivi, que pertencia aos *Espirituais*, uma congregação radical da família franciscana, que apoiava a volta da pureza e do rigor da regra de São Francisco. Em conseqüência do fato de possuir uma visão de mundo diametralmente oposta, esses três eminentes juristas concordaram, enfim, que a renúncia do papa ao trono era sim possível: de fato, havia uma diferença entre o carisma apostólico, que permaneceria de qualquer maneira naquele homem, e a função, da qual ele abdicava.

Pressionados pela necessidade de ir adiante com o projeto e fazer funcionar o governo pontifício, paralisado há praticamente cinco meses, e talvez até pela falta de atitude política de Celestino V, os cardeais ratificaram o decreto de renúncia e procederam na eleição daquele que fosse o mais hábil, preparado e ambicioso entre eles: Benedito Caetani, que assumiu o nome de Bonifácio VIII (1294-1303). O novo eleito era um homem bem especializado nas coisas "*do mundo*", que entendia a expressão no melhor de seus significados, rejeitando os exageros de uma crítica avessa, que havia proliferado naqueles tempos enquanto abraçada por homens como São Jacobo de Todi e Dante Alighieri. A historiografia contemporânea tem demonstrado que os dois ilustres poetas, quem sabe se por boa-fé, não eram tão objetivos em seus confrontos com Bonifácio VIII, que representava para ambos um inimigo político.

Tão logo levado ao trono, Bonifácio revogou o privilégio de se viver separado do restante da família franciscana e que Celestino V havia concedido aos Espirituais, dos quais participava Jacobo, uma vez que aquela pretensa autonomia exprimia uma aberta condenação moral de uma minoria em relação àquela mesma ordem. Quanto ao ódio de Dante, Bonifácio procurou-o, apoiando o retorno dos Neri à Florença: o pontífice pensava como chefe da *Igreja de Roma* e, em conseqüência da guerra entre as facções políticas florentinas, escolheu o partido mais conveniente para a instituição. A escolha, porém, provocou a vingança dos Neri sobre seus rivais, e Dante Alighieri acabou exilado.

Benedito Caetani pertencia a uma das mais poderosas famílias da aristocracia romana, era um dos melhores juristas da época e tinha servido por muito tempo à diplomacia da *Santa Sé*, sendo reconhecido pela capacidade de mediador. A eleição ocorreu de forma rápida, porque a concordância com seu nome foi quase unânime. Depois disso, foi aceita e ratificada por todo o Colégio, inclusive pelos cardeais Pietro e Giácomo Colonna, que pertenciam a outro nobre e poderoso enclave romano, rivais dos Caetani. Nos primeiros dois anos de reino, não houve problemas e os dois Colonna colaboraram ativamente com o novo papa para o andamento da Cúria. Mas enfim, em 1297, ocorreu um desagradável incidente que envenenou profundamente as suas relações, gerando graves desdobramentos, inclusive com conexões com uma intrincada questão de política internacional. Quando Bonifácio VIII havia chegado ao trono pontifício, os caixas do papado estavam vazios. Assim, ele trouxe uma carga de dinheiro do quartel-general da família em Anagni, com a ordem de levá-lo a Roma. Durante o trajeto, um bando chefiado por um membro da família Colonna assaltou o comboio, levando consigo tanto ouro quanto podia transportar. Bonifácio VIII imediatamente convocou os dois

cardeais Colonna em juízo, para que respondessem pelo ocorrido, mas eles, em vez de se apresentarem, fugiram para Lunghezza onde escreveram e difundiram um ato de denúncia. Esse documento, conhecido como "*manifesto de Lunghezza*", revelava alguns fatos de bastidores ilícitos ocorridos durante a eleição de Bonifácio VIII e que de fato ameaçavam sua validade.

## 2. O braço armado da Igreja de Doma

Em 1294, o rei da França Felipe IV, o Belo, atacava o feudo da Gascogne, na porção sudoeste da região francesa, com o escopo de anexá-lo de fato e não somente de invadi-lo. Assim sendo, gerava uma disputa com o rei da Inglaterra, titular daquele feudo, fazendo desencadear um duro conflito que, em longo prazo, jogaria a França na trágica *Guerra dos Cem Anos*. Felipe, o Belo, de tal modo rompia uma linha política que remontava ao avô Luís IX, que havia encontrado um caminho para resolver o problema daquele amplo e rico território que cabia ao soberano inglês, mas que se encontrava no interior do reino da França. A solução, chamada pelos historiadores de "*compromisso feudal*", baseava-se em um hábil acordo, muito semelhante ao caráter idealista de São Luís, pelo qual a honra pessoal representava bem mais que uma garantia política: ele havia imposto o juramento de fidelidade ao rei da Inglaterra, o qual logo continuaria a ser o titular de Gascogne, e, somente naquele feudo, seria também vassalo do rei da França. Nos fins daquele século, todavia, as profundas mudanças na sociedade e no pensamento político da corte francesa faziam parecer inadequado o antigo pacto de honra firmado pelo rei santo: os tempos projetavam-se velozmente rumo à descentralização do poder que estava nas mãos da *Igreja* e à definitiva afirmação dos estados nacionais. Em breve, muitos pontos fundamentais da velha ordem política medieval seriam colocados em discussão e destituídos.

Pouco tempo depois do início do conflito, a penosa guerra havia colocado em crise o sistema financeiro dos dois países e tanto Felipe, o Belo, quanto o soberano inglês se viram obrigados a tomar uma decisão de emergência, isto é, taxar o clero do próprio reino, apesar de serem isentos em virtude dos privilégios antiqüíssimos sempre respeitados. Os vividos protestos do clero se fizeram sentir no papa Bonifácio VIII, o qual imediatamente berrou aos dois soberanos que os bens da Igreja não podiam servir para satisfazer seus interesses, ameaçando-os de excomunhão.

A parte francesa acolheu muito mal a reação pontifícia, advertindo-a como sendo obstáculo a uma manobra lícita e necessária, de interesse do reino. Em breve, desencadeou-se uma acirrada disputa sobre os direitos da coroa e do papado, que transcendiam a simples questão fiscal. Se Bonifácio VIII insistia na tradicional concepção de matriz teocrática que cabia ao papa, enquanto Vigário de Cristo na Terra, para corrigir os soberanos de seus excessos, Felipe, o Belo, respondia criando uma nova orientação ideológica, que fazia do príncipe um soberano em seu reino, vale dizer, autoridade perfeitamente desvinculada e independente de qualquer outro poder: *superiorem non recognoscens*.

Depois das duríssimas pronúncias iniciais, ligadas às diversas concepções de princípios de relação entre os poderes, a questão correu progressivamente orientando-se na procura de soluções concretas para o caso: uma delegação do clero francês dirigiu-se a Roma para lamentar junto ao papa o estado crítico do país e pedir-lhe que viesse ao encontro das necessidades do soberano. Bonifácio VIII abrandou a sua posição, ressaltando que os soberanos não podiam ferir os direitos da *Igreja*, mas admitia, todavia, que pudessem impor taxas ao clero do reino quando se tratasse de salvar o país em uma emergência. Em benefício da

paz por todos esperada, o papa concedeu a canonização de Luís IX a que o neto Felipe IV tão ardentemente desejava.

Se por um lado o responsável pela política exterior se tranqüilizava, por outro, o papa teve de afrontar o grave problema da contestação interna. Em 1298, Bonifácio VIII viu-se em dificuldades financeiras por causa da guerra contra os cardeais Colonna, estourada no velho quadro que opunha aquela família contra a do pontífice; sendo assim, decidiu pedir um subsídio de 12 mil florins de ouro ao Templo *e ao Hospital*, argumentando que o gesto se encaixava perfeitamente em seus deveres: de fato, as *ordens militares* haviam feito voto de defender a fé, e agora a fé pedia para ser protegida dos dois cardeais declarados pelo papa como separados da *Igreja*, que a atacavam colocando em dúvida a legitimidade de seu chefe.

O *Templo* logo pagou a quantia sem discutir, obedecendo aos seus preceitos, cuja regra caracterizava o pontífice como *chefe da Ordem*, logo depois de Jesus Cristo. O *Hospital* contribuiu com uma quantia menor, mas o pontífice não se ressentiu por isso. Os *Hospitalários*, de fato, tinham como vocação primária a assistência aos peregrinos doentes, apenas mais tarde assumindo o empenho militar de defender a *Terra Santa*. Com isso, sentiram-se na obrigação de oferecer uma contribuição para a cobertura das despesas, e Bonifácio VIII limitou-se a comentar que a soma havia sido concedida, sobretudo pelos *Templários*.

Com um gesto parecido, a *Ordem do Templo* procedera conforme seu próprio código de honra, demonstrando concretamente que se a situação internacional não lhe permitia ser útil como defesa militar da *Terra Santa*, ao menos seria presença importante no âmbito da cristandade, como baluarte do papado em crise. Esse papel daria à *Ordem* um novo lugar na sociedade ocidental, projetada

aos novos tempos, no entanto, os episódios tumultuados que ocorreriam daquele momento em diante interromperiam dramaticamente essa evolução.

### 3. Jogos de guerra: o "*mocho*" e o "*feiticeiro*"

Em 1301, ocorreu um importante fato que fez precipitar as já precárias relações entre Bonifácio VIII e Felipe, o Belo: Bernard Saisset, bispo da cidade francesa de Pamiers, havia levantado a voz contra uma série de abusos cometidos pelo soberano em prejuízo do clero francês e, freqüentemente, se deixado levar pelos comentários pouco gentis sobre a pessoa do rei, que, em sua opinião, era um magnífico manequim nas mãos dos ministros: "*O nosso soberano se parece ao mocho real, o mais belo dos pássaros, mas que não vale nada. Não é capaz de olhar fixamente as pessoas sem falar*".

Taciturno, fechado em si mesmo e triste depois da morte da mulher, religioso de forma rígida e quase fanática, o rei, na sua veste pública, deixava-se levar por aqueles que havia escolhido e logo podia dar à multidão uma impressão de grande severidade moral e falta de atitude política.

As considerações do bispo, talvez, não fossem infundadas, tanto é verdade que hoje, no âmbito historiográfico, tende-se a suspeitar que *Felipe, o Belo*, tivesse abdicado progressivamente do poder efetivo, abandonando o governo do país aos juristas e ao seu Conselho. Mas as opiniões irreverentes do bispo de Pamiers eram fora de propósito, ainda que acompanhadas de polêmicas e rixas da corte. De forma breve, Bernard Saisset foi acusado de má administração e condenado à morte pela ordem regia sem que o papa fosse sequer consultado. Segundo a lei, ele era o único que podia julgar um eclesiástico. A inevitável reação pontifícia desencadeou o conflito com a Coroa da França, uma vez que o filão da

contestação sustentada pelos dois cardeais Colonna estava ligado àquele do Conselho da França.

Bonifácio VIII era um papa incomodado por dois motivos. Em primeiro lugar, tinha inegavelmente alguns defeitos humanos que, depois da experiência do "*papa angélico*" encarnado por Celestino V, apareciam ainda mais estridentes em sua pessoa: ambição, gosto pelo poder e pelo luxo, uma visão grandiosa do papel do chefe da Igreja que induzia o privilégio a certos aspectos teatrais, como a assombrosa revolução do tri-reino. A coroa usada pelo papa como símbolo da sua primazia, de um simples mas precioso adorno de cabeça, tornou-se, por intermédio de Bonifácio VIII, um verdadeiro tesouro de ourivesaria, pesadíssimo, ornado por um rubi de dimensões e valor impressionantes. Mas não era correto que os luxos do papa e mesmo as suas debilidades humanas incomodassem o Conselho da França: o segundo motivo, o verdadeiro, era bem mais grave.

Tanto a França quanto os Colonna haviam entendido que sobre certas questões o papa era irremovível, logo, para obterem aquilo que desejavam, teria sido necessário dividi-lo ao meio: e aquela eleição ocorrida depois da "*grande negação*", em circunstâncias extraordinárias para a *Igreja*, dava o ponto de partida para argumentar de que não se tratava de um pontificado legítimo.

O cerne do problema era que Bonifácio VIII, na lógica de uma férrea teocracia, tinha altíssimo entendimento da *Igreja de Roma*, instituição dominante no que fosse espiritual e temporal, e defendia incansavelmente as prerrogativas de sua soberania. O Conselho da França estava elaborando sua visão política aos antípodas, que colocava o país no centro da sociedade cristã. O monarca francês descendia da bendita dinastia de Clodoveo, cuja tradição havia sido consagrada com um crisma milagroso que o Espírito Santo teria trazido do céu no semblante de

uma pomba. Logo, os reis da França deviam sua soberania diretamente à vontade de Deus e a sua dignidade era espiritualmente superior à de todos os outros reinantes: por isso, segundo os *ideólogos de Felipe, o Belo*, era *justo* que o soberano alcançasse o comando político sobre a cristandade, desde que ele, o rei cristianíssimo, pudesse guiá-la a salvo, guardando-a de todo mal.

O papa Caetani hostilizava a construção política que os advogados franceses tentavam fazer prevalecer; além disso, possuía dois aciradíssimos inimigos que sustentavam que ele havia se apoderado do trono apostólico por meio de uma mentira, e que, logo, sua eleição não era válida: em certo ponto, em suma, a "*tese Colonna*" tornou-se utilíssima para o *Conselho da França*, que conseguiu, por seu lado, pelo clero de seu país, intimar um *concilio para depor Bonifácio VIII* e eleger um outro papa mais condescendente. Desse singular cruzamento de idéias políticas antiqüíssimas, sinceras convicções políticas e religiosas e interesses político-financeiros, os juristas de *Felipe, o Belo*, desenvolveram uma teoria que fazia do soberano o salvador da *sociedade cristã*, um pastor do rebanho de *Cristo* em concorrência com o *usurpador do trono de Pedro*.

Desde que a linha jurídica da acusação se tornou insuficiente, por si só, para demonstrar que o pontificado dos Caetani havia sido um erro da *Igreja* a ser removido o quanto antes, os *advogados da Coroa* associaram a ela um colorido agravante: algumas idéias excessivas expressas pelo papa em momentos não oficiais, ou então das imprecações a que havia se deixado levar diante de outras pessoas. Assim, o *dogma da infalibilidade do Vigário de Pedro*, sancionado por Bonifácio VIII na bula *Unam sactiam* foi empregado na afirmativa de que o papa era ligado a um demônio particular a quem evocava para suas consultas e do qual recebia freqüentemente o conhecimento superior e a capacidade de jamais se

equivocar. Em suma, de simples beneficiado de uma eleição canonicamente discutida, *Benedito Caetani* foi, pouco a pouco, transformado em um papa feiticeiro.

Em tal contexto, Bonifácio VIII fez redigir uma bula de excomunhão contra o rei da França, intitulada *Super Petri solio,* que deveria ser publicada em 8 de setembro de 1303; mas uma expedição guiada por Guillaume Nogaret, o mais notável entre os *juristas do Conselho*, uniu-se a um bando de homens dos Colonna, na cidade de Anagni, onde se encontrava Bonifácio VIII. Na noite de 7 de setembro, o pontífice foi agredido e tornou-se vítima de uma tentativa de captura, para posteriormente ser levado a Paris, onde seria finalmente deposto e declarado herege. No entanto, uma imprevista revolta da população da cidade, cansada dos saques executados pelos soldados dos Colonna, libertou o papa, que acabou sendo salvo do "*seqüestro*" e reconduzido a Roma. Todavia, Bonifácio VIII morreu pouco depois, agravado pela terrível noite de *Anagni*: a *bula de excomunhão* que privava *Felipe, o Belo*, de todos os seus poderes não chegou a ser publicada em razão da sucessão dos eventos, mas permaneceria ainda como uma terrível espada de Dâmocles sobre o destino dos anos vindouros.

## 4. O monstro com duas cabeças

Enquanto os progressos islâmicos na *Terra Santa* tornavam sempre mais distante a esperança de reconquistar Jerusalém e as guerras se tornavam cada vez mais raras, de fato, já inúteis, dada a prevalência do inimigo, o *Templo* havia lentamente se adaptado às novas condições históricas, procurando valorizar o setor financeiro que, já no curso daquele século, estava se tornando a sua atividade principal: o quartel-general de Paris tornou-se a tesouraria da Coroa francesa e foi enriquecida por uma imponente torre para alojar os seus cofres. O progresso no campo financeiro acabou por alterar sensivelmente o equilíbrio interno da instituição:

antigamente, os verdadeiros *Templários eram apenas milites*, isto é, profissionais da guerra a cavalo, pertencentes à condição cavalheiresca, sendo que aqueles que desenvolvessem atribuições de serviço se colocavam em um nível inferior. Se naquela época as relações de poder eram unicamente ligadas à função bélica, a evolução ocorrida na segunda metade do século reavaliou muitíssimo um tipo particular de atividade: a *mercantil-financeira*.

Para prosperar na atividade que os tempos forçosamente impunham ao *Templo*, ou seja, a estocagem e o investimento de dinheiro recolhido para a cruzada, era necessária a utilização de contabilistas, administradores, escrivães: esse gênero de atividade requeria uma espécie de instrução técnico-prática que era especialidade das famílias burguesas, dedicadas ao comércio, atividade desprezada pela nobreza a que pertenciam os *milites* que continuavam a fundar o seu negócio baseado na arte da guerra.

Esse estado de coisas fez que, na segunda metade daquele século, alguns encarregados em gestão, um tipo inexistente ou subestimado, transformassem-se em atividades de grande poder que, todavia, não eram acessíveis aos cavaleiros por motivos de incompetência: como exemplo, havia o cargo de *Tesoureiro central*, administrador que residia na fortaleza da *Torre do Templo de Paris* e que tinha um papel central nas finanças de todo o reino da França, ou então a atividade de *Recebedor da região de Champagne*, que arrecadava e fazia render os impostos régios, pagos pelo riquíssimo condado onde estavam sediadas as mais importantes feiras do Ocidente.

Tanto o *Recebedor quanto o Tesoureiro central* deviam necessariamente empenhar-se em manter com a *Coroa da França* uma boa reciprocidade, dadas as relações entre as duas instituições. O Preceptor da *Île-de-France* e o *Visitador do*

*Ocidente*, que residiam em Paris, eram também sempre ligados à *Coroa* por contínuas relações diplomáticas. Dinamismo parecido já era ativo e podia ser sentido nos tempos de São Luís IX, que, pelos mesmos motivos, fez de tudo para impor a eleição do cavaleiro Amaury de La Roche como *Preceptor da França*: o *Grão-Mestre e Templário Thomas Bérard* havia protestado, recordando que o *Templo* gozava de plena autonomia e que a nomeação de seus representantes não estava à mercê dos governantes, mas, no fim, o rei acabou por atingir seus objetivos, convencendo o papa Clemente IV a intervir pessoalmente, já que a comunhão de interesses entre o *Templo* e a monarquia francesa valia, por bem, qualquer sacrifício.

Assim, nos últimos anos do século, formavam-se como dois pólos de poder na *Ordem Templária*: o do *Chipre*, composto sobretudo de militares sempre empenhados no diálogo diplomático com os governos cristãos do Oriente, a fim de estudar novos planos de recuperação da *Terra Santa*, e o do Ocidente, guiado por *sargentos financeiros e cavaleiros* com *funções administrativas e diplomáticas* que tinham prioridade nos acordos com as coroas européias.

Logo depois da morte de *Guillaume de Beaujeu*, o *Grão-Mestre* tombado heroicamente na tentativa de defender Acri, os *Templários* refugiados no Chipre tiveram de eleger seu sucessor em caráter emergencial. Antes disso, porém, um cavaleiro do condado franco chamado *Jacques de Molay*, que havia ganhado notoriedade após obter importantes cargos pouco após entrar na *Ordem*, exortou os demais dirigentes a tomar certas providências para erradicar certos fenômenos de corrupção e imoralidade que se difundiam com os hábitos dos *Templários*, antes que esses costumes pudessem causar a eles sérios problemas. Molay era um homem muito visado, que havia passado diversos anos no *front* da *Terra Santa*, onde os veteranos *Templários* o instruíam nas táticas de guerra e onde teria também feito

sua honra, merecendo a estima de outros dignitários e do próprio Beaujeu. Depois da morte do sucessor deste último, o *Grão-Mestre Thibaut Gaudin*, que governou pouco mais de um ano, o nome de *Molay* foi proposto para a sucessão.

A fonte que transmite a história da movimentada eleição de Jacques de Molay para a chefia do *Templo* é o testemunho de um confrade chamado Hugues de Faure, que assistiu aos fatos e descreveu os eventos. Apesar de não ser considerado confiável por alguns, Faure viveu no Oriente e foi testemunha ocular dos fatos narrados, alguns dos quais podem ser confirmados nos eventos dos anos seguintes, como veremos a seguir. De resto, podemos excluir a hipótese de que a ascensão de *De Molay* tenha sido inventada sob tortura, já que aos inimigos do *Templo* interessavam os detalhes de sabor herético e não os jogos eleitorais de seus dirigentes.

No capítulo da *sucessão de Gaudin*, teriam emergido duas coalizões contrárias entre si, que defendiam uma De Molay, enquanto a outra, o nome de um cavaleiro muito em vista na Ordem, Hugues de Pérraud, que era neto do *Visitador do Templo* na França, Hubert de Pérraud. Hugues havia empregado cerca de trinta anos de honorável carreira no *Templo* trabalhando no comando de importantes missões e assumindo mais tarde encargos diplomáticos junto ao papado. Por seus dotes pessoais e pelos apoios derivados de parentes importantes, Pérraud era sustentado pelos *chefes templários* sediado nas províncias de Alvernia e Limousin.

A fonte não especifica qual grupo sustentava *De Molay*, mas a carreira eminentemente militar do dignitário faz suspeitar que a sustentá-lo estaria o *Templo do Oriente*, isto é, o círculo de veteranos ligados a Beaujeu, assim como os dignitários da França com funções administrativas e diplomáticas ligadas ao homem que os representava. Hugues de Pérraud, de fato, estando da maneira que as fontes

parecem indicar e sendo de grau cavalheiresco, jamais havia ido ao Oriente e, talvez, jamais havia combatido o inimigo islâmico.

Após a morte de Thibaut Gaudin, *Jacques de Molay* havia assumido o comando provisório do *Templo* com o cargo de *Grão-Comandante*, um cargo de regência que, aos olhos de muitos, devia ser o prelúdio pela sua nomeação a chefe da *Ordem*. Dada a sua brilhante carreira, esta sua ascensão não surpreende, mas a recente derrota em Acri e a perda do reino cristão na *Terra Santa* evidentemente haviam desequilibrado as relações de força no *templo*. *De Molay* era o mais autoritário e poderoso, mas os dignitários franceses haviam escolhido um homem que melhor os representava, agora que o Oriente estava perdido, ele tinha a maioria.

*Hugues de Faure* ressalta que as discussões foram árduas: com efeito, se podemos acreditar no testemunho, o partido ocidental desejava impor um diplomata e burocrata como chefe da *ordem militar*, disposto a recuperar a *Terra Santa*. Como esse homem poderia guiar as fileiras *templárias* nas futuras operações de cruzada? Aos *Templários* que intervieram, a situação devia parecer bem clara: levar ao comando do *Templo* um homem da diplomacia significava que mais cedo ou mais tarde, inexoravelmente, a função militar da *Ordem* entraria em decadência.

As negociações prosseguiram sem conclusão, até que Jacques de Molay fez saber que pretendia renunciar ao magistério em favor de seu concorrente Pérraud, conseguindo em troca que lhe confiassem o cargo de *Grão-Comandante*, que tinha, de fato, após a morte de Gaudin. Tornado legalmente *chefe do Templo*, ainda que temporariamente na qualidade de regente, segundo a fonte, De Molay teria usado seu cargo para negociar a sucessão, mas desta vez ocupava uma posição preponderante: assim, conseguiu tornar-se *Grão Mestre*, deixando a Pérraud o cargo imediatamente abaixo, a de *Visitador do Ocidente*.

Ainda que seja melhor não tomar como verdade absoluta tudo o que Hugues de Faure nos conta, e que por outro lado deixa entrever o fato de não gostar tanto de De Molay, tem-se de admitir que o resultado da disputa é perfeitamente plausível no quadro dos eventos que marcaram o *Templo* naqueles anos. Outra questão a ser explicada é saber o que fez convencer o capítulo geral do *Templo* a ratificar a ascensão de De Molay, que, mesmo tendo um notável poder pessoal, devia passar por uma eleição. Talvez a razão pudesse ser compreendida por uma escolha que o *Grão-Mestre* faria dali a pouco: induzido a retornar ao Oriente para estudar uma iminente operação militar, com o papa Bonifácio VIII que já advertia sobre os sinais da oposição em Colonna, De Molay daria a Pérraud uma atribuição em virtude da qual o *Visitador* poderia se comportar como plenipotenciário para subsidiar o papa em caso de necessidade sem ter de aguardar os longos períodos de intervalo de uma comunicação com o Chipre. Graças a tal atribuição, que talvez se limitasse a um pacto proposto por De Molay já no momento de sua eleição era assegurada a estrutura que o *Templo* teria assumido nos últimos anos e que lhe conferia um aspecto mais moderno, facilitando sua gestão: se o *Grão-Mestre*, que era o *chefe político e militar da Ordem*, tinha de residir no Oriente para vigiar a situação internacional e estudar novos planos de recuperação da *Terra Santa*, ocorria que o Ocidente devia ser bem administrado por um dirigente responsável, inclusive por manter relações diplomáticas com as coroas européias. Hugues de Pérraud, que por trinta anos de honrosa e brilhante carreira havia desenvolvido essa tarefa, sendo apreciado inclusive pelos pontífices, era, decididamente, o homem certo.

A nova estrutura "*diárquica*" da *Ordem* obviamente era um fato provisório, experimental, ditado pelas contingências históricas que se esperava logo superar

mediante a reconquista da Síria-Palestina. Esse período de adaptação foi bem assimilado e, naquele ponto, os dois líderes, que por temperamento e cultura possuíam uma visão diametralmente oposta sobre como teria de ser o futuro da *Ordem*, entraram inevitavelmente em conflito.

Pérraud havia administrado habilmente as *tarefas do Templo* na Europa por alguns anos e teria continuado a fazê-lo ainda que a situação não tivesse caído em uma espécie de armadilha da qual não podia mais sair. As fontes descrevem-no como um personagem capaz e moderado, um diplomata prudente. Fica difícil, assim, pelo seu histórico, entender como um homem desse tipo, avesso às intrigas da política internacional, pudesse inserir-se no *Conselho da França*, acabando por se tornar a brecha pela qual Guillaume de Nogaret e seus colegas se infiltraram no *Templo* e o destruíram.

## 5. Escândalos em Paris

Durante a fase mais dura do embate com o papado, *Felipe, o Belo*, poderia servir-se do apoio do clero do reino, com a intenção de criar uma plataforma para promover uma "*Igreja da França*", se necessário, tornando-se uma antítese em relação à de Roma, representada por Bonifácio VIII. Quando o rei juntou no Louvre os representantes da Igreja do reino e foi redigido o processo de acusação contra o papa, por sua heresia e indignidade, entre esses figurava também o *Visitador do Templo* na França, o frade Hugues de Pérraud.

É preciso dizer que o plenipotenciário não tinha promovido uma acusação pessoal contra o papa, mas sim que havia, junto de muitos outros, se limitado a assinar uma cédula, provavelmente porque foi obrigado pelo seu soberano a fazê-lo. Mesmo assim, tratava-se de um fato gravíssimo. Em primeiro lugar, uma escolha assim tão radical no embate de poderes se consumava sem o conhecimento do

*Grão-Mestre*, que, naquele tempo, encontrava-se no Chipre. Depois, parecia verdadeiramente paradoxal que se proclamasse ilegítimo o mesmo Bonifácio VIII, a quem apenas alguns anos antes os *Templários* haviam desembolsado a enorme quantia de 12 mil florins de ouro, propriamente com o objetivo de defender a sua legitimidade. Enfim, a pior coisa entre todas, a adesão traía o código de honra dos *Templários* em um de seus pontos essenciais, a fidelidade ao papado que o havia alçado sobre outras ordens religiosas, enchendo-o de privilégios excepcionais: o evento fazia a hierarquia templária da França parecer um grupo independente do comando da *Ordem e o próprio Templo* parecia colocar-se como um corpo mercenário pronto para mudar de bandeira segundo a oportunidade.

Alguns fatos importantes ajudam a trazer à luz as reais proporções do problema, esclarecendo que, apesar da assinatura do *Visitador Pérraud* constituir uma traição da ética e do regulamento *templário*, todavia o dignitário agiu em boa-fé e, talvez, não tivesse escolha. De fato, Pérraud entregou ao soberano um documento muito singular, uma cédula de seguro, que garantia a proteção regia ao dignitário e a toda a sua família.

O incidente ocorrido no Louvre passou aparentemente sem danos pelo *Templo*, ao menos enquanto as fontes nos permitem verificar. A repentina morte de Bonifácio VIII e, sobretudo, a política assumida pelo sucessor Benedito XI, dedicada a retomar o quanto antes o diálogo com a monarquia francesa, atenuaram os conflitos, e a assinatura de Pérraud na acusação contra Bonifácio VIII foi arquivada com todo o restante como um episódio a ser esquecido, talvez até compreensível, dado o clima político desordenado e confuso da França durante os últimos tempos do pontificado Caetani. Em 1306, no entanto, aconteceu outro incidente que marcaria de maneira indelével a sorte do *Templo*, trazendo à tona, ou somente

lembrando, que a direção ocidental possuía idéias próprias sobre a gestão política da *Ordem* e, se fosse oportuno, não hesitaria em colocá-las em prática, ainda que fossem contrárias à hierarquia.

Fatigado pelas despesas de guerra contra o soberano inglês e não podendo contar com um sistema estável de taxação que teria gerado arrecadações periódicas, a Coroa francesa tentou uma mudança, alterando o conteúdo áureo da moeda, reduzindo-o em cerca de dois terços. A manobra, no entanto, mostrou-se falha. Em Paris, logo irrompeu uma revolta e *Felipe, o Belo*, se viu obrigado a refugiar-se com sua corte na *torre do Templo*. Alguns sustentam que o rei, vendo pessoalmente o tesouro administrado pelos *Templários*, fosse tomado de uma grande cobiça e começasse a pensar em uma maneira de se apoderar do mesmo. De acordo com as fontes históricas, a hipótese parece por demais simplista e teatral, porque *Felipe, o Belo*, conhecia muito bem o patrimônio e, ademais, as manobras de aquisição do *Templo* por parte da *Coroa* já vinham sendo executadas há alguns anos. Por outro lado, é aceitável que, naqueles dias, pressionado pela multidão que queria linchá-lo e pelas suas emergências financeiras, o soberano tenha se dado conta de que parte do capital dos *Templários* derivava do investimento direto da coroa e que, enfim, a *Ordem* possuía um ingente patrimônio, enquanto todo o país se encontrava à beira da bancarrota, sendo justo que fosse imposta ao *Templo* uma contribuição para que a crise fosse solucionada.

*Felipe, o Belo*, exigiu do tesoureiro central, frade Jean de la Tour, o pagamento de *300 mil florins de ouro*, uma soma enorme que poderia ser comparada ao balanço anual de uma das mais florescentes repúblicas do litoral italiano e que, com toda probabilidade, esvaziou praticamente todos os cofres da casa de Paris. Se o pedido do soberano pode parecer compreensível aos olhos de

um observador moderno, deve-se, porém, considerar que boa parte do dinheiro administrado pelos *Templários* pertencia aos credores privados, que haviam confiado à *Ordem* a custódia do dinheiro, justamente em razão da sua excelente reputação. Além disso, grande parte de seu patrimônio era de propriedade da *Igreja,* cuja finalidade era o financiamento das cruzadas. Em todo o caso, não só o *Tesoureiro* concedeu ao soberano o enorme empréstimo sem o conhecimento do *Grão-Mestre* que ainda estava no Chipre como também não solicitou, pelo que sabemos, nenhuma garantia pela concessão do mesmo.

Segundo a história contada por um cronista conhecido como *Templário de Tiro*, nos princípios de 1307 Jacques de Molay regressou do Oriente e, como era devotado às *regras e estatutos templários*, verificou os livros contábeis. Deu-se conta então do enorme déficit em razão do empréstimo em favor do rei da França, despedindo *Jean de la Tour do Templo*, com uma sanção disciplinar irreversível. A reação pode parecer duríssima, mas era absolutamente baseada na disciplina *templária*, que previa a expulsão de *membros do Templo* pela subtração ou ocultação de dinheiro, ainda que em quantidade mínima, isto é, para valores acima dos quatro denários. No entanto, Jean de la Tour não era um *templário* qualquer. Sobrinho de um construtor de mesmo nome, que na segunda metade do século havia dirigido os trabalhos para a construção de uma imponente fortaleza na cidade de Paris, a mesma torre da qual sua família de tradição mercantil acabou por tomar o nome, o *Tesoureiro* dirigia perfeitamente às *finanças do Templo* e tinha estreitas relações com seus parceiros econômicos, vale dizer, com as potências de quase toda a bacia do Mediterrâneo.

Não sendo nobre, mas figura de grande importância no quadro de dirigentes *templários*, Jean de la Tour era propriamente um símbolo daquela

burguesia que tempos atrás fora relegada às margens da hierarquia, mas que, nas últimas décadas, com a desmilitarização parcial e a reconversão ao regime financeiro em razão da perda do reino cruzado, havia ganhado um grande poder. O *Tesoureiro* podia contar, além disso, com outra vantagem: a proteção do *Visitador Hugues de Pérraud*, o qual teria concedido, provavelmente, a autorização pelo grande e irregular empréstimo a Felipe, o Belo.

A severidade da *normativa templária* em relação aos furtos era conhecida por todos e constituía o principal fundamento pela confiança que o mundo depositava na honestidade da instituição. Jean de la Tour não podia certamente ignorar certos preceitos que eram de domínio público, como também não ignorava as ordens que reservavam à autoridade do *Grão-Mestre* a faculdade de conceder empréstimos de grandes importâncias, além do dever de controlar periodicamente os livros *contábeis do Templo*. Quando a revolta da população parisiense se irrompeu, encontrava-se no *Templo o Visitador do Ocidente* Hugues de Pérraud que, com o *Grão-Mestre do Oriente*, constituía naquele momento a máxima autoridade da *Ordem*. Pelo que sabemos, além disso, aquela autonomia especial que De Molay havia concedido ao seu colaborador em 1298 para ajudar Bonifácio VIII, atacado em Colonna, jamais havia sido revogada, talvez até em razão de seu extraordinário caráter e também dada à emergência daquele momento. O tesoureiro, apressado pelos pedidos do rei da França, procurou e obteve o consenso de seu maior superior acessível, Pérraud, que se responsabilizava pelo *Templo* naquele momento e que, provavelmente, até a volta do *Grão-Mestre do Chipre*, exercia as funções de plenipotenciário. Se não foi assim, e Jean de la Tour se pôs de sua iniciativa sobre a normativa *templária*, então é sinal de que certos processos de afastamento da disciplina inicial eram muito mais complexos e avançados do que se poderia supor e

que a direção *templária do Ocidente* se considerava autônoma em relação ao *Estado-Maior da Ordem*.

De fato, o tesoureiro, após o incidente, comportou-se com muita segurança, poderíamos dizer até com certa "*arrogância*", típica de quem teria sido injustamente punido, fazendo-se sentir pelas autoridades para mostrar suas razões: o rei da França interveio para que De la Tour fosse reintegrado, e depois, diante da refutação de De Molay, Felipe, o Belo, pediu ao papa para que interferisse pessoalmente junto ao *Grão-Mestre do Templo*, fazendo valer as prerrogativas apostólicas sobre a *Ordem* até que ao tesoureiro fosse devolvida sua posição.

Segundo a normativa *templária*, o papa, *senhor e chefe do Templo* depois de Jesus Cristo, era o único que podia pedir a revogação de um procedimento disciplinar. Esse preceito havia sido inserido nos estatutos do século XIII por motivos de ordem diplomática, como demonstra a mesma explicação que o acompanha, segundo a qual o pontífice se valia de uma faculdade similar somente se estritamente necessário e para o bem da Ordem. E justamente para atenuar o incidente, o novo papa, *Clemente V*, (Bertrand de Got, 1305-1314) valeu-se da norma para pedir a reintegração de De la Tour, que teve o ardil de consignar pessoalmente a Jacques de Molay a carta apostólica que pedia a reabilitação como se esta fosse uma imunidade a ser exibida fervorosamente. A reação do *Grão-Mestre* foi duríssima, tanto que, segundo uma fonte, ele teve um acesso de ira irrefreável que o levou a *jogar a carta de Clemente V no fogo*; em todo o caso, o tesoureiro acabou sendo readmitido, em obediência à ordem do papa.

A proteção apostólica estendeu-se também a Pérraud, que, de uma forma ou de outra, foi considerado co-responsável pelo ocorrido. Clemente V emitiu uma concessão cautelar pela qual ordenava que Hugues de Pérraud mantivesse o seu

*cargo de Visitador*, quase como ameaçando excomungar quem o desobedecesse por meio do uso de destituições. A onda de escândalos que envolvera a direção *templária* em Paris no triênio 1303-1306 assinalaria um importante momento na estratégia do *Conselho da França contra a Ordem*. No entanto, os advogados régios puderam ver concretamente os conflitos no interior da *hierarquia templária*. Em segundo lugar, feito ainda mais grave, Nogaret e os outros tinham a prova da "*suavidade*" de Pérraud e de outros dirigentes franceses, a despeito da intransigência demonstrada pelo *Grão-Mestre*.

Em suma, De Molay refutava decididamente a fusão com o *Hospital*, o que teria permitido à Coroa da França estender seu controle sobre a nova ordem unificada: mas agora parecia claro que o *Templo* não era assim tão inacessível, podendo ser atacado nos pontos certos.

## 6. Vozes inquietantes

Pouco depois da morte heróica do *Grão-Mestre* Beaujeu, tombado na desesperada tentativa de defender Acri, os *Templários* haviam se retirado em condições de emergência para seu refúgio em Nicósia, no Chipre. Naquela sede, Jacques de Molay, que ainda não era o chefe da *Ordem*, mas que estava em ascensão na assembléia, levantou o dedo contra a difusão de certos "*fatos de mau costume*", convidando a direção a reprimi-los rapidamente antes que esses pudessem gerar um grande problema. Em um momento como este, com o desastre da perda de Acri que fez naufragar todo o experimento cruzado, qual outra emergência poderia preocupar tanto o *Estado-Maior do Templo*?

Naquele tempo, vociferava-se há bastante tempo contra certos costumes estranhos que aquela ordem, regulada pelo rígido código religioso militar, teria mantido em seu interior. Eram formas de submissão e de humilhação contra os

iniciantes por parte dos mais velhos, que impunham aos novos frades do *Templo* a obrigação de mostrar reverência aos superiores a ponto de terem de beijar as suas nádegas. A fofoca era bastante difundida e parece que era usada para zombar os jovens cavaleiros que haviam obtido o privilégio de ser acolhidos no *Templo*. Ao que parece, porém, algumas nuanças mais sinistras se juntavam àquelas vozes.

Em 1305, Clemente V recebeu a coroação pontifícia em Lion na presença do rei da França. Naquela ocasião, o soberano relatou-lhe alguns comentários segundo os quais estavam em uso entre os *Templários* comportamentos indizíveis e, naturalmente, solicitou-lhe que se aprofundasse naquela questão. O novo pontífice havia sido eleito entre milhares de discórdias depois de um conclave de cerca de um ano de duração e, para finalmente ser proclamado papa, teria que esperar a morte do seu mais dedicado adversário, Matteo Rosso Orsini, que havia se negado em assinar o decreto eletivo, alimentando uma perigosa dissidência. Enfim, teve de sustentar um duelo diplomático com o *mesmo Felipe, o Belo*, que lhe pretendia impor o local onde ocorreria a consagração para manter o novo pontífice sob o controle da Coroa.

No outono de 1305, após seis meses de cansativa negociação, Clemente V pôde finalmente conseguir a plena faculdade de pontífice, mas não sem antes ter de engolir algum pedaço amargo, como a cidade de Lion, que o papa, nativo da Gasconha, preteriu em favor da Toulouse. Não é de se estranhar que o pontífice tenha se negado a ouvir os comentários acerca dos *Templários*, que naquela conjuntura histórica representavam certamente para ele um problema secundário.

Entre 1306 e princípios de 1307, ocorreram muitos fatos: a revolta contra o rei em Paris, o escândalo e o incidente diplomático ligados ao *Tesoureiro De la Tour*, além da resposta frustrante do *Grão-Mestre templário* ao papa que colocava

fora de discussão a hipótese de unificar as ordens militares: naqueles meses a panfletagem tratada pelos advogados régios contra os *Templários* enriqueceu-se de novos aspectos que o soberano não deixou de insinuar ao ouvido apostólico.

Quando por volta do mês de março de 1307 Jacques de Molay retornou ao Ocidente convocado pelo pontífice, segundo o relato do anônimo *Templário de Tiro*, sofreu uma verdadeira "*inquisição*" da parte de Clemente V, que teve com ele um animado colóquio, ordenando-o, enfim, a consignar junto à Cúria uma cópia escrita da regra da sua ordem: o pedido, que parecia não ter sentido, uma vez que a *regra templária* gozava da aprovação pontifícia há praticamente dois séculos, faz pensar que o papa nutria sérias desconfianças quanto à normativa da ordem e entendesse ser necessário fazer uma verificação da mesma. Naquela mesma ocasião, conta um alto dignitário que acompanhava De Molay durante um colóquio com o papa, Clemente V deixou de lado todas as conveniências e tentou dar uma explicação sobre a infame história do ídolo que diziam venerar de forma oculta no *interior do Templo*. O pontífice era filho de uma família da aristocracia militar e conhecia bem as tradições da cavalaria quanto às relações entre os velhos e os novos membros, por isso, não havia dado nenhuma importância às usanças vulgares de caserna que os *Templários* mantinham entre os companheiros: nesse momento, porém, as insinuações do rei tocavam notas mais sutis, minando pontos essenciais da religião, deixando o papa preocupado. O *Templo* era uma *ordem religiosa* e, como tal, pedaço da *Igreja de Roma*, igualmente a outras ordens como a beneditina, a franciscana ou a dominicana. Mas, e se a peste da heresia estivesse mesmo se propagando entre os seus membros?

Durante a tardia primavera de 1307, a estratégia regia contra os *Templários* progrediu febrilmente: enquanto o rei tratava de difamar alguns

expoentes junto às várias cortes da Europa, os advogados que formavam o *Conselho* estavam colhendo os frutos de uma operação posta em prática em total segredo alguns anos antes, quando cerca de doze espiões foram encarregados de ingressar na ordem e viver tranqüilamente com os *Templários*, com o objetivo de recolher alguma informação que pudesse ser usada contra eles.

Em 24 de julho, esse trabalho de enfraquecimento da boa reputação *templária* junto às altas esferas chegara a tal ponto que o papa não pôde mais ignorar os fatos, como havia feito oportunamente até então, tomando assim a atitude de escrever ao rei: *Felipe, o Belo*, podia tranqüilizar o seu zelo religioso já que o *Grão-Mestre do Templo*, indignado por causa das maledicências que o soberano estava disseminando por todos os lados, havia pedido expressamente que o pontífice romano abrisse um inquérito sobre o estado do *Templo* a fim de colocar às claras as calúnias recebidas. E o pontífice romano, a única autoridade terrena habilitada a julgar os *Templários* que a mesma Igreja revestira com o privilégio da imunidade judiciária, havia programado ter esse inquérito *super statu Templi* o mais rápido possível, que, dada a complexidade dos procedimentos, significava o espaço de alguns meses: o papa devia nomear alguns comissários, que seriam encarregados de desenvolver as investigações, visitar as sedes da *Ordem* e interrogar dignitários e frades de menor representação.

Nesse ponto, Clemente V, que talvez não fosse um homem muito perspicaz, deu um passo aparentemente lógico, mas que, aos eventos futuros, demonstraria ter sido um grave erro tático: comunicou ao soberano que os médicos lhe haviam prescrito uma terapia desintoxicante à base de águas termais e purgativos, por isso o exortou a não lhe enviar embaixadores antes da metade de outubro. Assim que terminasse a terapia, ele se colocaria de volta ao trabalho. Os

advogados do *Conselho* analisaram o fato de que o pontífice permaneceria inativo por mais de dois meses, dado que a terapia laxativa o debilitaria, deixando-o impossibilitado de ter audiências, e aproveitaram o momento para disparar a armadilha contra a *Ordem*. Todo o material recolhido pelos espiões foi rapidamente reunido em um complexo teorema acusatório que, sendo visivelmente artificial, havia um impacto tal que o efeito de choque produzido por ele seria indefensável. Por meio do silogismo, da generalização e de boa dose de manipulação, os advogados régios souberam aparentar cada disfunção, cada caso de abuso ou de culpa dos *Templários* como crimes contra a religião, juntando todos os resultados de forma que eles se coligassem em um quadro inimaginável, mas coerente, que golpeava a invulnerabilidade da *Ordem* justamente em seu ponto fraco.

## 7.O calcanhar-de-aquiles

Quando Inocêncio II "*uniu-se*" plenamente à causa da nascente *Ordem Templária*, fosse pelas insistentes preces de seu mestre espiritual Bernardo de Clairvaux, fosse pelas suas opiniões pessoais, ele emitiu um privilégio singular que tornava o *Templo* isento da jurisdição dos bispos, dos arcebispos e, freqüentemente, do próprio Colégio de cardeais: somente o pontífice romano era capaz de exercitar o controle sobre a *Ordem*. As difíceis condições dos primeiros anos de 1200, com a proliferação da heresia cátara que havia conquistado amplas porções da *Igreja*, haviam aberto uma brecha nessa espécie de couraça protetora que revestia o *Templo*. Sob o pontificado de Honório III (1216-1227) foi atribuída ao inquisidor da Túscia a faculdade de estender o seu poder de investigação também sobre os membros das três ordens que o papado havia tornado isentas pela sua fidelidade, isto é, os *Templários, os Hospitalários e os Cistercienses*. No início do século XIII, o *Templo* estava ainda próximo de seu apogeu e ninguém jamais poderia imaginar

nem mesmo uma única propaganda negativa em seu prejuízo, mas mais tarde, cambiadas radicalmente as condições históricas, aquele precedente se revelaria uma espécie de racha, através da qual a formidável aura de proteção que circundava a *Ordem* seria rompida: o especial privilégio do inquisidor não havia sido revogado e os juristas de *Felipe, o Belo*, souberam habilmente desfrutar do mesmo para colocar o papa diante de um terrível fato consumado.

Em 22 de setembro de 1307, o inquisidor da França, o dominicano Guillaume de Paris, escreveu secretamente uma carta aos seus subordinados, os inquisidores de Toulouse e Carcassonne, através da qual anunciava que dali a pouco se desencadearia uma captura contra os *membros da Ordem Templária*, e recomendando a eles que se preparassem para os procedimentos de interrogatórios. O dominicano especificava que a operação não se referia a toda a *Ordem*, mas somente a alguns indivíduos sobre os quais recaíam veementes suspeitas de heresia. Guillaume de Paris estava realmente a par da estratégia regia, que havia votado em absoluto segredo a captura dos *Templários* no dia 14 de setembro passado. O soberano havia fornecido, no entanto, uma versão modificada dos fatos: o inquisidor descrevia a operação como se *Felipe, o Belo*, tivesse recebido a tarefa diretamente do papa, insistindo que aquele seria um procedimento que visaria somente a determinadas pessoas, ou seja, acreditava-se que as normas do privilégio de Honório III podiam recair somente a indivíduos específicos.

A *Inquisição* nasceu na primeira parte do século precedente com o escopo de defender a ortodoxia da fé do ataque das heresias e funcionava segundo regras inflexíveis. A simples denúncia bastava para desencadear a captura e o imputado era imediatamente colocado sob interrogatório e, se fosse suspeito de mentir, ainda que a tortura o induzisse a confessar, a infâmia era fervorosa de tal

forma que muitas vezes as pessoas apenas suspeitas de aderir a comportamentos heterodoxos eram, de qualquer forma, obrigadas a abjurar, ainda que sua culpa não fosse comprovada.

Uma vez que o inquisidor amadurecesse suspeitas sobre alguém, pedia a intervenção do "*braço secular*", isto é, o poder laico, para mandar executar as prisões e as torturas. Os governantes eram obrigados a obedecer e negar o fato ou demonstrar oposição ou ainda que se mostrassem indispostos a ajudar o *Tribunal* significava o risco de ser considerados coniventes na heresia. Nem mesmo os delatores eram completamente poupados, porque se as acusações prestadas por eles fossem privadas de fundamento corriam o risco de sofrer sanções gravíssimas. Ainda que nascido com finalidade puramente defensiva, o funcionamento da Inquisição, com o tempo, havia em parte escapado das mãos da *Igreja*, tornando-se complicado e conquistando amplas margens de autonomia a ponto de se tornar um mecanismo capaz de tragar todos aqueles que tivessem a má sorte de serem pegos; uma espécie de areia movediça da qual era praticamente impossível sair.

Os *advogados do Conselho* da França conheciam bem os tortuosos sistemas dessa complexa máquina da morte e, ademais, necessitavam muito dela, pois somente a Inquisição possuía a capacidade, com mais de um século, mas jamais prescrita, de estender as investigações além da barreira de imunidade templária. Depois de anos de paciente trabalho, o dossiê de acusação contra os *Templários* se revelaria uma armadilha infalível.

No fim do verão de 1307, enquanto Clemente V levava adiante a sua terapia desintoxicante, os homens de Felipe, o Belo, organizaram um encontro secreto entre o papa e o Visitador Hugues de Pérraud, um homem que Clemente V estimava e utilizava para missões diplomáticas. Pérraud admitiu na presença do

pontífice que, efetivamente, na *Ordem do Templo* havia certo costume de impor aos novos membros que renegassem a *Cristo*, obrigando-os de cuspir na cruz durante a sua cerimônia de ingresso.

Nas intenções régias, aquela revelação deveria ser o golpe de misericórdia à *honra do Templo que Felipe, o Belo*, havia já previsto e que o comprometeria junto às cortes européias e sobre o qual o próprio papa tinha dúvidas, especialmente porque o *Visitador*, encarregado de supervisionar todo o Ocidente, era o *Templário* que possuía a maior experiência com relação à cerimônia de ingresso, podendo presenciá-la em diversas oportunidades, como diria mais tarde no processo. Provavelmente, os advogados da *Coroa* acreditavam que o evento teria forçado o papa, induzindo-o a decidir-se por uma rápida condenação do *Templo*, ou talvez o impelindo a enfrentar os tempos de investigação, o que acabou sendo um tiro na água.

Bertrand de Got, laureado cânone por duas vezes e que tinha trabalhado ao menos vinte anos na diplomacia da *Santa Sé*, não havia alcançado o trono apostólico em um dos momentos mais difíceis da sua milenar história sem ser capaz de evitar as armadilhas: tranqüilo e reflexivo, mas também muito astuto, Clemente V evidentemente estava bem a par dos problemas internos da *Ordem Templária* e intuiu que as intenções do *Visitador* iam além do mero desejo de chegar à verdade. De outro testemunho, sabemos que durante um colóquio reservado ocorrido no castelo real de Loches, na presença de *Felipe, o Belo*, e do *Prior dos Hospitalários* na França, outro dignitário *templário* chegou a ponto de confessar ao soberano a questão do cerimonial secreto para depois pedir ao rei a sua proteção: esses fatos, unidos aos eventos que haviam feito a direção *templária* de Paris afastar-se do processo contra Bonifácio VIII, também fazem pensar que nos princípios de 1300 o

*Estado-Maior do Templo* tivesse se partido em razão do profundo conflito entre os dois grupos dominantes, entre os quais o ocidental, que era muito próximo das orientações da *Coroa francesa*. O quadro geral coaduna-se perfeitamente com a reação do inquisidor Guillaume de Paris, o qual, antes convencido a abrir um processo apenas contra alguns indivíduos, viu-se envolvido em uma manobra a cargo de toda a *Ordem*, protestando vivamente ao soberano que ele mesmo não havia aberto nenhum processo a cargo dos *Templários*: tudo faz crer que a denúncia fosse atingir somente Jacques de Molay e o círculo de seus apoiadores mais próximos, de modo a eliminar o irredutível personagem e pilotar a sucessão em favor de um candidato mais diplomático e maleável, como parecia ser o *Visitador Pérraud*.

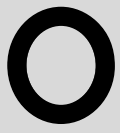
Mais tarde, quando a manobra organizada pela *Coroa da França* revelasse sua verdadeira natureza, o *Visitador* entenderia a gravidade de seu gesto, dando-se conta de ter sido usado como mero instrumento para dar o golpe de misericórdia contra os *Templários*: arrependido, procuraria recomendar aos confrades que fugissem, mas sem ser ouvido, dado o seu isolamento causado pela discórdia com Jacques de Molay.

Que o papa acreditasse nisso ou não, o jogo de acusação completara-se: o *Visitador do Templo*, um homem que havia participado de milhares de cerimônias de iniciação, testemunhara diante do pontífice que os *Templários* mantinham um ritual que obrigava os noviços a renegar *Cristo*, tendo de cuspir na cruz. Renegar a *Cristo e ultrajar a cruz* eram atos de *repúdio contra a fé*, típicos de inimigos ortodoxos, como os hereges. A *Inquisição*, em virtude de um antigo privilégio concedido por Honório III, havia facultado estender as investigações também sobre os membros do *Templo*, caso fossem suspeitos de heresia. Esse ponto foi suficiente para convencer o frade Guillaume de Paris de que o procedimento golpearia apenas

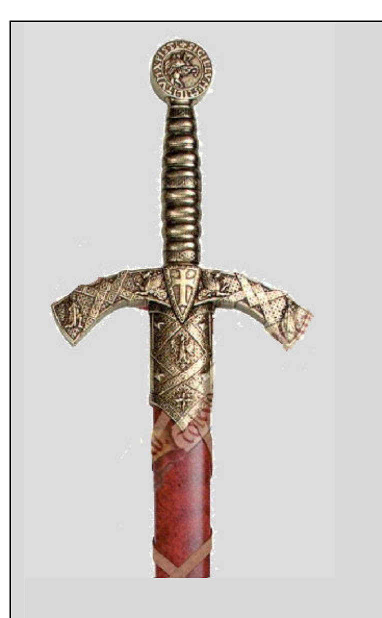
alguns membros da *Ordem*. Somente mais tarde, quando na manhã de 13 de outubro todos os *Templários* do reino foram presos e colocados sob interrogatório indistintamente, o papa, Hugues de Pérraud e o próprio inquisidor da França deram-se conta de terem sido usados.

# Capítulo VI: Sob Processo

## 1. "*Saberás suportar o insuportável*?"



*que eram os misteriosos "fenômenos de maus*



*costumes " que Jacques de Molay havia denunciado aos dirigentes no tratado geral de Nicósia de 1291 e quais danos causariam ao Templo se não fossem erradicados rapidamente ? A investigação acerca da vida "secreta" dos frades templares, isto é, sobre as suas tradições internas que eram protegidas por um rígido segredo de uma ordem militar, é um dos campos de pesquisa mais difíceis para o historiador: as fontes, de fato, estão ligadas em grande parte ao contexto do processo, que, notadamente, era rico em documentos forjados e testemunhos obtidos sob tortura. É um setor em que se deve atuar com bastante prudência.Com isso, se alguns critérios essenciais forem respeitados, ele nos revelará um terreno fértil e praticamente inexplorado.*

Em quatro anos de pesquisas, elaborou-se um catálogo de todas as disposições cedidas pelos *Templários* durante todo o arco do processo; de tal modo, foi possível confrontar o comportamento dos diversos frades em situações idênticas para que se verificasse a existência de fenômenos que se repetiam sistematicamente ou então se certos dignitários agiam de forma diferente em relação aos outros. Em síntese, milhares e milhares de informações esparsas tornaram-se

facilmente comparadas, tornando evidente que no *Templo* estavam em uso algumas tradições secretas, transmitidas oralmente, as quais na normativa oficial não havia mais que uma imperceptível alusão. De uma parte temos essas séries de dados, produto da catalogação das disposições processuais que evidenciam certos fenômenos recorrentes de maneira claríssima. Por outro lado, temos o corpo da *normativa templária* conservado em manuscritos originais anteriores a 1291. Este último nos permite fazer interessantes verificações, sendo suspeito de ter sido manipulado nos fins do processo, porque remonta ao tempo em que a *Ordem* gozava ainda de grande ascensão sobre toda a cristandade.

Quando São Bernardo firmou o rígido código ético e disciplinar dos *Templários*, era perfeitamente concebível que aquele modo de vida não podia ser acessível a todos, especialmente considerando os costumes mundanos e freqüentemente violentos daquela casta cavalheiresca que teria alimentado a *Ordem*. Por isso, ia inserida no texto das regras uma cláusula que recomendava aos chefes da *Ordem* não aceitar apressadamente as vocações, mas, antes disso, submeter os candidatos a uma "*prova*" a fim de apurar sua índole e suas intenções. O *experimentum*, ao qual o abade faz referência, não é claro. Aliás, o santo refugia-se por trás de uma elegante alusão a *São Paulo*: "*Colocai-os aprova para verse eles vêm de Deus*". Mas essa prova referia-se a um período de noviciado, durante o qual o aspirante *templário* moraria com os confrades e compartilharia com eles a sua vida em todos os aspectos, experimentando os combates contra o inimigo islâmico, mas também as durezas da *Ordem* para verificar se estavam à altura de seu elevadíssimo código de honra. Pelo mesmo motivo, o abade proibia envolver crianças ou adolescentes na *Ordem*, verdadeiro fardo e incógnita para a organização, até que atingissem a idade adulta: não só não eram capazes de

combater como também suscitavam o risco de, ao atingir a maturidade, não conseguirem suportar a vida no *Templo*, terminando por fugir.

Um dos pontos principais na ética do *Templ*o era a obediência "*absoluta*" aos próprios superiores, necessária para o sucesso das operações militares, entretanto valorizada também no sentido religioso pelo próprio São Bernardo que, no âmbito monástico, aconselhava-a aos seus confrades do claustro: por obediência absoluta, entende-se a capacidade de um homem renunciar ao próprio livre-arbítrio para colocar-se completamente nas mãos de seu superior, confiando em seu espírito iluminado e na mão de Deus que o guia.

O corpo dos *Estatutos Hierárquicos templários*, na parte que regulava as normas a serem obedecidas durante a batalha, previa que os *Cavaleiros do Templo* não podiam abandonar o campo de batalha nem mesmo se ficassem completamente desarmados: a *honra da Ordem* requeria o sacrifício da vida. De uma fonte islâmica, como visto, aprendemos que, quando os Templários defendiam uma cidade, faziam baluarte com os seus próprios corpos, assim que o inimigo abrisse uma brecha nas muralhas: tão logo um deles caía, outro logo vinha substituí-lo. Uma igual capacidade de abnegação requeria obviamente fortíssima adesão ideológica às motivações éticas que animavam a *Ordem*, e também um oportuno condicionamento psicológico, para tornar esses guerreiros capazes de tais sacrifícios. Assim, a educação ao conceito de obediência absoluta era evidentemente a chave do problema.

Continuando no âmbito da normativa oficial, isto é, a lei escrita pelo *Templo* e que era custodiada pelos *anciãos da Ordem*, notamos que os estatutos que remontam ao período posterior a 1250 levam o texto integral da cerimônia de ingresso: em dois séculos de *vida do Templo*, o momento em que um homem

abandonava seus hábitos e tomava os votos religiosos para se tornar *Templário* havia sido rigidamente codificado, e tanto os dignitários que oficiavam o rito quanto o postulante deviam seguir um preciso manuscrito. O preceptor da representação onde ocorria o ingresso, ou um dignitário de cargo superior de passagem por aquela sede, era convidado a presenciar, tendo de examinar por três vezes o manuscrito a fim de certificar-se de que era apto ao *Templo*. Relegado a um quarto, este último era conduzido diante do oficial que lhe expunha o regulamento *templário* e o colocava em vigilância contra as suas asperezas: "*Sabereis suportar o insuportável*?", e o postulante responderia: "*Senhor, com a ajuda de Deus suportarei qualquer coisa*!".

A normativa escrita não oferece detalhes sobre quais seriam as opções à disposição do preceptor para desencorajar os postulantes pouco convictos, mas confia laconicamente o serviço ao arbítrio de qualquer um que tiver de fazê-lo "*quando puder fazer melhor*"; depois, o candidato emitia os três votos monásticos de pobreza, castidade e obediência, livrava-se das vestes laicas para endossar as religiosas e assim que o preceptor lhe desse o laço no manto do *Templo* ele se tornaria *membro da Ordem* para todos os efeitos. Aqui termina a prestação de contas da cerimônia descrita no regulamento, mas não da cerimônia em si, que ainda incluía um apêndice posterior que somente pode ser reconstituído pelas testemunhas processuais.

Todos os fatos que testemunharam o processo falam da parte inicial de ingresso, exatamente da forma em que figura na normativa, com sua liturgia, o interrogatório, as promessas e todo o restante. Depois, após a concessão do manto, o *novo Templário* era conduzido a um local isolado (na sacristia, detrás do altar ou em outra sala) e aqui o preceptor lhe dizia: "*Senhor, todas as promessas que*

*fizestes são vazias de palavras. Agora, devereis dar prova de vós com os fatos*", e sem dar nenhuma explicação, ordenava ao ingressante *renegar Cristo e cuspir na cruz*, mostrando-a pintada sobre um altar ou então usando uma cruz litúrgica. Naturalmente, o *iniciante templário* ficava sem palavras e, recuperado do espanto, relutava em obedecer; então, o preceptor lhe dizia uma frase do tipo: "*Jurastes obedecer a qualquer comando dos superiores, e agora ousais mostrar-vos desobediente*?".

Nesse ponto, a análise sistemática dos depoimentos mostra que a maioria dos frades se resignava a fazer tudo o que lhes era mandado, talvez procurando cuspir na cruz, mas sem atingi-la de verdade, enquanto outros se negavam absolutamente: esses haviam feito voto de defender a fé e não se manchariam com profanações desse tipo. A reação dos preceptores variava: às vezes, a firmeza de alguns candidatos era respeitada e não se pedia que fossem além, mas, mais freqüentemente, os confrades presentes começavam a ameaçá-los de prisão ou de morte, batendo nos mesmos com violência ou colocando a espada em seus pescoços. Depois, o preceptor dava-lhe o beijo da irmandade monástica na boca. Freqüentemente, esse beijo, como em todas as ordens religiosas, era uma espécie de *pendant* em outros dois beijos, sobre o umbigo e na parte de trás: geralmente sobre a túnica, havendo, às vezes, alguém que exagerasse no ato, descobrindo as nádegas e, segundo dito por outros testemunhos, alguns chegavam a propor beijos *in virga virili*. A tendência geral dos frades diante dessa imposição era a de obedecer sem discutir, quando a imposição era moderadamente humilhante, como o beijo sobre as calças; mas de refutar em outros casos. Enquanto os preceptores tinham de insistir muito para que os noviços realizassem ao menos um dos dois atos

precedentes, como a negação a Cristo e a cuspir na cruz, para os beijos, não tinham de se esforçar tanto.

Enfim, o preceptor exortava o novo frade a não ter relações com as mulheres, convidando-o, se não pudesse viver castamente, a unir-se com seus confrades e a não se negar caso fosse solicitado para realizar favores sexuais. Naturalmente, o noviço reagia raivosamente, porém sem sofrer conseqüências, porque não estava prevista nenhuma aplicação concreta desse "*preceito de homossexualidade*": tratava-se, com efeito, apenas de suportar aquelas palavras em silêncio, sem mostrar rebeldia, como numa espécie de prova de submissão.

A catalogação dos testemunhos no processo revela-nos que de cada mil deposições apenas seis atestam relações homossexuais, demonstrando que, no restante, quase sempre havia uma dimensão afetiva: logo, esses vínculos no *Templo* pertenciam a alguns indivíduos, não se tratando, de fato, de um costume difundido, até porque a normativa poderia punir tudo aquilo com a expulsão.

No fim da cerimônia, a "*vítima*" de todas essas imposições era enviada para o *capelão templário*, a fim de se confessar das *culpas recém-cometidas*, permitindo a ele que desse a absolvição. E mais uma vez, a classificação nos permite perceber um dado interessante, isto é, os padres do *Templo* confortavam esses penitentes dizendo-lhes que não se tratava de uma culpa grave e que, se tinham remorso e vergonha, eles seriam absolvidos. Freqüentemente, porém, esses se confessavam com padres *externos ao Templo*, geralmente franciscanos ou dominicanos, os quais naturalmente ficavam fartos, alimentando sua moralidade, dizendo que os mesmos se encontravam em pecado e incitando-os freqüentemente a fugir da *Ordem*: as indiscrições desses sacerdotes de boa-fé, que eram

completamente desconhecedores da verdadeira função do cerimonial secreto do *Templo*, seguramente alimentaram a fama sobre o vulto "*obscuro*" da Ordem.

## 2. A prova secreta de ingresso

Quando finalmente o papa pôde interrogar pessoalmente os *Templários*, ele fez uma série de perguntas direcionadas que visavam a esclarecer certos mecanismos dos quais eleja havia tomado conhecimento no ano anterior, quando as suas suspeitas o haviam induzido a obrigar Jacques de Molay a dar-lhe uma cópia escrita da regra templária. Segundo o pontífice, o problema residia na própria normativa, que era mantida secreta, permitindo que os frades recebessem informações apenas pela boca de seus superiores: a limitadíssima circulação da verdadeira normativa *templária* alimentava os equívocos entre a lei escrita, oficial, e as tradições não escritas, oficiosas, mas em todo caso, obrigatórias, porque os superiores impunham que fossem respeitadas. Clemente V pôde apurar que nenhum dos frades reunidos diante dele jamais lera qualquer um dos passos do livro dos *estatutos do Templo* e os mesmos preceptores responsáveis de grupo, isto é, de toda uma circunscrição, possuíam do corpo normativo apenas alguns extratos que diziam respeito a tarefas específicas enquanto o texto integral era guardado pelo *Grão-Mestre* e pelo *colégio de anciãos*: todos os outros, portanto, acreditavam naquilo que lhes era dito.

Durante a sua investigação, o papa pôde saber também que essa tradição estava em uso no *Templo* há pelo menos cem anos: mas qual era o seu significado? E, sobretudo, qual seu escopo? A opinião mais acolhida no interior da *Ordem* sobre a função desse estranho ritual era a que o identificava como uma prova de coragem e de tempera marcial. Sabemos que os sarracenos torturavam os cristãos capturados, constrangendo-os a renegar *Cristo e cuspir sobre a cruz*, antes

de lhes impor a adesão ao credo islâmico. Provavelmente, o objetivo dessa cerimônia era o de criar um duro impacto, uma espécie de choque sobre o noviço a fim de verificar a sua reação. Forçado a *renegar Cristo* há apenas poucos minutos após ter abraçado a vida religiosa, o novo *templário* reagia com grande espontaneidade e provavelmente eram essas mesmas reações que interessavam aos preceptores: a tensão, a surpresa e o medo traziam à tona o verdadeiro caráter do homem e era naquele ponto que emergiam a coragem, a convicção, a determinação e também a capacidade de autocontrole, todos dotes essenciais para um *Templário*, destinado a atividades operacionais e a uma carreira de comando. Contrariamente, diante de uma reação covarde e subitamente obediente, decidia-se designar o novo templário para atividades diversas. Se analisarmos as carreiras dos *Templários* da última geração, de fato, notaremos que havia homens que eram enviados rapidamente para a *linha de frente na Terra Santa*, como Jacques de Molay, e outros, que, contrariamente, fizeram uma bela carreira pelo Ocidente, como Hugues de Pérraud, que evidentemente brilhava, sobretudo com suas qualidades administrativas e diplomáticas.

Os preceptores desprezavam a prática do ritual de ingresso, mas o consideravam uma espécie de obrigação a ser mantida, como se tivesse algum valor para a "*formação*" dos novatos; talvez até pelo fato de que a prática os colocasse em contato direto com as violências a que seriam sujeitados se caídos em mãos sarracenas. De outra forma, aprendiam imediatamente o teor da duríssima vida que era levada na *Ordem*. Além disso, a necessidade de abdicar às próprias vontades pessoais para cumprir o comando do superior devia servir para ensinar a ele a obediência absoluta, verdadeira meta de disciplina da *Ordem*. Todavia, os altos dignitários enviados para oficializar as cerimônias desdenhavam quase sempre do

ritual: uma vez terminada a cerimônia oficial, aquela prevista pela normativa escrita, a sua tendência era a de ir embora, confiando a um subordinado o desagradável encargo de completar a segunda parte. Tratava-se, logo, de um aborrecimento que as hierarquias, do alto do poder, procuravam confiar aos *Templários* de menor escalão.

Às vezes, existiam favorecimentos descarados, e quando era um parente do preceptor a ser admitido na *Ordem*, a ele era aplicado um ritual "*reduzido*". Singular e eloqüente é o exemplo de Geoffroy de Gonneville, admitido na *Ordem* com apenas 11 anos por pedido de uma importante família aristocrática ligada à Coroa inglesa. Depois de ter sido acompanhado pelos seus nobres parentes e confiado aos cuidados do preceptor, Geoffroy devia suportar a parte "*admissional*" do cerimonial, da mesma forma como os *Templários* se faziam frades quando adultos e diante das mesmas exigências de negação. Aterrorizado, mas sem perder o ânimo, e evitando encrencar-se com o preceptor de Londres, que, tomado pela obrigação de exigir o ritual, mas também com o temor que lhe inspirava aquela família tão próxima do rei, reduziu-se, enfim, a uma negociação com o ousado garoto dando um generoso "*desconto*" pelos atos devidos:

> *Naquele ponto, o pequeno garoto negou-se a continuar e começou a perguntar onde estavam o seu tio e as outras dignas pessoas que o haviam trazido para lá. O preceptor disse-lhe: "Eles se foram, e agora é necessário que você me obedeça." Mas como ele se negava, decididamente, o preceptor diante de tamanha resistência, propôs-lhe: "Dar-te-ei estas coisas se me jurares sobre os Evangelhos que dirás ter*

> *cometido essas coisas a qualquer um dos Templários que te perguntar!" Fez então um solene juramento e então o preceptor lhe poupou, colocando-o a salvo de todas as coisas. Cobrindo a cruz com as mãos, ordenou-lhe que cuspisse sobre ela. Pediu-lhe que o fizesse sem valer-se de muita indulgência em seus confrontos, respondendo que ele próprio e sobretudo o seu tio, que era familiar do rei da Inglaterra, no passado havia feito muitos favores ao preceptor de Londres e por muitas vezes o haviam levado ao quarto do soberano*.

O episódio é interessante porque mostra de uma parte a preocupação do preceptor londrino, que se sente na obrigação de respeitar o ritual, exigindo ao menos um dos pontos, e de outra, a facilidade com que esse podia ser abreviado. Ainda que a atitude dos preceptores para forçar a obediência fosse variável, e ia da simples exortação a verdadeiras ameaças, muitas vezes golpeados e levados à prisão a pão e água. A natureza do ritual era a de uma falsidade recitada sobre um manuscrito fixo, extraído da crua e direta experiência dos *Templários* salvos das prisões islâmicas, sobre a trama da qual se desenrolavam estranhos elementos: assim como o beijo nas nádegas, tencionado a humilhar o recruta diante dos anciãos, além da exortação verbal à homossexualidade, nascida provavelmente como uma paródia do preceito que impunha ao *Templário* dar tudo de si mesmo à *Ordem e aos confrades*.

É provável que os rituais originários, compostos apenas por aqueles gestos que imitavam as violências sofridas pelos *Templários* nos cárceres islâmicos, referissem-se a uma fase extremamente *antiga na história da Ordem* e não seria

estranho se, ao menos nos seus traços essenciais, uma forma de iniciação parecida se escondesse detrás das palavras lacônicas da regra que impelia os preceptores a se certificar da boa-fé dos candidatos. Os anexos vulgares e zombadores, típicos exemplos da tradição militar, são mais tardios e, provavelmente, inseriram-se entre os costumes da *Ordem*, quando a disciplina tradicional começou a decair: segundo uma fonte *interna do Templo*, isto ocorreu sob o magistério de Thomas Bérard, que governou durante o vintênio crucial das reconquistas do sultão Baibars. Todavia, segundo uma informação de posse do papa, esses fenômenos já ocorriam desde a década anterior.

Uma questão fundamental, muito danosa para a respeitabilidade da *Ordem*, era o caráter puramente alusivo de toda essa manifestação: o novo *Templário* devia entender sozinho qual a lição a ser aprendida e nem os preceptores nem os confrades davam explicações para a cena singular que os havia envolvido logo após o seu ingresso; somente em raríssimos casos, não suportando mais, descontrolavam-se de tanto rir diante da face aterrorizada do noviço, explicando-lhe que se tratava de um trote. O caráter originário do ritual, no entanto, nada tinha de cômico: era uma crua prova de iniciação à duríssima vida militar que o iniciado teria de enfrentar dali em diante e para que aprendesse logo, sem muitas palavras, o que *significava ser um Templário*.

Muito mais difícil de reconstituir são as características do último ponto em que era aplicado o ato de acusação, isto é, a custódia e a veneração secreta de um ídolo, com a forma de uma cabeça masculina barbuda. A pesquisa (como se apresentará mais adiante) tem, até agora, trazido à luz claros traços da existência de uma certa imagem de *Cristo na vida religiosa da Ordem*, unida a um misterioso culto do *Santo Sangue que os Templários* celebravam no ato da *Santa Ceia*, com uma

cerimônia litúrgica única no mundo, talvez derivada de tradições populares de Jerusalém, correspondente aos primeiros séculos da era cristã. A vida espiritual privada dos *Templários*, remodelada pelas incrustações "*comerciais*" de uma literatura pseudo-científica que vende esoterismo e fantasia, é um dos mais interessantes campos da pesquisa.

## 3. Outono de 1307

Avisado da captura dos *Templários* por um mensageiro enquanto ainda tentava concluir a própria terapia, Clemente V retornou imediatamente à Cúria, em Poitiers, onde convocou todos os cardeais para uma reunião em caráter emergencial objetivando estancar a crise. O fato recém-consumado não tinha precedente: o rei da França, *titular do poder laico*, reivindicava o direito de decidir sobre questões relativas à ortodoxia, estendendo, de quebra, sua mão sobre uma ordem religiosa, isto é, um pedaço da *Igreja de Roma*, que somente a autoridade do papa poderia julgar. E os *Templários*, objeto de uma investigação que a Cúria romana estava instruindo, já haviam sido detidos, interrogados e pesadamente lesados na sua reputação por obra da *Inquisição e do rei*. Logo depois da captura, Guillaume de Nogaret havia feito reunir uma multidão nos jardins do Palácio Real de Paris, proclamando publicamente o dossiê de acusação contra a *Ordem*: no momento da cerimônia de ingresso, o novo frade deveria *renegar a Cristo, cuspir sobre a cruz, beijar o preceptor na boca, sobre o umbigo e nas nádegas*. Após isso, era ordenado a não se negar em unir-se carnalmente com os confrades que, eventualmente, desejassem unir-se a ele. Enfim, era denunciada a existência de um ídolo possuidor de uma face masculina com uma longa barba, que os *Templários* teriam adotado secretamente, cingindo-se também com um barbante consagrado através do contato com o próprio ídolo.

O motivo que levou a manobra regia a ser agilizada era o mesmo pelo qual meses antes o *Grão-Mestre Jacques de Molay* havia pedido ao papa abrir uma investigação sobre o *Templo*, ou seja, a vontade de determinar o teor desses procedimentos. O motivo pontifício era o de realizar uma investigação legítima, isto é, envolvida em direito canônico, *interna à Igreja* e substancialmente discreta, cujo fim seria valer-se das *falhas da Ordem* para promover sua reforma: mas era a própria reestruturação que o soberano desejava conter a qualquer custo. Detidos de surpresa, submetidos imediatamente a torturas indiscriminadas para obter confissões de culpa, os *Templários* alimentaram aquela que podemos chamar de opinião pública da época: os guerreiros da fé, que haviam jurado dar a vida para defender a religião, haviam se corrompido a ponto de renegar *Jesus, cuspir na cruz*, cometer depravações, adorar um ídolo e quem sabe quais outras coisas nefastas. Em 25 de outubro, o rei havia organizado uma audiência pública durante a qual o chefe do *Templo* confessara que em sua época devia *renegar a Cristo, cuspindo sobre a cruz* durante a própria cerimônia de ingresso, escandalizando os presentes, que obviamente ignoravam todos os bastidores da disputa. A estratégia regia havia programado envolver os teólogos de Sorbonne, desfrutando de sua autoridade religiosa para dar sustentação ao poder laico da monarquia e criar uma espécie de contra-altar do *papado e da Igreja de Roma*. Durante todo o processo dos *Templários*, os advogados reais procurariam por vezes dar subsídios aos teólogos de Sorbonne, mas dali a poucos meses eles compreenderiam os jogos daquele ato, exibindo uma cuidadosa postura em linha com as orientações pontifícias.

A confissão diante dos teólogos representou um importante passo na estratégia da acusação. Naquele momento, Guillaume de Nogaret anunciou a existência de uma confissão escrita, emitida por Jacques de Molay, com a qual o

*Grão-Mestre*, sob vínculo da sacra obediência, ordenava a todos os confrades confessar os gestos feitos em segredo durante a sua cerimônia de iniciação. A carta, que circulando entre as comendas francesas teve larga responsabilidade junto às torturas, principalmente ao induzir as confissões feitas durante o outono de 1307, era provavelmente falsa, elaborada durante uma deposição irregular, carimbada depois com o *sigilo de prata do Grão-Mestre do Templo*, para conferir-lhe um aspecto oficial. De fato, embora essa se propusesse a servir como prova, não foi apresentada ao papa porque os escreventes da Chancelaria tinham uma grande experiência na identificação de documentos suspeitos. Em suma, o único que pôde agir diretamente foi Guillaume de Nogaret.

Quando a notícia das prisões chegou à Cúria, isso gerou um verdadeiro caos: há cerca de dois anos Clemente V ouvia vozes sobre aquelas obscuras estranhezas em uso entre os *Templários*, e agora essas prisões imprevistas com o seu rastro de difamações deram ao pontífice tremenda má impressão. Se antes ele havia ignorado as insinuações regias, desejando acreditar nos protestos de *inocência do Grão-Mestre templário*, e se ainda naquele verão tardio havia feito vistas grossas às "*confissões*" do *Visitador*, prevendo tratar-se de jogos de poderes para a conquista do magistério, nesse momento o papa estava verdadeiramente preocupado, mas como bom conhecedor dos mecanismos processuais decidiu que, mesmo que *Felipe, o Belo*, tivesse razão, aquela maneira de agir, apressada e ilegal, não podia ser tolerada.

O pontífice via-se obrigado a modular as próprias reações porque boa parte dos cardeais que formavam o *Sacro Colégio* via com bons olhos a política do soberano francês: o nome de Clemente V havia saído de um conclave interminável que colocara em posições opostas as facções fiéis a Bonifácio VIII e aquela outra,

amiga de *Felipe, o Belo*. A escolha de Bertrand de Got havia sido fruto de uma hábil manobra do líder francês, o cardeal Napoleão Orsini, que na prática havia favorecido a eleição de um candidato que agradava a ambos os grupos. Mesmo assim, o chefe da facção bonifaciana, o cardeal ancião Matteo Rosso Orsini, negou-se a aceitar a escolha, abandonando o conclave em seguida.

Durante os primeiros tempos de seu pontificado, Clemente V teve de governar quase incógnito, em razão das condições totalmente excepcionais de seu estado que colocavam a *Igreja* a um risco de cisma. Eleito em território francês, Clemente V teve de permanecer na França por causa das pressões da coroa e restaurar uma prudente retomada de relações diplomáticas entre *Felipe, o Belo*, e a *Santa Sé*, que sob o pontificado de Bonifácio VIII havia sofrido drástica ruptura. Após o breve pontificado de Benedito XI, totalmente dedicado em resolver a crise, Clemente V intensificou a linha política de apaziguamento, conseguindo finalmente restaurar as relações com a monarquia mais poderosa da Europa, mas não sem sentir um gosto amargo: a realização de *prisões à revelia da Igreja romana* pegava-o de improviso, colocando em risco anos de sacrifício e paciente trabalho.

Clemente V logo elaborou uma carta de protesto para *Felipe, o Belo*, sabiamente calibrada nas expressões de condenação, para não alarmar os cardeais favoráveis ao rei e para dar ao soberano certa comodidade para reconsiderar sem ter de executar solenes gestos de desculpas ao pontífice: o tom inusitadamente doce da bula *Ad preclaras*, que ordenava a *Felipe, o Belo*, remeter imediatamente os *Templário*s aos cuidados da *Igreja*, fazia com que todo o incidente não passasse de um erro cometido em boa-fé por alguém que não conhecesse certos ditames do *Direito Canônico*.

O papa teve o cuidado de escolher dois homens que eram bem vistos pelo rei: o primeiro era o cardeal Bérenger Frédol, neto de Clemente V e valente eclesiasta, e o outro, Étienne de Suisy, que no passado havia ocupado o cargo de Vice-chanceler da coroa. Hábeis diplomatas, os dois possuíam também a experiência necessária para apurar a verdade sobre as espinhosas questões que aquele caso impunha: Frédol bem sabia quais eram os *mecanismos da Inquisição*, porque alguns anos antes havia desenvolvido para o papa investigações detalhadas sobre os *abusos do Tribunal* no norte francês, enquanto Étienne de Suisy durante o seu cargo a serviço do rei havia tido a oportunidade de conhecer diretamente os homens e o ambiente do *Conselho da França*.

Chegados a Paris, os dois encontraram-se diante de um verdadeiro muro: em vez de serem conduzidos pelos *Templários*, os homens do Conselho Régio apresentaram-nos aos *mestres de teologia de Sorbonne*, os quais haviam ouvido pessoalmente a deposição do *Grão-Mestre*, dando seu testemunho. Os dois cardeais foram obrigados a retornar à *Cúria* no início de novembro sem ter nem mesmo podido ver os prisioneiros, o que provocou uma verdadeira sublevação no seio do Colégio: uma parte dos cardeais havia apresentado ao papa suas próprias demissões, justificando o gesto com uma razão ousada, ou seja, que Clemente V não se comportava como verdadeiro pontífice, mas sim como um simples fantoche nas mãos do rei. Se temos de acreditar nessa notícia, trata-se então de um fato gravíssimo, uma vez que os cardeais "*demissionários*" eram os mesmos que o próprio Clemente V havia alçado ao topo, quando decidiu completar sua primeira promoção de cardeais. Logo, seus homens de confiança, entre os quais diversos sobrinhos, com os quais o papa tratava de ter a mais estreita colaboração, mas que agora lhe deixava em aberta desvantagem. Dividido entre os que pediam uma

censura explícita contra o rei, que ao ignorar os ditames da bula havia desobedecido às ordens papais, e os outros, que não toleraram o gesto de condenação ao soberano, Clemente V viu-se diante de um senado apostólico irremediavelmente partido, como aquele que ele havia encontrado no momento de sua eleição, e qualquer decisão traria descontentamento de um lado ou de outro, com o risco de que o partido descontente conseguisse um estado de exceção nomeando um novo papa. Tranqüilo, mas também astuto, o pontífice entendeu que aquela ligação era verdadeiramente como uma *caixa de Pandora*, sendo que o melhor que podia fazer naquele momento era ignorá-la totalmente. Talvez, tomando como pretexto o fato de que o rei não estava em Paris e os dois cardeais haviam tratado somente com os *homens do Conselho*, Clemente V considerou que a missão jamais havia ocorrido, pondo-se em viagem com um idêntico objetivo: dessa vez, porém, Bérenger Frédol e Étienne de Suisy haviam recebido a faculdade de *excomungar Felipe, o Belo*, e lançar uma interdição sobre o reino da França se o encontro com os *Templários* fosse impedido mais uma vez.

## 4. A retratação de De Molay e a longa luta pela investigação pontifícia

Em 27 de dezembro de 1307, o *Grão-Mestre do Templo*, Jacques de Molay, pôde finalmente depor diante dos dois enviados do papa e retratar sua outra confissão, denunciando que ela havia sido arrancada dele sob tortura. Segundo uma testemunha, ele teria pedido para depor em público diante de uma multidão reunida na catedral de Notre-Dame, onde se despiu para mostrar os sinais das torturas que lhe haviam inferido sobre todo o seu corpo. Outra testemunha conta que De Molay

teria organizado uma espécie de resistência à manobra de acusação, fazendo passar pelos quartos onde os frades estavam reclusos algumas tabuletas em que estava escrito que os cardeais seriam reunidos e que todos os *Templários* deviam refutar as suas declarações. Com efeito, sabemos que o papa havia proibido que se prosseguisse com o *interrogatório dos Templários* até que esses estivessem sob a custódia regia, e que cada coisa deveria ser levada adiante somente quando se tivesse a certeza de se poder trabalhar sem interferências.

Não podemos afirmar com certeza se havia contatos entre os prisioneiros e os cardeais antes da retratação, mas tudo faz crer que a "*revolta*" *templária* daqueles dias tivesse sido de alguma forma combinada. Alguns historiadores suspeitam que a deposição de De Molay em Notre-Dame seja fruto de invenção, todavia, se podemos legitimamente duvidar dos detalhes, temos de concordar com seus efeitos, isto é, provocar por intermédio do papa a revogação dos poderes da *Inquisição*, motivada pelo abuso sofrido pelos detentos.

Por volta do fim de janeiro, logo depois do retorno à Cúria de dois embaixadores que traziam a notícia dos fatos ocorridos, o papa suspendeu as *faculdades do Tribunal da França*, visando a bloquear todos os procedimentos contra os *Templários* e que estavam sendo levados a cabo com a ajuda do decreto sancionado por Guillaume de Paris alguns meses antes. A posição do pontífice era muito clara: seguro da má-fé utilizada na condução do processo, ele queria interrogar pessoalmente os *Templários* e não reconheceria os *poderes da Inquisição* até que o rei tomasse a decisão de remeter os prisioneiros às *mãos da Igreja*.

A custódia pontifícia dos homens e dos bens do *Templo* era um fato indispensável: com efeito, bem pouco tempo depois das capturas na França, o rei de Aragão, Giácomo II, havia começado a pensar no que fazer com os bens localizados

em seu reino, chegando até mesmo a pedir ao papa a graça de poder obter para si alguma doação subtraída do patrimônio sob seqüestro, caso a culpa fosse comprovada. Ligo, Clemente V teve de emitir urna bula em 22 de novembro para ordenar que as posses *templárias* em toda a cristandade fossem remetidas à custódia apostólica, a fim de impedir a corrida aos saques que já estava em ação, enquanto o papa, única autoridade viva no direito de *julgar os Templários*, não havia nem mesmo visto o rosto dos imputados.

Durante todo o transcorrer da primavera de 1308, houve acirrada batalha política entre o pontífice, decidido a não conceder os *poderes à Inquisição*, até o momento em que ele pudesse interrogar pessoalmente os *Templários*, e os juristas do rei da França, que envenenaram o clima da Cúria, criando um ambiente que ameaçava repetir os eventos de Anagni e pelo qual se acusava o mesmo Clemente V de favorecer a *heresia do Templo*. Depois, foi a vez dos libelos difamatórios, o mais interessante dos quais contesta a decisão apostólica de suspender o processo porque a *confissão do Grão-Mestre* havia sido extraída sob tortura, provando assim que o rei foi obrigado a justificar-se por qualquer coisa que ocorresse em Notre-Dame.

Os advogados do rei chamaram também para a causa os teólogos de Sorbonne, convidando-os a se expressar sobre a obra do soberano e pedindo-lhes que encontrassem argumentos que sustentassem a bondade de suas ações: eles, no entanto, bem conhecedores daquilo que estava em jogo, limitaram-se a concordar que o rei era bem intencionado, mas rebateram o direito exclusivo do papa de julgar os *Templários*.

Seguiu-se uma série de escritos pelos quais o pontífice era acusado de nepotismo e de ter constantes relações com a condessa Brunissenda de Périgort;

entretanto não teve o efeito esperado, uma vez que a bela mulher não residia próximo à Cúria. Enfim, Bertrand de Got foi ameaçado pela imunidade dos próprios parentes, que, depois de sua morte, corriam o risco de entrar em conflito. Em junho de 1308, após meses de luta, o rei da França teve de se render diante da firmeza do papa, afirmando que aquele homem teria sido capaz de ter o processo em suas mãos até o fim. Assim, foi decidido o envio de uma *seleção dos Templários* prisioneiros, realizando com cuidado a inserção entre eles de alguns excomungados procurados pela *justiça da Ordem*, a fim de dar ao papa a pior impressão possível. O comboio, composto de cerca de 70 prisioneiros transportados sobre carros e levados presos uns aos outros pelos pés e mãos, compreendia também os expoentes principais do Estado-Maior, isto é, o *Grão-Mestre, o Visitador do Oriente e do Ocidente, o Preceptor da Normandia e o das províncias de Aquitânia e Poitou*. Realizados três quartos da viagem, próximo da fortaleza real de Chinon sobre o Loire, a caravana sofreu um imprevisto redimensionamento e o carro contendo os mais altos dignitários terminou ali a sua viagem em vez de chegar ao papa em Poitiers.

Apresentando ao pontífice o pretexto que os *Templários de maior grau* estavam doentes e não podiam cavalgar, o soberano e os seus estrategistas moviam-se sob escolta como no outono passado, quando se tentou impedir a todo custo o encontro entre os *chefes templários e a autoridade pontifícia*, o que muito se temia e que havia colocado em discussão a revogação das deposições. Nesse momento, o papa dispunha somente de suas razões de direito, enquanto o rei possuía a força militar de seu exército, pretendendo, inclusive, sabotar a validade do procedimento pontifício: se Clemente V houvesse optado por um veredicto favorável ao *Templo*, como evidentemente se pensava, teria tido uma relevância modesta

porque não contemplava as declarações dos chefes que sabiam como as coisas tinham ocorrido de fato. Um mesmo objetivo havia norteado a escolha dos *Templários*: de se enviar ao papa, sobretudo, sargentos e personagens de classe modesta que não melhoravam a imagem *moral e material da Ordem*.

O plano do rei, ou mais corretamente dos juristas a quem *Felipe, o Belo*, havia delegado a condução do processo, baseava-se em uma série de expedientes que visavam a impedir cada manobra do pontífice sem jamais entrar em conflito com o mesmo. Conhecedor de tudo isso, Clemente V adotou uma estratégia análoga. Após um ano de opressões, atos ilícitos, batalhas diplomáticas e mistificações, finalmente o papa podia ver pessoalmente os *Templários*, ainda que o grupo fosse "*decapitado*" com a subtração dos dignitários mais representativos: da mesma forma, decidiu pelo inquérito que lhe havia custado quase um ano de luta, para resolver ao seu modo a questão da ausência dos chefes.

Entre 28 de junho e 2 de julho de 1308, Clemente V presidiu uma Comissão de Cardeais que poderia finalmente conduzir a investigação da *Cúria romana sobre os Templários*: os documentos originais, quase todos obtidos, permitem-nos verificar que se tratou de um procedimento "*honesto*", desenvolvido em pleno respeito ao direito, sem nenhuma forma de pressão sobre os imputados, que, aliás, foram convidados a denunciar as violências que haviam sofrido precedentemente para colocar às claras quais partes de suas declarações dependiam de tortura.

Na investigação, trabalharam somente os notários pontífices que redigiriam os seus atos realizando um trabalho de controle recíproco, a fim de evitar que erros de duplicação interferissem na visão geral dos fatos. A mesma escolha dos cardeais colaboradores era inspirada em um princípio de equilíbrio: o papa

escolheu seus dois "*veteranos*" em *questão templária*, isto é, o neto Bérenger Frédol e o cardeal Étienne de Suisy, empregados de primeira linha desde o outono precedente; mais dois homens do partido filofrancês, corretos e fiéis à Igreja, o napolitano Landolfo Brancacci e o francês Pierre de La Chapelle-Taillefer; e, por fim, um homem publicamente comprometido, que seria Pietro Colonna, este último um dos acusadores de Bonifácio VIII e que, após ser excomungado e reintegrado na política de retomada de relações entre a *França e a Santa Sé*, foi convocado, apenas e provavelmente, porque a *Comissão refletisse todas as orientações do Sacro Colégio*.

Presenciando pessoalmente os interrogatórios, Clemente V teve uma idéia de como funcionariam os rituais de *ingresso ao Templo* e, progressivamente, a forma como procediam, indagando por intermédio de uma série de perguntas focadas na difusão desses abusos. No fim de sua investigação, o papa havia compreendido que existia um hábito estranho *perpetuado pela Ordem* como um "*teste*" obrigatório e inevitável, que impunha ao *novo membro renegar Cristo e cuspir sobre a cruz*. Uma tradição indigna, por meio da qual se desenrolavam atos vulgares e violentos e que não podiam ser confundidos com heresia, que previa a íntima adesão a certas doutrinas também existentes naquele tempo.

*A culpa dos Templários*, logo, era a de ter tolerado o desenvolvimento desse vergonhoso ritual sem erradicá-lo energicamente ou denunciá-lo a uma autoridade superior. O contexto do processo havia, além disso, trazido à luz fatos de menor gravidade, como abusos de poder, furtos e mesquinharias cotidianas em que não caberia a acusação de heresia, mas que no entanto haviam contribuído para manchar de maneira indelével a *honra da Ordem*, que por quase dois séculos fora considerada como a ponta de *diamante do Cristianismo*. Ainda que se houvesse

*lutado duramente para ter sua investigação, Clemente V não pretendia de fato perdoar as mentiras do Templo*, porque pensava do mesmo modo que seus predecessores, que já no Concilio de Lion, em 1274, acreditavam que as ordem militares entrariam em uma crise irreversível, necessitando de reformo radical. O objetivo do papa era, sim, o de *obrigar os Templários*, *contrários à fusão com os Hospitalários, a assumir a responsabilidade de seus atos e, junto disso, compreender que a sobrevivência da Ordem dependia da sua transformação*. Por esse motivo, necessitava estancar os efeitos negativos da difamação operada pelo rei da França e criar os pressupostos concretos e ideais para a realização da nova ordem. No final de suas investigações, o papa impôs aos *Templários* o pedido de perdão, depois, absolveu-os da excomunhão católica. As fontes indicam expressamente que Clemente V estava trabalhando em uma reforma do *Templo* que seria levada a cabo pela concessão de uma nova normativa. Isso coincide perfeitamente com o interesse do papa em relação à *regra templária*, tanto em relação aos testemunhos como também às perguntas que ele próprio realizou aos membros *da Ordem* envolvidos na investigação. A reintegração jurídica e moral da *Ordem*, garantida pela absolvição, era um pressuposto indispensável.

## 5. O pacto de Chinon

No dia 10 de julho seguinte, o pontífice fez repetir a *absolvição coletiva aos Templários penitentes* na residência do cardeal Pierre de La Chapelle, que, cinco dias antes, havia nomeado seus administradores oficiais. *Felipe, o Belo*, encontrava-se junto à Cúria em Poitiers e lá permaneceu ainda por mais dez dias a fim de controlar os eventos, partindo depois, em 20 de julho, para Paris, deixando junto ao papa o advogado Guillaume de Plaisians, para manter a situação sob controle e cuidar dos interesses da Coroa. Tudo parecia tranqüilo: Clemente V havia

*absolvido a seleção de Templários* envolvidos na audiência, os quais, porém, ainda permaneciam sob a custódia dos soldados régios, e também parecia resignado acerca da ausência dos dignitários que continuavam presos na fortaleza de Chinon. Ciente de que a desproporção de forças não teria jamais permitido a ele vencer a partida e julgar pessoalmente os *chefes do Templo*, o papa mostra uma atitude quase fatalista, como a de quem espera que um sinal do alto intervenha para livrá-lo daquelas dificuldades que transcendem os seus recursos. Em 12 de agosto, Clemente V tem um estímulo que faz tornar pública a leitura de uma bula intitulada *Faciens misericordiam*, redigida quatro dias antes: é acordado um grande concilio ecumênico com dois anos de duração para discutir os problemas mais urgentes que dizem respeito à cristandade, entre os quais a organização de uma nova cruzada, e também para a discussão do problema t*emplário*. São realizadas diversas investigações em toda a cristandade com o objetivo de reunir as deposições dos imputados e transmiti-las à autoridade pontifícia, que decidirá sobre a sorte da *Ordem*. Nessa mesma sede, o papa emite um veredicto sobre os *chefes da Ordem Templária*, que, nesse entretempo, ficarão isolados, não sendo permitido a ninguém interrogá-los.

No dia seguinte, em 13 de agosto de 1308, Clemente V decreta o início das férias de verão, que interromperiam a atividade política e judiciária da Cúria, retirando-se para o interior. Com toda a probabilidade, os agentes de *Felipe, o Belo*, junto à corte pontifícia deixam Poitiers para entrar em Paris: há todo um clima de férias, tudo está parado, o papa está gozando do ar fresco dos campos e a questão *templária* foi remetida a um concilio que não se abrirá senão depois de dois anos. Nas primeiras luzes da manhã, os cardeais Bérenger Frédol, Étienne de Suisy e Landolfo Brancacci partem da cidade e viajam diretamente para Chinon, não

respeitando nem mesmo a festa de Nossa Senhora da Assunção, uma das maiores no ano litúrgico. O papa nomeou secretamente seus plenipotenciários para realizar a investigação sobre o *Grão-Mestre e os outros dignitários do Templo* que, por sua vez, não podem dar um passo sem que os observadores do rei saibam imediatamente. O *cardeal La Chapelle, curador e tutor legal dos Templários* para a *Igreja*, estranhamente não faz parte da *Comissão*: assim, enquanto o papa e o seu delegado pela questão *templária* ficam imóveis, seguramente sob estreita vigilância, Bérenger Frédol e os outros dois tomam a atitude de partir em segredo. O contumaz e culto Jean Bourgogne, que o rei de Aragão havia colocado junto à Cúria para obter notícias de primeira mão sobre os acontecimentos, conseguiu obter alguma informação somente seis dias depois da partida dos cardeais, quando a missão que o papa havia confiado a ele estava praticamente terminada.

Em Chinon, os três cardeais encontram os membros do Estado-Maior e expõem a sua situação, inclusive as intenções do papa que deseja remover a vergonha do processo através de uma regeneração moral, procedendo à unificação das ordens militares, pressuposto indispensável para a cruzada, e desejando realizá-la o quanto antes. A situação *jurídica dos Templários* fica muito comprometida: ainda que esteja claro o fato de não serem hereges, uma vez que os atos de repúdio à fé foram cometidos com base em costumes tradicionais (uma espécie de odiosa comédia imposta pelos superiores), a *doutrina da Igreja* deixa claro que eles são culpados, ainda que levando uma culpa não tão grave como a que se supunha. Segundo o *Direito Canônico*, aquele que participasse de um ato de repúdio à fé, mesmo que sem convicção, põe-se para fora da comunhão católica e se torna, portanto, um excomungado que pode ser absolvido da sua culpa, mas não beneficiado. A situação apresenta um paralelo próximo ao caso dos infiéis, aqueles

que durante a perseguição realizada pelos pagãos haviam renegado o *Cristianismo* para escapar do martírio: ainda que se tratasse apenas de autodefesa e não dedicassem nenhuma fé aos pagãos, aqueles cristãos eram, de qualquer forma, culpados e estranhos à comunhão dos crentes. Os *padres da Igreja* haviam sancionado um severo juízo: todos os que se mancharam com a apostasia podiam ser absolvidos, mas somente se tivessem pedido solenemente o perdão, aceitando a penitência imposta. Já pelos atos do rito secreto de ingresso, os *Templários* eram, ao contrário, apenas excomungados. Nesse momento, o papa encontrava-se vinculado a uma situação de difamação pública e, sobretudo, havia mil anos de *doutrina da Igreja*, que nem mesmo ele, sendo o sumo pontífice, podia contradizer. Logo, a *sobrevivência do Templo* podia passar unicamente pela humilhação solene, do pedido de perdão e pela aceitação da penitência, e isto consistia em aceitar a *fusão com o Hospital*, o que Clemente V acreditava ser política e historicamente necessário.

O ato original da investigação realizada a portas fechadas em Chinon e reencontrada depois de setecentos anos nos *Arquivos Secretos do Vaticano* restitui o êxito do procedimento, que foi concluído com a absolvição dos chefes e sua total reintegração na comunhão católica. Muitos detalhes mostram que Jacques de Molay estava em profundo conflito com Hugues de Pérraud, realizando intensas negociações, fazendo o *chefe templário* curvar-se diante das propostas do papa.

Em 20 de agosto de 1308, a investigação de Chinon era concluída deixando o *Estado-Maior do Templo* absolvido da acusação de heresia, reintegrando-o à comunhão dos sacramentos. No retorno dos comissários à Cúria, o papa preparou uma segunda versão da sua bula *Fadens misericordiam*, "*atualizada*", que rebatia os conceitos expressos na primeira edição, mas trazendo a notícia de

que os *chefes do Templo* estavam absolvidos e que agora se encontravam protegidos em uma ilha de *imunidades judiciárias* para que ninguém, exceto o pontífice romano, pudesse interrogá-los. A publicação dessa bula dava aos agentes régios a idéia de que o papa pretendia abandonar os *chefes templários* ao seu próprio destino. Assim, mesmo enquanto estes esperavam as resoluções ao cabo de dois anos, os três plenipotenciários já haviam previsto a absolvição dos prisioneiros, sendo que a bula, que dava essa notícia, estava já preparada há cerca de oito dias, de modo que qualquer atitude tomada pelo soberano não modificasse as coisas já realizadas.

## 6. O Templo ou a Igreja de Roma

Com a investigação de Chinon, Clemente V pretendia, talvez, devolver a Felipe, o Belo, o tiro pela culatra dado no ano anterior quando ele, às vésperas de retornar das férias e de instruir a investigação da *Igreja sobre os Templários*, havia ouvido de um mensageiro que os seus imputados já tinham sido capturados, interrogados e declarados culpados. Mesmo assim, obteve um sucesso efêmero, como ele mesmo logo pôde verificar.

O antigo plano régio de processar Bonifácio VIII não havia caído no esquecimento nem mesmo após a morte do pontífice, já que o desaparecimento físico de Benedito Caetani não dava fim nas sanções que ele havia decretado a *Felipe, o Belo*. Entre as sanções decretadas estava a perigosa excomunhão redigida na *Super Petri solio*, com a finalidade de impedir a oficialização do que havia sido concretizado durante o *atentado de Anagni*: sabia-se que a bula havia sido emitida pelo papa em suas plenas faculdades mentais, e o texto, ainda que jamais promulgado, era uma perigosa espada de Dâmocles que poderia comprometer a

legitimidade da Coroa francesa. Havia, depois, outros documentos contra Felipe, o Belo, e que o papa havia emitido nos momentos mais ásperos de seu conflito, como a bula *Ausculta filii* além da *Unam sanctam*, que sancionava a impossibilidade da salvação eterna para quem se encontrasse fora da *Igreja de Roma*, condição esta que *Felipe, o Belo*, entrado em profundo conflito com o pontífice, beirava perigosamente.

Clemente V encontrara em sua longa experiência jurídica e diplomática um hábil estratagema para reduzira tensão fazendo riscar dos suntuosos registros de Bonifácio VIII os passos que soavam demasiadamente duros contra o rei, de modo que, eliminada a matéria contrastante, *Felipe, o Belo*, não teria mais interesse em declarar como ilegítimo todo o pontificado dos Caetani. A *tarefa do Templo* e especialmente o golpe executado pelo papa com o evento de Chinon induziram os estrategistas régios a se desfazer da espinhosa questão do processo contra Bonifácio VIII para usá-la como moeda de troca.

O soberano solicitou formalmente a abertura de um processo em memória do falecido Benedito Caetani que teve de seguir as pegadas de um terrível precedente ocorrido no período mais negro de toda a história do papado, quando o trono apostólico estava à mercê dos conflitos entre as facções da nobreza romana. No ano de 891, *Formoso* havia subido ao trono apostólico, clérigo este com uma carreira eclesiástica complexa e muito discutível. Enquanto ocupou o cargo de bispo do Porto, *Formoso* fez-se conhecer por intermédio de sua brilhante habilidade política e diplomática, no entanto, uma facção rival interrompeu a carreira, boicotando sua candidatura a *Patriarca da Bulgária*, com o pretexto de que os cânones vetavam a um bispo passar de uma sede episcopal para outra. Envolvido nas tramas de um alto funcionário da corte apostólica, *Formoso* cometeu o erro de

fugir, o que o tornou culpado perante os olhos de todos, sendo excomungado com outros conspiradores verdadeiros. Em seguida, durante o *Concilio de Troyes*, atirara-se aos pés do papa Giovanni VIII que o absolvera, fazendo com que, em troca, o mesmo jurasse não retornar mais a Roma e que não procurasse mais reassumir seu lugar na antiga sede no Porto. Nos anos seguintes, Marino I foi eleito papa e, já sendo bispo em *Caere*, fez cair no esquecimento a convocação aos cânones que privou *Formoso do Patriarcado da Bulgária*. De resto, Marino operou uma espécie de reparos nas relações que os partidos mantinham entre si, e, com essa linha política, Formoso recebeu sua cátedra episcopal do Porto, apesar do juramento prestado anteriormente a Giovanni VIII.

Com a morte de Estêvão V, no ano de 891, o nome de Formoso impôs-se pela sua experiência e também pela indubitável qualidade que os historiadores lhe atribuem. Como papa, talvez o único erro cometido foi o de se comprometer em favor de Arnolfo, rei da Alemanha, que aspirava reconquistar a coroa imperial contra a casa dos duques de Spoletò, que ambicionava o mesmo título. Em 895, Arnolfode de Carinzia chegou a Roma, onde Formoso, durante uma solene cerimônia, coroou-o imperador. O soberano logo depois seria morto, seguido por Formoso, que foi sepultado na Basílica de São Pedro, juntamente com seus predecessores. A eleição de Estêvão VI, um expoente da facção hostil a Formoso ao partido alemão, foi a premissa do episódio passado para a história como o "*Concilio do Cadáver*". O novo pontífice naquela sede teria a possibilidade de declarar ilegítimo o papa Formoso e, por conseqüência, invalidar a coroação que este havia promulgado. Os despojos do papa, que jaziam na tumba há diversos meses, foram exumados e ele, ainda paramentado como papa, foi colocado sobre um assento e, em uma macabra

recitação, o mesmo Formoso "*reconhecia*" suas culpas por intermédio de um diácono aterrorizado.

Condenado como papa ilegítimo por ter violado as prescrições canônicas que na realidade o papa Marino teria revogado, o seu cadáver foi mutilado na língua e nos três dedos da mão direita, pelos quais haviam partido as ordenanças. Enfim, foi atirado no rio Tevere, sendo recuperado secretamente em suas margens por um corajoso monge. O cenário que *Felipe, o Belo*, pretendia expor à custa do falecido Benedito Caetani seria o de percorrer exatamente todas as macabras passagens do concilio do cadáver, com exceção do uso do próprio cadáver, que, jazendo em sua tumba há cerca de cinco anos, presumia-se estar já reduzido a somente um punhado de ossos. Assim, interpretando o pavoroso ato *noir* com o qual os estrategistas de *Felipe, o Belo*, prepararam todos os processos políticos de seu reino, chantagearam Clemente V com a ameaça de se *reexumar* os ossos do falso papa Bonifácio VIII em um procedimento declarado como herético, blasfemo, ateu, dedicado à feitiçaria, queimando, enfim, os restos dos inimigos da fé.

O resultado da operação contra a autoridade apostólica superava em muito a de seu precedente: Formoso, de fato, havia sido processado por ter violado a proibição canônica de passar de uma sede episcopal para outra, sem prejuízo moral, enquanto neste caso um papa era acusado por um titular do poder laico por atos religiosos de heresia e feitiçaria, como se o rei da França representasse a boa-fé ao pontífice corrompido. A fogueira feita com os restos de Bonifácio VIII teria servido somente para mostrar com o seu espetáculo a total inversão no sistema das instituições, a fim de imprimir no imaginário coletivo a idéia de que uma nova época se iniciava e que o poder laico carismático da monarquia francesa guiaria a sociedade cristã, se necessário, como alternativa à autoridade papal, julgada num

estado tal de decadência que não podia mais desenvolver seu papel. E enquanto se preparava a fogueira a ser acesa na praça, no *Palácio Real* os homens do *Conselho* redigiam um programa para reformar completamente a *estrutura da Igreja*, reunindo em torno do soberano a fidelidade dos bispos, na hipótese de se criar uma *Igreja francesa autônoma e separada de Roma*.

Em outubro de 1308, quando Clemente V apenas havia assinalado a sua vitória judiciária em Chinon, o plano régio dava seu primeiro passo: o bispo Guichard de Troyes foi acusado de bruxaria e queimado na fogueira, embora o mesmo pontífice o tivesse absolvido. Com esse gesto, *Felipe, o Belo*, pretendia demonstrar que a *Igreja de Roma* estava contaminada completamente pela heresia, uma vez que um papa, um bispo e por que não toda uma ordem religiosa estavam afundados na corrupção. Poucos meses depois, o cardeal Napoleão Orsini escrevia ao rei alegando ter encontrado na Itália a autoridade máxima que provaria a culpa de Bonifácio VIII e que estava pronto para trazê-la à França a fim de que participasse do processo. O papa, já neste momento afastado pela doença que o afligia há anos, renunciou à luta abandonando a *Ordem Templária* ao seu próprio destino. Enquanto fosse chefe da *Igreja de Roma*, ele era antes de tudo responsável pela segurança daquela instituição, fazendo a chantagem de *Felipe, o Belo*, partir-se em duas. Foi, sobretudo, um cálculo de ordem prática guiou o pontífice a uma escolha que lhe parecia óbvia: os *membros da Ordem*, que não haviam sido mortos na prisão ou sob a tortura dos soldados régios, estavam desmotivados e derrotados, vencidos pela infâmia que se abatera sobre o grupo, e, mesmo que fossem bem-sucedidos em salvar a *Ordem*, pouquíssimos deles teriam desejado fazer parte dela.

A *Igreja* precisou embarcar então em outro embate similar ao que foi enfrentado por Bonifácio VIII em seu tempo, com a perspectiva de ir ao encontro de

uma ruína certa, dada a desproporção de forças, mas visando a obter a sobrevivência jurídica de uma ordem já manchada com a infâmia, e que talvez continuasse existindo somente na vontade de alguns de seus membros mais ferrenhos. Em agosto de 1309, quando a ação do rei já havia dado convincente prova de força, Clemente V escrevia uma carta a todos os bispos da cristandade que, apesar de já há quase um ano estarem encarregados de *abrir inquéritos sobre os Templários de suas dioceses*, não haviam ainda sido instruídos sobre qualquer procedimento. A carta explicava "*a todos aqueles que tinham a esperança de que o pontífice destilasse uma nova regra para os Templários*" que aquilo não ocorreria, logo, exortava-os a não prorrogar por mais tempo as audiências. Aquela parte do bispado que não se opunha ao *Templo* estava convencida de que Clemente V pretendia salvar e *reformar a Ordem*, um fato bem compreensível se considerarmos que a bula enviada aos bispos para ordenar o desenvolvimento das investigações diocesanas iniciava-se com a frase Concedendo o perdão e que nenhum outro documento com uma premissa daquelas poderia conter uma ordem de condenação. Toda uma série de fontes escritas por pessoas que se encontravam junto à corte pontifícia exprime a mesma convicção, ou seja, a de que o papa estava trabalhando um modo para garantir a sobrevivência do *Templo*. À luz desses conhecimentos, explicam-se as atitudes de alguns altos prelados como Rinaldo da Concorezzo, arcebispo de Ravenna, que *ordenou a absolvição dos Templários* de sua diocese por falta de provas, ou como Peter di Magonza, que se preocupou em redigir um inventário detalhado dos bens *possuídos pela Ordem* em seu território, de modo a poder recuperar todos os bens quando o *Templo* estivesse reabilitado.

Em agosto de 1309, Clemente V, que se deu conta de estar pressionado e escolhendo aquilo que em sua consciência lhe parecia o mal menor, sacrificou a

existência da *Ordem Templária* para salvar a *unidade da Igreja*. O fim da *Ordem* estava então decretado, tratava-se agora de salvar os *ex-Templários*.

## 7. Do Concilio de Viena à morte de Jacques de Molay

Entre o fim de 1309 e princípios de 1310 começaram em toda a cristandade os inquéritos diocesanos que Clemente V havia ordenado no verão de 1308. Em 5 de julho daquele ano, o papa havia *concedido à Inquisição os seus poderes judiciários*, especificando, no entanto, que as investigações seriam confiadas aos bispos locais, permitindo ao *Tribunal* participar somente com um papel secundário, caso desejasse mesmo intervir. As ações do órgão dependiam do fato de que o pontífice já havia esclarecido que os *Templários não eram hereges*, mas se sabia também dos abusos que manchavam a instituição, auxiliando o rei da França contra a liberdade da Igreja. No Concilio de Viena, Clemente V fez que fossem aprovadas duas medidas que proporcionariam substancial redução das interferências do *Tribunal*, atitude esta que se explica também pela experiência adquirida durante todo o processo contra o *Templo*.

A prestação de contas das investigações foi redigida em atos notariais e expedida à Cúria, onde os oficiais da Chancelaria providenciaram a formação de um amplo dossiê que interessava, praticamente, a todo o mundo cristão. O teor dos procedimentos refletia a orientação política de cada uma das áreas de influência do *Templo*: na França e nas áreas sujeitas à influência francesa, continuou havendo muitos abusos, pesadas torturas e demais mistificações, enquanto em zonas livres desse tipo de interesse, como, por exemplo, no Chipre e na área ibérica, os documentos restituem uma imagem de maior respeito pela legalidade. A parte regia procurou de todos os modos colocar o *conjunto de provas contra a Ordem*, como no trágico caso dos 54 Templários declarados inocentes que foram atirados à fogueira

em 1310 por uma ordem regia emanada de forma totalmente inesperada, violando completamente a autoridade pontifícia. Na ocasião, os teólogos de Sorbonne haviam se manifestado contra a decisão, declarando-a completamente ilegal, mas este seu parecer jamais foi levado em conta.

No local onde o *poder da Inquisição* era mais forte, isto é, no sul da França, encontramos atestações de culpa freqüentemente *ligadas à feitiçaria*, como o encontro de bruxos e as orgias coletivas que superavam em muito a gravidade das acusações expressas *por Felipe, o Belo*, as quais não continham nenhuma menção ao satanismo e que mencionavam apenas um desconhecido ídolo barbudo. Assim, procurou-se imputar aos acusados todas as culpas que o imaginário coletivo local possuía de mais abominável. No Chipre, ao contrário, existiam cavaleiros que haviam participado da desesperada defesa de Acri em 1291 e que traziam em seus testemunhos tanto o *heroísmo militar quanto a fé dos Templários*, especialmente do ilustre *Mestre Guillaume de Beaujeu*, do qual estes recebiam atos de beneficência. Houve também um cavaleiro encarregado de *cuidar dos Templários* prisioneiros em sua comenda e que pôde presenciar um milagre eucarístico ocorrido durante a missa que o *capelão da Ordem* celebrava cotidianamente: a hóstia erguida durante o ritual tornou-se enorme entre as mãos do *padre templário* e brilhante como a neve sob o sol, a ponto de ofuscar a visão.

A chegada de toda essa documentação à Cúria, no fim de 1311, pôs novamente Clemente V diante de seu doloroso dilema: ele, que nos últimos dois anos havia se erguido do processo deixando a condução do mesmo aos cuidados dos diversos bispos, viu-se ainda embaraçado e ressuscitou a esperança de assegurar alguma forma de fazer o *Templo sobreviver*, idéia esta que ainda perdurava em seu coração. Durante a grande audiência que se desenvolvera em

Paris entre 1310e 1311, muitos *Templários* haviam dado prova de sua coragem, desejando firmemente manter os seus votos; quinhentos deles, inclusive, haviam sido apresentados aos bispos comissários para testemunhar em *defesa da Ordem*.

Clemente V fechou-se com seus colaboradores, os padres conciliares, junto à abadia de Maucène, onde trabalharam por semanas no exame dos enormes dossiês elaborados e enviados pelas outras comissões processuais de todas as audiências. Naquele momento, o papa elaborou um relatório resumido das evidências recolhidas durante o processo e as trabalhou agregando anotações aos fatos que lhe pareciam mais relevantes. Os resultados dessa comissão foram levados ao Concilio de Viena, aberto sob a presidência do rei da França. O papa, ainda que fisicamente próximo da pessoa de *Felipe, o Belo*, e aquela do Delfim, chamou todos os padres presentes a assumir suas responsabilidades nas decisões que seriam tomadas. A maioria dos eclesiásticos presentes, assim, não pôde se eximir, por aceitar que o superior interesse da Igreja exige grandes sacrifícios.

Ainda que os atos do processo não tenham chegado a comprovar a acusação de heresia, a *Ordem do Templo* foi suspensa pela vergonha que manchou muitos de seus membros. A suspensão, declarada como sentença não-definitiva, foi motivada por causas de força maior e pela necessidade de se evitar que a Igreja sofresse um gravíssimo dano. Os *ex-Templários* poderiam voltar a fazer parte de alguma outra ordem religiosa, até mesmo do *Hospital*, apesar de uma antiga proibição reconsiderada pelas novas sanções. Os *bens da Ordem* seriam devolvidos *ao Hospital* para que fosse respeitada a vontade dos doadores, que os haviam deixado como contribuição para a causa da cruzada.

Os *chefes do Templo*, ainda ilegalmente detidos pelos agentes régios, foram protegidos juridicamente pela imunidade sancionada pelo papa, que esperou

pelo momento certo para poder garantir a salvação dos mesmos. Jacques de Molay por vezes tentou se fazer ser ouvido pelo pontífice,

mas aquele encontro foi constantemente interrompido pelos agentes reais, da mesma forma que vinha ocorrendo desde o início dos trabalhos. O *Grão-Mestre compreendeu que o papa havia abandonado a Ordem* ao seu destino, provavelmente arrependendo-se por ter aceitado o acordo firmado tempos atrás com os três plenipotenciários em Chinon, quando, para obter a absolvição necessária à *reforma da Ordem*, havia admitido algumas das acusações, tendo de pedir solenemente pelo perdão.

Mesmo os outros *Templários* não puderam fazer contato com o *Grão-Mestre*. Alguns deles haviam organizado uma corajosa resistência juntando-se à figura do *capelão Pietro da Bologna*, valente jurista, que denunciou abertamente os muitos vícios do processo, conseguindo pôr em embaraço a parte regia. Pietro, posteriormente, foi esquecido no cárcere e os outros, substancialmente analfabetos, renunciaram à luta.

Por volta de 1314, à situação ainda não havia mudado, e o rei pressionava para que a sorte dos dignitários fosse logo decidida, pois estes representavam para a acusação uma espécie de roleta russa. Já que Clemente V os havia absolvido, de fato, em todas as acusações e estes se encontravam na comunhão católica, tanto que Molay obteve um capelão pessoal para celebrar a missa e ofício litúrgico em sua cela todos os dias, e uma vez que somente o papa poderia emitir um veredicto definitivo sobre eles, temia-se que uma decisão inesperada em fazer valer os efeitos da absolvição de Chinon recolocasse em circulação o *Estado-Maior do Templo*, o qual, enquanto sede da máxima autoridade,

apresentava-se como uma raiz que poderia com facilidade renegar completamente a *Ordem*.

A enfermidade do papa chegou a um estado irreversível: há anos, violentas hemorragias forçavam-no a permanecer por muitos dias em seu leito e, por várias vezes, foi dado como morto. Clemente V sabia que não podia enfrentar pessoalmente a questão e nomeou uma comissão de bispos que deveria estabelecer a sorte dos chefes. Na realidade, o jogo já estava definido, tratava-se somente de tomar efetiva a medida de detenção perpétua sob a custódia apostólica que permitia salvar a vida dos dignitários e *assegurava ao rei da França que o Templo não seria reconstituído*.

Os historiadores têm acreditado que os prelados escolhidos pelo papa tivessem sido completamente coniventes com Felipe, o Belo, mas essa consideração é exagerada e os eventos o demonstrarão. Escutando o veredicto do cárcere em vida, o *Grão-Mestre e o seu mais fiel companheiro, o Preceptor da Normandia Geoffroy de Charny, rebelam-se e proclamam a completa inocência do Templo em todas as suas culpas que lhe foram imputadas*: nesse ponto, os bispos da comissão foram confundidos e decidiram interromper seus trabalhos, já que um fato dessa magnitude necessitava de certa ponderação, sendo necessário consultar a vontade do papa. Vendo escapar de suas mãos aquela solução do compromisso que provavelmente Clemente V havia proposto e que a parte regia já havia aceitado, o rei começou a temer que a *desativação do Templo* não fosse mais tão segura aos seus olhos, retornando ao espectro da absolvição ou de outro ato imprevisto que pudesse recolocar em discussão todo o êxito do processo. Foi decidida uma maneira de encerrar de uma vez por todas a *questão templária*, de modo que esta não pudesse mais ser rediscutida: o rei manda raptar Jacques de Molay e Geoffroy de

Charny, subtraindo-lhes da legítima custódia dos comissários, mandando-os à morte pelo fogo em uma pequena ilha do Senna, pouco após o anoitecer.

As fontes que nos falam desses fatos concordam com o grande heroísmo dos dois dignitários, que enfrentaram uma morte que teriam escolhido voluntariamente como ato supremo de *testemunho pela própria Ordem*. Jacques de Molay pediu aos carrascos que afrouxassem a corda que lhe cerravam os pulsos para que pudesse dirigir seus olhares à Catedral de Notre-Dame, que por mais de uma vez já havia visto testemunhar a sua inocência e rezou à Virgem Maria a quem São Bernardo havia dedicado a *Ordem*. Os *Templários* diziam que em nome da *Virgem* tudo havia tido início e que, em nome dela, tudo terminaria. Assim, com essa prece, o *Grão-Mestre pretendia encerrar gloriosamente o fim do Templo, proclamando sua perfeita fé cristã*.

A multidão presente agitou-se e para acender a fogueira foi necessário esperar que parte da mesma fosse dispersada. Segundo o testemunho do poeta Geoffroy de Paris, que provavelmente assistiu em pessoa à execução, Jacques de Molay teria chamado diante do *Tribunal de Deus tanto o rei da França* (que o havia traído) *quanto o papa* (que o havia abandonado). Clemente V morreu no dia 20 de abril seguinte, pouco mais de um mês depois da fogueira: parece que no momento de sua morte ele não teria perdoado o *mísero fim dos Templários*, aos quais sempre tratou de se opor. O fato de ambos morrerem logo um ano depois de terem sido chamados pelo *Mestre* para responderem as suas *culpas diante do juízo de Deus* favoreceu o surgimento de lendas que proliferaram naqueles tempos, alimentadas pelo mistério da extraordinária coragem que os dois fanáticos dignitários haviam mostrado diante de seus executores.

Setecentos anos depois daquele evento, o *mito dos Templários*, dado como história verdadeira ainda que recheado de invenções, está inacreditavelmente vivo. A pesquisa deu-nos novas certezas ao abrir portas para se descobrir o quanto ainda deve ser esclarecido. Clemente V *jamais lançou sentenças de condenação contra os Templários*; em vez disso, procurou *reverter a excomunhão* que havia sido lançada contra eles. Aquela *absolvição jamais foi revogada*, e a *sentença de suspensão das atividades da Ordem, sancionada no Concilio de Viena*, permanece ainda hoje inalterada, mesmo após sete séculos, sob a forma de uma decisão não-definitiva.

O *Grão-Mestre e o Preceptor da Normandia*, seqüestrados e assassinados pelo soberano antes que a comissão destinada a julgá-los pudesse emitir um veredicto, morreram no mesmo estado em que a autoridade pontifícia os havia colocado, isto é, cristãos absolvidos e reintegrados à comunhão católica, assim como os plenipotenciários apostólicos haviam decidido por ordem de Clemente V em Chinon.

## 8. Para concluir: lendas de eternidade

Em setembro de 2001, eu estava relendo pela enésima vez o inventário dos documentos sobre o *processo dos Templários*, conservados no Fundo do Castelo Sant'Ângelo do *Arquivo Secreto Vaticano*. Não é exagero dizer que o conhecia de memória, tendo-o já estudado em 1994, quando fazia especialização junto à *Escola Vaticana de Paleografia* e depois, numerosas vezes, durante os quatro anos de doutorado na Universidade de Veneza. Mas foi somente naquele dia que me dei conta de um fato singular: na investigação diocesana de Tour, uma das tantas audiências locais que Clemente V havia ordenado sobre os *Templários* em

toda a cristandade, quem estava a dirigir os interrogatórios era o cardeal Bérenger Frédol. Percebi que alguma coisa não se encaixava: eminente cânone, indicado pontifício para as missões diplomáticas mais delicadas, membro de destaque do Colégio de Cardeais além de sobrinho do papa Clemente V, podia mesmo um personagem do gênero abandonar a Cúria para ir à província dirigir uma das tantas investigações diocesanas?

Uma investigação aprofundada revelou tudo imediatamente. Tratava-se de uma audiência realizada por três plenipotenciários de Clemente V nas salas secretas do castelo de Chinon a respeito do *Grão-Mestre e sobre outros dignitários do Templo* que o rei da França havia ali segregado a fim de impedi-los de se encontrar com o papa. Era essa providência que se duvidava jamais ter ocorrido, mesmo porque foi relatado apenas por fontes indiretas que testemunhavam que o papa teria absolvido Jacques de Molay e outros chefes. O documento sempre havia estado no *Arquivo pontifício*, praticamente irreconhecível por causa de uma classificação imprecisa, ocorrida nos primeiros anos de 1600.

A leitura do texto não deixava dúvidas: o *Grão-Mestre do Templo e os outros dignitários haviam pedido perdão da Igreja e, após a abjuração formal obrigatória (até pelas pessoas apenas suspeitas de contaminação herética), foram absolvidos pela autoridade apostólica e reintegrados à comunhão dos sacramentos*.

A respeito do *Templo* ainda há muito que se descobrir: uma das coisas, um culto especial da Paixão de Cristo celebrado durante a Quinta-feira Santa, em comemoração à Última Ceia, no qual os *Templários* provavelmente recebiam a comunhão com o vinho entendido como o sangue eucarístico, isto é, a bebida da vida eterna. Essa singularíssima prática cultural foi colocada à atenção de diversos especialistas em liturgias orientais e está, ainda hoje, em estudo graças à

contribuição de alguns bizantinos do Pontifício Instituto Oriental de Roma. No momento, o que se pode dizer é que tal ritual não tinha precedentes e que não era conhecido pela *Igreja latina* e que é específica dos *Templário*s que, possivelmente, teriam-na mudado baseando-a em antigas tradições religiosas populares específicas da cidade de Jerusalém, talvez fosse até da idade paleocristã.

O culto parece propor sugestivas conexões com a *lenda do Santo Graal*, tradicionalmente interpretado como a taça milagrosa que Jesus usou durante a *Última Ceia para instituir a Eucaristia*, ou então como o objeto com que José de Arimatéia teria recolhido o sangue misturado com água retirado de *Cristo* depois de sua crucificação. É uma lícita associação mental, mas o histórico deve ser deixado de lado por simples falta de provas. Faz-se um discurso idêntico sobre a hipótese que vê os *Templários ligados ao Santo Sudário*, hoje conservado em Turim: a teoria, já com mais de trinta anos, foi acolhida com ressalvas por alguns historiadores, pois, mesmo tendo muitos traços em seu favor, ainda faltam provas decisivas. Sabemos que os *Templários* eram considerados pelos seus contemporâneos como os curadores das relíquias mais *sagradas da Paixão de Cristo*. O poeta alemão Wolfram von Eschenbach atribui a custódia do *Graal pelos Templários* ao poema *Parzival*: seguramente, as novas pistas de pesquisa confirmam que tal convicção pode esconder um fundo de verdade. Todavia, o caminho do conhecimento é ainda muito longo e poderá conseguir importantes resultados somente se se mantiver distinto de toda literatura de fantasia que, especialmente nas últimas décadas, deu à *Ordem do Templo* uma conotação esotérica exageradamente artificial: o belo volume de Peter Partner, *The Murdered Magicians: the Templars and Their Myth*, já desmascarou montagens similares reconstruindo a gênese e revelando também os interesses econômicos que às vezes se escondem por trás.

Outro ponto de discussão freqüente sobre a *história dos Templários* diz respeito ao *fim da Ordem*, que uma *bula de Clemente V* intitulada *Vox in excelso* suspendeu em 1312. O argumento tem certo toque de atualidade: se de fato houve diversas associações *no profit* que simplesmente se inspiram nos valores do *Templo* para promover louváveis iniciativas culturais, folclóricas e de beneficência, outros grupos se proclamam como "*herdeiros*" da *Ordem*, como se a mesma ainda não tivesse sido extinta, em virtude de uma sobrevivência ao processo e à fogueira do último *Grão-Mestre* e que se presume ser mantida até hoje.

O *Templo* era uma *ordem religiosa e militar* e vale dizer que os seus membros eram soldados enquadrados em um exército estável, de celibatários ou bispos, mas de qualquer maneira empenhados a não ter mulher e filhos, a conservar o voto de obediência e não possuir bens pessoais: quantos desses grupos modernos apresentam tais fundamentais características da *Ordem*? A parte isso, há o obstáculo insuperável do *Direito Canônico* imposto pelo mesmo Clemente V que no momento de *suspender a Ordem* colocou como fora-da-lei qualquer tentativa de reabri-lo sem o consenso pontifício, determinando a excomunhão de qualquer um que ousasse utilizar o nome e os sinais *distintivos do Templo*. É verdade que o papa se negou a *condenar a Ordem*, e a suspensão a seu cargo foi estabelecida com uma sentença não-definitiva. Essa providência está de pé há mais de setecentos anos e somente a autoridade de outro pontífice romano sucessor de Clemente V poderia modificar as disposições.

Concluindo essa digressão, acredito que o leitor apaixonado pela *história dos Templários* tenha hoje muito que esperar das pesquisas dos próximos anos, considerando o entusiasmo que o assunto suscita também no âmbito universitário, onde, até alguns anos atrás, tendia a ser desprezado. Talvez a grande proliferação

de literatura *pseudo-histórica sobre o Templo* seja mesmo um serviço à cultura, suscitando a atenção do grande público e alimentando a fome de informações sobre o tema. Se for assim, que sejam bem-vindos então os romances sobre os *Templários e sobre o Santo Graal*, especialmente porque existem hoje diversos jovens pesquisadores indagando, com paciência e profissionalismo, os muitos pontos ainda desconhecidos da breve, mas intensa, *história da Ordem*.